

**FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FLACSO
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

JOSÉ RIBEIRO GOMES

**TRABALHO, GESTÃO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
Avanços e Desafios enfrentados em Minas Gerais entre os anos de 2015 a
2018.**

**BELO HORIZONTE
2021**

José Ribeiro Gomes

Trabalho, Gestão Social e Economia Solidária: Avanços e Desafios enfrentados em Minas Gerais entre os anos de 2015 a 2018.

Dissertação apresentada ao curso Maestría em Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador/a: Profa. Marilane Oliveira Teixeira, Dra.

BELO HORIZONTE
2021

Ficha Catalográfica

GOMES, José Ribeiro

Trabalho, Gestão Social e Economia Solidária: Avanços e Desafios enfrentados em Minas Gerais entre os anos de 2015 a 2018/ José Ribeiro Gomes. Belo Horizonte: FLACSO/FPA, 2021.

Quantidade de folhas: 105

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría em Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2021.

Orientadora: Profa. Marilane Oliveira Teixeira, Dra.

José Ribeiro Gomes

Trabalho, Gestão Social e Economia Solidária em Minas Gerais: avanços e Desafios enfrentados em Minas Gerais entre os anos de 2015 a 2018.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em:

Profa. Marilane Oliveira Teixeira, Dra.
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Bruno Lazzarotti Diniz Costa, Dr.
Fundação João Pinheiro – FJP/MG

Profa. Andrea Barbara Lopes de Azevedo, Ma.
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Willian Nozaki, Ms.
FLACSO Brasil/FPA

DEDICATÓRIA

Pessoas, livros, canções e tudo que é inerente ao homen, são partes fundamentais da minha vida, do meu trabalho e da minha formação acadêmica.

Dedico todo esforço que tive, para finalizar esta dissertação, ao meu querido pai Raimundo Ribeiro (In memorian) que não pode vivenciar este momento, mas que esteve ao meu lado até a sua partida.

Aos meus pais Orixás de cabeça e guias que me iluminaram na elaboração e escrita desta pesquisa.

“O homem é do tamanho do seu sonho tenho em mim todos os sonhos do mundo”
(Fernando pessoa)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que de forma direta ou indireta colaboraram para a elaboração desta dissertação com suas ideias, sugestões, críticas, estímulo, dedicação, amor e especialmente:

Aos meus pais Maria Miguel e Raimundo Ribeiro (In memória).

A minha esposa Lilian Guimaraes e meu filho Gustavo.

Á professor Marilane Oliveira Teixeira, Dra. pelo empenho, dedicação e esforços que não foram medidos.

As e os professores/as, mestres/as e doutores/as que compoem a banca avaliadora desta dissertação.

Aos/as professoras/es e funcionárias/os da Fundação Perseu Abramo pela confiança, empenho e disponibilidade para que este momento se realizasse.

Aos colegas de turma, pela convivência que proporcionou o compartilhamento de experiências e ideias onde criamos vínculos de amizade e solidariedade.

As/os profissionais que se dispuseram a participar desta pesquisa.

As/os coordenadores/as dos fóruns regionais da economia solidária, empreendimentos econômicos solidários, gestores/as e dirigentes das entidades da sociedade civil pesquisados, que socializaram suas experiências e seus saberes.

Ao Partido dos Trabalhadores – PT que proporcionou a formação de seus quadros partidários.

RESUMO

Essa dissertação com nome Trabalho, Gestão Social e Economia Solidária a partir da experiência do estado de Minas Gerais nessa temática entre os anos de 2015 a 2018. O tema trata da visibilidade no mundo contemporâneo em função da desregulamentação do Estado, mudanças no mundo do trabalho. O objetivo de verificar como os gestores, empreendimentos econômicos solidários e entidades compreendem a gestão social como principal ferramenta de gestão no contexto dos empreendimentos econômicos solidários e organizações da economia solidária.

Palavras-chave: Trabalho, Gestão Social, Economia Solidária.

ABSTRACT

This dissertation entitled Work, Social Management and Solidarity Economy from the experience of the state of Minas Gerais in this theme between the years 2015 to 2018. The theme deals with visibility in the contemporary world due to the deregulation of the State, changes in the world of work . The objective of verifying how managers, solidarity economic enterprises and entities understand social management as the main management tool in the context of solidarity economic enterprises and organizations of the solidarity economy.

Keywords: Work, Social Management, Solidarity Economy.

SIGLAS

ADS/CUT - Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores

ALMG - Assembléia Legislativa do Estado ALMG

CAMG – Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais

CADSOL - Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários

CETER – Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda

CEEPS - Conselho Estadual de Economia Popular Solidária

III COEES – III Conferencia Estadual de Economia Solidária

I CONAES - I Conferência Nacional de Economia Solidária

CFES - Centro de Formação em Economia Solidária

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

EAF - Entidade de Apoio e Fomento

EcoSol – Economia Solidária

ES - Economia Solidária

EPS - Economia Popular Solidária

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

FMEPS – Fórum Mineiro de Economia Solidária

FREPS – Fórum Regional de Economia Solidária

FSM - Fórum Social Mundial

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

ITCP's - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Solidárias

MARE - Ministério da Administração e da Reforma do Estado

MTEPS - Ministério do Trabalho e Emprego e Previdência Social

MROSC - Marco regulatório das organizações da sociedade civil

MST - Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra

ONGs – Organizações não Governamentais

PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PL – Projeto de Lei

PEFEPS - Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária

PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental

SEDESE– Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SICONV – Sistema de Convênios

SIES – Sistema Nacional de informações da Economia Solidária

SUBTE – Subsecretaria de Trabalho e Emprego

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	05
AGRADECIMENTOS.....	06
RESUMO	07
ABSTRACT	08
SIGLAS	09
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - ORGANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO TRABALHO, EXPANSÃO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	21
1.1 – A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO CONTEMPORANEA DO TRABALHO.....	21
1.2 - AS RECONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS NA CLASSE TRABALHADORA.....	27
1.3 - EXPANSÃO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	32
CAPÍTULO II - A POLÍTICA SOCIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, “OUTRA ECONOMIA ACONTECE” FRENTE ÀS INVESTIDAS DO CAPITAL.....	41
2.1. TRAJETÓRIA DE LUTAS DO MOVIMENTO SOCIAL.....	41
2.2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MINAS GERAIS	44
2.3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MODO DE PRODUÇÃO E SUA COMPOSIÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS	48
CAPÍTULO III - “OUVIR PARA GOVERNAR”, A GESTÃO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS	55
3.1. A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA ENTRE OS ANOS DE 2015 À 2018	57
3.2 APRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS PELA GESTÃO ENTRE 2015 A 2018 E ANÁLISE DOS SEUS RESULTADOS	62
CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

ANEXOS	93
ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	93
ANEXO 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - EES / MG.....	97
ANEXO 3 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA E COLETA DE DADOS PARA OS GESTORES DA SEDESE/SUBSECRETARIA DE TRABALHO E EMPREGO.....	101
ANEXO 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	103
ANEXO 5 – ATA DO CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA POPULAR SOLIDARIA – CEEPS/MG.....	104

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem o objetivo de contribuir para os estudos sobre Trabalho, Gestão Social e Economia Solidária a partir da experiência do estado de Minas Gerais nessa temática entre os anos de 2015 a 2018. O cenário político de 2015 com a eleição do governo do Partido dos Trabalhadores – PT no estado de Minas Gerais traz importantes reflexões, as quais estão relacionadas à participação de segmentos organizados da sociedade civil na formulação, gestão e controle social das políticas públicas.

Essa discussão é fundamental para a economia solidária, uma vez que as mutações no mundo do trabalho, nos modos de produção, na economia e nas políticas sociais têm exigido das gestões, aprimoramento das suas intervenções para a construção e aprimoramento das políticas públicas.

Em decorrência da globalização e das crises cíclicas do capital tem ocorrido profundas transformações na sociedade com agudos rebatimentos no mundo do trabalho, trazendo em seu bojo os altos índices de desemprego, aumento da informalidade e desproteção do trabalhador com perdas e retirada de direitos em grandes proporções.

Mediante aos fatos, com o intuito de aprimoramento da gestão, de suas intervenções e construção de políticas públicas mais sólidas e participativas, a gestão social é apresentada como ferramenta de gestão para a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo de construção, tendo a transparência como pressuposta e a emancipação enquanto fim, a gestão social é vista como um processo em construção e discutida por vários atores nos mais diversificados segmentos da sociedade.

Tenório (2005) descreve que o tema gestão social tem sido objeto de estudo e prática associado à gestão das políticas sociais, o que possibilita a discussão e construção de políticas públicas que solucionem problemas sociais apontados pela própria população ainda não visualizados pelas instituições públicas através do diálogo nos espaços onde se elabora as políticas públicas, sendo eles as organizações governamentais, protagonizados pelos atores sociais e técnicos, privilegiando a participação de todos.

Para Tenório (2005) a melhor forma de gestão para a política de economia solidária é a gestão social, pois fica evidenciado que na Economia Solidária os princípios são distintos e opostos aos da economia capitalista, por causa da sua estrutura organizacional e ideológica, com destaque para as experiências de autogestão se configurando como modos concretos de uma nova organização do trabalho e detrabalhadore fora do modelo capitalista, sendo

herdeira da tradição socialista, conforme descrito por Singer (2000. p. 13) “A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”. De acordo com a Cartilha Nacional de Mobilização (2007) a economia solidária é entendida

como uma estratégia de enfrentamento aos processos de exclusão social e de precarização do trabalho (degradação das condições de trabalho e retirada dos direitos dos trabalhadores) que acompanham o desenvolvimento do capitalismo nos últimos dois séculos. O capitalismo é marcado por essa condição de produzir riqueza gerando miséria. (Cartilha Nacional de Mobilização, pag. 22, 2007)

Em razão do contexto mencionado, percebe-se que o cenário contemporâneo apresenta suas complexidades e intensifica as formas de exploração e articulação dos trabalhadores, sobretudo, para aqueles que compõem as classes menos favorecidas, portanto, a necessidade de conhecer e discernir o processo da realidade destes sujeitos e atores, utilizando dos conhecimentos e técnicas científicas para investigação da temática.

O processo democrático brasileiro sofre diversos ataques desde a sua abertura em 1988, este movimento de ataque às políticas sociais vinculados às alterações ocorridas a partir dos anos de 1970 com o crescimento e hegemonização das políticas neoliberais a partir da globalização, trouxeram transformações no mundo do trabalho e modificações nos processos produtivos, por meio dos avanços tecnológicos que acentuaram a precarização do trabalho, criando novas metamorfoses e flexibilizando as condições de uso e contratação da força de trabalho.

Neste contexto sociopolítico onde a flexibilidade do trabalho implica a eliminação das relações contratuais trazendo consigo a destruição dos direitos e fechamento dos postos de trabalho formais, a economia solidária se apresenta como uma alternativa viável para este contingente de trabalhadores que estão excluídos e a margem da sociedade.

Ao estabelecer a sua origem histórica, busco investigar o sentido para a construção de uma política de economia solidária sob a perspectiva da gestão social, ao mesmo tempo em que destaco que a economia solidária e consequência dos efeitos conjunturais decorrentes das configurações do trabalho.

Para tanto, esta pesquisa tem como ponto de partida a pergunta problema que norteará a construção desta dissertação, sendo ela: “Como a Gestão Social se materializa enquanto instrumento para o desenvolvimento da política de economia solidária em Minas Gerais no período de 2015 a 2018?” Este é o desafio que propus a enfrentar, ao elaborar esta dissertação

de mestrado em Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Esta dissertação se torna relevante, por investigar a gestão social como instrumento para o desenvolvimento da política de economia Solidária em Minas Gerais no período de 2015 a 2018; tema que tem sido foco nos últimos anos de debate no Brasil.

Espera-se que esta dissertação traga contribuições para a elucidação de questões teóricas e empíricas da economia solidária como uma alternativa econômica e social para uma parcela da sociedade excluída do mercado formal de trabalho e de seus direitos sociais. Pretende-se ainda que seja uma contribuição para os gestores, presos a conceitos gerenciais herdados da administração pública, se abrindo para a construção de uma gestão em consonância com a gestão social.

A pesquisa se inicia ancorada na teoria social crítica, entendendo que a dialética é a ciência que estuda a sociedade a partir da concretude dos fatos, sem desprezar o campo das idéias, para entender a sociedade de forma mais ampla demonstrando as suas contradições e transformações, a qual, na sua gênese se implantou e desenvolveu um modo de produção com várias transformações e contradições advindas do próprio movimento.

Procurou-se investigar a causa da construção da política de economia solidária sob a pretensão de ser conduzida na perspectiva da gestão social, entretanto, além da compreensão da conjuntura que incidiu nas novas configurações da política de trabalho.

Analisar a gestão social como ferramenta para o desenvolvimento da Economia Solidária requer fazer um levantamento investigativo que possibilite entender as relações e o trânsito que permeiam esta política pública e seus usuários no convívio social e na interação com o Estado e entidades da sociedade civil como executores, principalmente ao acesso a direitos fundamentais à pessoa humana e ao trabalho decente.

Desta forma, se tornou imprescindível o conhecimento das estruturas da economia solidária, conhecer seu funcionamento e compreender as ações por elas desenvolvidas para que a gestão social se torne ferramenta de gestão de governo.

As organizações de economia solidária se caracterizam baseadas nos conceitos de democracia, flexibilidade, autonomia, autogestão, envolvimento e comunicação entre os seus grupos, associações, cooperativas e sociedades mercantis. É necessário, pois, no campo do conhecimento, um aprofundamento teórico sobre os instrumentos e meios de gestão, específicos da gestão social.

A partir do objetivo geral, vários objetivos específicos foram desenvolvidos com o intuito de se pensar subprojetos, o que possibilita aprofundar os estudos em torno da

problemática, para dar subsídio à referida pesquisa.

Cabe destacar a importância de desenvolver esta pesquisa centrada no caráter científico e social que apresenta, haja vista, a extensão que se pretende alcançar em relação a construção de políticas públicas que alcance o diverso público que compõe empreendimentos econômicos solidários informais, associações, cooperativas e sociedade mercantil.

Outro aspecto refere-se à relevância social do estudo, uma vez que seus resultados poderão contribuir para a melhoria do processo de construção e avanço da política de economia solidária especialmente no que se refere às relações entre governo, sociedade civil e cidadãos que compõe este contingente, quebrando paradigmas e impulsionando o trabalho dos gestores com o movimento de economia solidária.

Isto colocado, esta pesquisa tem o intuito de desmistificar estigmas e estereótipos acerca das pessoas e dos coletivos que compõe os diversos empreendimentos econômicos solidários - EES, associações, cooperativas e sociedades mercantis, sobretudo, no que concerne ao seu desenvolvimento econômico que historicamente sofrem com as crises do grande capital e quebrar as barreiras que impedem esses sujeitos de se relacionarem com o mundo do trabalho enquanto seres ativos, interativos e com potencialidades a serem desenvolvidas.

As representações sociais funcionam como sistemas de referências que se utilizam para classificar pessoas ou grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana. Além disso, as representações sociais mantêm relações com a linguagem, à ideologia e o imaginário social de construção da sociedade, que no caso da economia solidária de que outra economia é possível para a construção do “Bem Viver”.

Esta pesquisa se desenvolverá com a intencionalidade de construir subsídios para a compreensão da economia solidária no estado de Minas Gerais, e para entender como este modo de produção se difere do modo de produção capitalista a partir do entendimento dos seus princípios e se constitui como forma de trabalho e desdobra na construção e desenvolvimento social dos territórios, e as possibilidades que condiciona a este público e suas famílias de transitar e ter garantidos seus direitos pela efetivação das políticas públicas disponíveis pelas legislações do Brasil e especificamente do estado de Minas Gerais.

Diante da pergunta problema, e a justificativa da pesquisa, levantou-se a seguinte hipótese, “Tendo a pesquisa como propósito estudar o conceito de gestão social e a política de economia solidária, se analisa que esta seria o melhor instrumento de gestão para as políticas públicas e sociais com a aplicação de determinados conceitos e métodos investidos pela administração pública de Minas Gerais entre os anos de 2015 a 2018, foi possível ampliar um

conjunto de técnicas que facilitaram a gestão para a melhoria do processo de construção e avanço da política de economia solidária especialmente no que se refere às relações entre governo, sociedade civil, cidadãos e cidadãs que integram o público desta política pública, impulsionando o trabalho dos gestores, assim como fortalecer o movimento social de economia solidária que se personificou no fórum mineiro da economia popular solidária – FMESP.”

Assim é que a discussão sobre gestão social como principal instrumento de gestão para a política de economia solidária mostra-se hoje como objeto de estudo. A análise da gestão social, especificamente no campo da administração pública objetiva trazer para a economia solidária a possibilidade de novas práticas; práticas que surgem a partir de novas determinações do Estado, da sociedade civil e das mutações do mundo do trabalho, e que podem se configurar como resistência e como reafirmação do projeto de sociedade almejado pela economia solidária na construção do “Bem Viver”.

Para isso, os objetivos são:

Objetivo geral: Analisar a gestão social como instrumento para o desenvolvimento da Política de economia solidária em Minas Gerais no período de 2015 a 2018.

Objetivos específicos:

Analisar a política de economia solidária no período de 2015 a 2018 em Minas Gerais;

Identificar pontos de como a gestão social influencia no desenvolvimento da política de economia solidária;

Averiguar as legislações pertinentes a política de economia solidária;

Investigar a mobilização popular para a construção da política de economia solidária;

Conhecer as estratégias desenvolvidas pelo movimento social de economia solidária em Minas Gerais;

Analisar as ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE no período de 2015 a 2018 para a política de economia solidária em Minas Gerais;

Pesquisar os onze (11) territórios de desenvolvimento cobertos pela política de economia solidária em Minas Gerais na gestão de 2015 a 2018.

Para o desenvolvimento da pesquisa será adotada a seguinte metodologia, serão discutidos e apresentados os procedimentos metodológicos que serviram de suporte para construção da referida pesquisa que privilegiou a abordagem quantitativa. Serão apresentados a natureza e o universo da pesquisa. A pesquisa terá como norteador o método crítico dialético, onde se utilizará dos conhecimentos e técnicas científicas disponível para investigar

e entender os fenômenos.

Para esta análise, considera-se esta pesquisa como aplicada, pois segundo (Gil, 2010, p. 26) “abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito da sociedade em que os pesquisadores vivem”.

Esta pesquisa carrega traço documental, pois serão analisadas as legislações que tratam dos direitos fundamentais, políticas relacionadas ao Mundo do Trabalho, Direitos Humanos e Sociais, dentre outras informações para o desenvolvimento e compreensão do objeto de estudo da referida pesquisa.

Convém então definir que segundo (Gil, 2010, p. 30) “pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação e etc.”

Para produção da pesquisa e aplicação do método, tornou-se necessária a compreensão dos ciclos em que a mesma se aplica, pois as quatro leis fundamentais da dialética são:

- a) ação recíproca, unidade polar ou “tudo se relaciona”;
 - b) mudança dialética, negação da negação ou “tudo se transforma”;
 - c) passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa;
 - d) interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários.
- (MARCONI; LAKATOS, 2005, P.100).

A técnica utilizada é a análise de documentação indireta, pesquisa documental, bibliográfica e aplicação de questionários em campo para o desenvolvimento de estudos das diversas determinações desconhecidas, que irão surgindo e se tornando complexas com o aprofundamento destas descobertas, considerando o movimento histórico da sua concepção e da mudança conjuntural.

Contribuem para esta análise: os projetos políticos e suas contradições, as transformações do objeto em questão a partir da implantação do projeto neoliberal, o desmonte das políticas públicas no Brasil contemporâneo, sendo assim, se torna importante a clareza da realidade local e em todas as suas dimensões, sejam elas sociais, econômicas, políticas e culturais, que desta forma traz elementos para a conclusão da pesquisa e novas indagações.

A pesquisa de campo foi realizada de forma virtual devido à impossibilidade de aplicação presencial, respeitando as normas de restrição sanitária como o isolamento social, distanciamento social e aglomerações em virtude ao período de Pandemia do Novo Corona Vírus – Covid - 19. Os questionários foram aplicados aos coordenadores/as dos fóruns regionais da economia popular solidária e aos gestores da SEDESE por meio eletrônico, tendo boa aceitação. Os questionários foram criados na plataforma do *Google Forms* para facilitar o

preenchimento e devolução pelos participantes.

Foram respondidos oito (8) questionários entre os gestores da SEDESE que compõem a Diretoria de trabalho e economia popular solidária, abarcando a totalidade de servidores, quanto aos coordenadores/as dos fóruns regionais da economia popular solidária foram aplicados onze (11) questionários onde, nove (09) questionários foram respondidos, portanto, não alcançando o total dos coordenadores dos fóruns e posterior foram feitas três (3) entrevistas.

Conforme enviado os questionários e mobilizado o público participante, estima um período de no mínimo (3) três meses para retorno das respostas e levantamento dos dados, sendo que os mesmos foram enviados em meados do mês de novembro de 2020, neste sentido, após a devolutiva das respostas pelos participantes dar-se-á início a compilação dos dados recolhidos para dar suporte à pesquisa.

A pesquisa se baseia no entendimento e no conhecimento teórico-prático da Gestão Social como ferramenta de gestão para o desenvolvimento da economia solidária, compreendendo que, de acordo com Tenório (2005) o tema gestão social tem sido objeto de estudo e prática associado à gestão das políticas sociais, o que possibilita a discussão e construção de políticas públicas que solucionem problemas sociais apontados pela própria população e ainda não visualizados pelas instituições públicas através do diálogo.

Tais diálogos se dão dentro dos espaços onde se elabora as políticas públicas, sendo eles as organizações governamentais, protagonizados pelos atores sociais e técnicos, privilegiando a participação de todos.

Outro aspecto da pesquisa refere-se à relevância social que se pretende alcançar, uma vez que seus resultados poderão contribuir para a melhoria do processo de construção e avanço da política de economia solidária especialmente no que se refere às relações entre governo, sociedade civil organizada e cidadãos, com o intuito de quebrar padrões e impulsionar o trabalho dos gestores com o movimento de economia solidária. Portanto, se pretende alcançar práticas exitosas mediante a necessidade e urgência de construção de um novo modelo para as relações socioeconômicas, lastreadas nos princípios da sustentabilidade e da justiça social.

Diante do esforço de construção de uma nova realidade produtiva, esta pesquisa visa com os seus resultados criar instrumentos para o combate da pobreza através da inclusão produtiva equânime e distributiva, contribuindo para a transformação social na formação dos empreendimentos econômicos solidários, associações, cooperativas e sociedades mercantis.

Desta maneira busca-se investigar a política de trabalho contemporânea e suas novas

configurações adquiridas com a implantação do neoliberalismo, onde se acentuou a desigualdade e exclusão social para delinear esta nova forma de produção.

Esta pesquisa visa, através de seus resultados apresentar as desigualdades sociais, econômicas e culturais produzidas pelo modo de produção capitalista, sendo relevante para o desenvolvimento da economia solidária.

Esta dissertação está estruturada em (4) quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

O capítulo I (Um) abordará a formação do Estado brasileiro, a mudança do modo de produção mercantil agrário-exportador para o modo de produção capitalista monopolista, sendo que neste trânsito enfrenta um intenso processo de industrialização e de intervenção do Estado no setor produtivo.

Serão apresentadas as principais reformas do Estado trazendo elementos para análise das transformações do mundo do trabalho contemporâneo, a precarização do trabalho e a fragilização dos direitos, influenciada pelas manifestações e diversas formas de exploração do trabalho informal e globalizado.

É demonstrada a expansão do trabalho informal no Brasil e suas consequências para a classe trabalhadora, em outro momento discorre, especificamente sobre a informalidade e sua relação com a economia solidária em suas diversas formas e organização, trazendo subsídios para discussão, surgimento e evolução da economia solidária no Brasil.

O capítulo II (Dois) discutirá sobre o surgimento das primeiras iniciativas de organização dos trabalhadores na perspectiva da economia solidárias impulsionadas por ações de vários movimentos sociais, ONGs, igrejas e universidades e, em 2003, o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva desenvolve uma política de trabalho na qual uma das diretrizes centrava-se na economia solidária e, a partir de então, a economia solidária alcançou o *status* de política pública de governo em âmbito nacional. Em Minas Gerais apresentará a organização da Economia Solidária no estado, refazendo o percurso histórico de luta do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária - FMEPS e a consolidação da política pública economia solidária no estado. Em outra seção buscou-se o entendimento de como a economia solidária se constitui como um novo modo de produção, a economia solidária está relacionada com o novo associativismo econômico, fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras que lutam por um modelo de desenvolvimento alternativo, centrado na autogestão, na participação e na democracia.

O capítulo III (Três) apresentará a gestão social e a sua relação com as políticas públicas no campo da construção, no âmbito da gestão, no entendimento esclarecido como

processo de construção e interação com os princípios norteadores da economia solidária. Em outro momento apresenta a constituição e as mudanças propostas para a condução da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE nos anos de 2015 a 2018, trazendo ao longo do capítulo os resultados, ações e entregas obtidas pela gestão neste período e também os desafios a serem superados. “Ouvir para Governar”, este o ponto norteador de Minas Gerais no ano de 2015.

Considerando os referenciais teóricos e análise de documentos, apresenta-se a Gestão Social, o levantamento da economia popular solidária em Minas Gerais e através dos estudos bibliográficos para desenvolvimento de análise das condições de trabalho dos empreendimentos econômicos solidários e segmentos da economia popular solidária.

O capítulo IV (Quatro) discutirá os resultados obtidos na pesquisa, considerando os referenciais teóricos e por meio da observação participante, apresenta-se a análise da economia solidária e sua relação com a gestão no período entre 2015 a 2018, onde serão elencados os avanços e desafios. Através dos estudos bibliográficos e em campo desenvolve-se uma análise da gestão e da economia solidária no estado, tendo como suporte entrevistas semiestruturada e questionários aplicados.

Optou-se por utilizar a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, uma vez que estas proporcionam maior aproximação com fatos e dados históricos, seguidos de um contato direto com os empreendimentos econômicos solidários, gestores e entidades de fomento que atuam diretamente com a economia popular solidária, por meio de um questionário aplicado para a coleta dos dados (fase 1) e entrevistas semiestruturada (fase 2).

Portanto, percebe-se que o cenário contemporâneo se tornou complexo e intensificou as formas de exploração do trabalho, sobretudo para aqueles que sobrevivem da economia solidária.

Diante do esforço de construção de uma nova realidade produtiva, esta pesquisa visa com os seus resultados criar instrumentos para contribuir com a inclusão produtiva equânime e distributiva e colaborar para a transformação social na formação dos empreendimentos econômicos solidários na construção do “Bem viver”.

E por fim, esta dissertação se constitui das considerações finais e das recomendações feitas por este pesquisador.

Finaliza-se com as referências bibliográficas consultadas ao longo do estudo para elaboração da dissertação.

CAPÍTULO I - ORGANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO TRABALHO, EXPANSÃO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Este capítulo abordará a formação do Estado brasileiro, a mudança do modo de produção mercantil agrário-exportador para o modo de produção capitalista monopolista, sendo que neste trânsito enfrenta um intenso processo de industrialização e de intervenção do Estado no setor produtivo. Serão apresentadas as principais reformas do Estado trazendo elementos para análise das transformações do mundo do trabalho contemporâneo, a precarização do trabalho e a fragilização dos direitos, influenciada pelas manifestações e diversas formas de exploração do trabalho informal e globalizado.

É demonstrada a expansão do trabalho informal no Brasil e suas consequências para a classe trabalhadora, em outro momento discorre, especificamente sobre a informalidade e sua relação com a economia solidária em suas diversas formas e organização, trazendo subsídios para discussão, surgimento e evolução da economia solidária no Brasil.

1.1 – A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO TRABALHO

A formação do Estado brasileiro e a questão do trabalho como instrumento e condição para a cidadania está inserida em um contexto onde devem ser observados aspectos da conjuntura nacional e internacional, dentro de uma perspectiva histórica, que são relevantes para a compreensão do tema.

Nesta seção, são resguardados os aspectos da reforma do Estado (que compreende medidas cujo objetivo é redefinir o papel do Estado, trazendo como consequência a redução de investimentos nas políticas sociais).

Também fazem parte desse quadro o processo de reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho e a perda dos direitos sociais, econômicos e políticos por parte dos trabalhadores.

O desafio é buscar elementos para a inteligibilidade da realidade, das transformações societárias, das novas questões que emergem e das atuais perplexidades do pensamento contemporâneo. Trata-se de levantar elementos, pois a realidade contemporânea é complexa e repleta de contradições e paradoxos.

A formação do Estado brasileiro passou por um longo processo de transformação em seu modo de produção, saindo de um modelo mercantil agrário-exportadora e incorporando o modo de produção capitalista monopolista, mesmo que com heterogeneidades que caracterizam o desenvolvimentismo brasileiro marcado por diferenças regionais e setoriais em que a presença do Estado foi determinante para impulsionar o setor produtivo. As principais reformas do estado brasileiro se dão em um período de enorme conturbação devido à grande depressão econômica mundial, crise sistêmica pela qual passava o capitalismo mundial atingindo os países Latinos Americanos e em especial o Brasil.

No plano internacional, contudo, o mundo testemunhava o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética e do bloco socialista, consagrando um modelo neoliberal de condução da economia que afetou também o Brasil, retardando em algumas décadas um processo de inclusão social e de retomada do desenvolvimento.

A Grande Depressão econômica mundial considerada como o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX em todo o planeta¹. Este período trouxe como causas as altas taxas de desemprego, quedas drásticas do Produto Interno Bruto (PIB) de diversos países, quedas drásticas na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todo o indicador de atividade econômica, em diversos países no mundo. Relacionado a este contexto mundial, Cano, (2017) descreve o período de industrialização brasileira, trazendo elementos de como era constituída a economia brasileira,

Nosso país, até a Revolução de 1930, era constituído por uma economia mercantil agrária-exportadora e, naturalmente, livre cambista. Já possuíamos uma indústria leve, embora criada, induzida e subordinada pelo setor exportador, como nos ensinou Furtado. Não contávamos, até então, com um efetivo processo de industrialização. (CANO, 2017, pag. 268).

A crise de 1929 levou ao fim da República Velha no Brasil, que foi dominada pelos cafeicultores e consequentemente termina com a Política do Café-com-Leite. Outro fato é que enquanto o Estado Brasileiro se endividava, os cafeicultores investiam no setor industrial, desenvolvendo fracamente a indústria brasileira do café, já que não eram guiados por um Projeto de Desenvolvimento Nacional. De acordo com CANO, (2017) a,

sua profundidade e longa duração não permitiria a “volta ao passado “ notadamente àqueles poucos países que já dispunham daquela indústria induzida pelas exportações, incipiente, mas que, diante da severa crise, seria capaz de suprir parte da demanda interna. Embora incipiente essa economia já fizera brotar a produção de alguns manufaturados e de vários serviços, e uma urbanização que perfazia cerca de 30% da população. Mas as pré-

¹ Embora alguns autores alertem que os efeitos da crise de 2018 foram mais devastadores para o conjunto das economias.

condições para o desencadeamento da Construção eram insuficientes. (CANO, 2017, pag. 268).

A década de 1930 fica marcada por ser precursora da reforma burocrática como experimento de gestão burocrático racional-legal, advinda no governo de Getulio Vargas, emergindo um Estado Novo, interventor e desenvolvimentista, denominado de Estado Administrativo.

Construímos um novo Estado, necessariamente interventor e desenvolvimentista. Criamos um incipiente sistema de Planejamento e Administração Pública e formamos um novo quadro técnico de funcionários públicos. Retomamos o caráter público do Banco do Brasil, dirigindo o crédito público para os novos objetivos da nação. A Política Econômica passou a ser efetivamente administrada para a industrialização. (CANO, 2017, pag. 269).

Mediante a construção de um novo Estado administrativo onde a Política Econômica visava “induzir o desenvolvimento econômico abrindo espaços para a iniciativa privada” Mattos et al (2015, p. 2). Com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), sob pretexto de combate à inflação e retomada do crescimento, o governo militar elaborou reformas (entre elas: trabalhista, tributária, do sistema financeiro e da gestão monetária) que reduziram o valor real dos salários, com reajustes bem abaixo da inflação e que contribuíram para aumentar a concentração de renda no país. “O valor real do salário mínimo teve queda de 42,5% entre fevereiro de 1964 e fevereiro de 1968” (MATTOS et al, 2015, p. 4).

Desta forma, ao impulsionar um padrão de acumulação caracterizado justamente por ser excludente, o sistema tributário criado pelas reformas do PAEG, mais ainda do que pela sua elaboração, como também pela sua condução, acabaria mostrando seu caráter regressivo, revelando a visão elitista dos formuladores da política econômica do período, distribuindo favores tributários e/ou fiscais para parcelas do setor privado de maior poder econômico (ou político), em uma sociedade já originalmente marcada por elevada desigualdade. Tudo isso em favor de um crescimento econômico a qualquer custo, e que ocorria em desfavor dos que necessitavam do poder público em um país que, pela sua desigualdade estrutural, deveria priorizar gastos em áreas sociais como educação e saúde, por exemplo, mas cuja atuação se encontrava prejudicada pelas decisões do Estado de abrir mão de receitas em prol de segmentos privilegiados do setor privado (MATTOS ET AL, 2015, p. 10-11).

Até 1930 a produção na economia brasileira tinha sua principal base no setor agrário e o estímulo à industrialização, liderado pelo Estado brasileiro, trazendo como consequência um crescente processo de urbanização e ocupação dos grandes centros.

Segundo (POCHMANN, 2015, p. 36), essa urbanização ocorreu de forma cada vez mais acelerada nos principais centros do país, ocasionando, à formação de bolsões de pobreza potencializados “pelo enorme excedente de mão de obra gerado nas grandes cidades por força do êxodo rural”, mas estimulando também a formação e organização de setores de classe

média, onde Pochmann e Nozaki (2019) associam uma “industrialização acelerada” a uma “urbanização caótica e desenfreada”, de forma que “a estrutura rígida do campo cedeu lugar à sistemática competitiva da cidade, com a extrema pobreza e a miséria sobrepujadas pela esperança e desejo da migração”, onde (SOUZA, 2018, p. 75) afirma que “a classe média moderna vai se desenvolver em todas as suas virtualidades apenas com o capitalismo industrial”.

Vale destacar que a reforma burocrática do Estado foi uma consequência da emergência de um capitalismo moderno, porém tardio, onde acarretou mudanças na forma de gestão dos recursos humanos e orçamentários do Estado, e suscitou a implantação de mecanismos de controle na burocracia estatal para romper com o clientelismo e com o patrimonialismo.

Este plano tinha como objetivo dar continuidade a política de industrialização e de substituição das importações do Brasil, com destaque que durante a execução do plano de metas ocorreu uma expansão da burocracia por meio da criação de novas unidades administrativas descentralizadas.

Após este período, em 1963, um novo grupo de políticas baseado na ideia de “administração para o desenvolvimento” foi introduzido, onde este grupo de políticas foi caracterizado pela expansão do Estado e pela descentralização de funções.

Para Paludo (2013), os principais objetivos era centralizar e reorganizar a administração pública; definir política para a gestão de pessoal; racionalizar métodos; procedimentos e processos administrativos em geral; combater práticas patrimonialistas de gestão e de forma geral; modernizar a administração pública; porém as medidas sugeridas se concentraram basicamente nas atividades meios, nas atividades de administração em geral e na estrutura, mas não nas atividades fins, fato típico das gestões governamentais que descentralizam as atividades fins para outros entes federativos se configurando em uma burocracia institucionalizada.

Vale destacar que a difusão das ideias e práticas modernizantes sobre a administração e gestão pública, tiveram como referência as escolas de administração de países denominados como primeiro mundo, tendo como referência os Estados Unidos da América - EUA, a Inglaterra e a França, onde, na concepção de Paludo (2013), a reforma administrativa do Estado Novo foi o primeiro esforço sistemático para superar o patrimonialismo.

Tal esforço agiu no sentido de reorganizar a máquina estatal a partir da burocratização do Estado, e tal fato se deu por meio da inserção de aspectos como a centralização, a impessoalidade, a hierarquia, o sistema de mérito e a separação entre o público e o privado.

Ainda, o autor explica que o Coronelismo patrimonialista, prática usada por anos na política brasileira dava lugar ao clientelismo e ao fisiologismo.

Neste sentido, para Paludo (2013), a crítica é que mesmo com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP, 1938)² e da nova política de reformas no estado novo, o relacionamento entre política e administração não havia sofrido alterações nas suas relações, perdurando os antigos modos e questões patrimoniais nas relações políticas.

Apesar de todo esforço pensado, com intuito de construção de uma administração gerencial forte, na abertura democrática de 1985 este processo foi interrompido como explicado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE/ MARE, 1995).

Segundo o (PDRAE/ MARE, 1995)³ neste momento, apesar da vitória democrática, houve um retrocesso burocrático, no sentido de ter ocorrido uma volta do patrimonialismo e práticas clientelistas nas relações políticas. Tal fato fica evidenciado mediante a ocupação de diversos cargos públicos da administração indireta pelos políticos dos partidos vitoriosos, ação vista nas diversas gestões.

Paludo (2013) relata que os mecanismos de controle trazidos pela Constituição Federal de 1988 foram criados para favorecer o controle social das políticas sociais, no entanto, o modelo burocrático expresso na carta magna dificulta a transparência administrativa. Considerando as mudanças trazidas pela Constituição Federal de 1988 na organização do aparelho estatal e das políticas sociais, é relevante para este estudo o entendimento sobre as principais mutações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas duas décadas do século XX, trazendo em seu movimento um conjunto de mudanças no âmbito da produção, como também na reprodução social da força de trabalho.

Para Kerstenetzky (2015, p. 590), a partir deste momento, durante os governos seguintes, o Estado brasileiro abandona seu caráter desenvolvimentista e passa a implementar uma política

² O Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP foi criado pelo Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938, em consonância à Constituição de 1937, art. 67, estabelecia a criação de um órgão de vinculado à Presidência da República com o objetivo de propor medidas de aperfeiçoamento na estrutura do serviço público, organizar a seleção e a proposta orçamentária e fiscalizar sua execução. Disponível em <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/centrais-de-conteudo-old/instrumento-de-pesquisa-dasp-pdf> - Acesso em 04/06/2021.

³ O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado e debatido na Câmara da reforma do Estado em setembro de 1995. Em novembro de 1995, foi aprovado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

econômica com medidas direcionadas a “liberalizar o comércio e o investimento estrangeiro, aplicar programas de estabilização, privatizar empresas estatais e restaurar o sistema de preços”, e justamente neste período que o Brasil passa por um processo de desindustrialização. De acordo com Cano (2017, p. 266), “o período de 1930 a 1980, compreende nossa fase áurea de crescimento e industrialização, (...) e o de 1980 até os dias atuais – o da desconstrução”. O capital industrial cede passagem ao capital financeiro, com sua movimentação internacional cada vez mais desregulamentada e ainda com “valorização do capital fictício em detrimento do produtivo, com lucros exacerbados do sistema financeiro; aumento do endividamento privado e principalmente público; aumento da riqueza do segmento *rentier* na sociedade” (CANO, 2017, p. 282).

Internacionalmente, o neoliberalismo ocorre concomitantemente à globalização.

Esses efeitos econômicos desenvolveram, direta ou indiretamente, efeitos políticos e sociais nefastos, que atingiram a maior parte da população, em especial a classe trabalhadora. Tais efeitos, dadas as especificidades de cada país, podem ter tido amplitudes distintas, em termos mundiais e nacionais. E vários deles são na verdade, sequelas deste longo processo de neoliberalização, e se apresentam com um caráter estrutural e de larga permanência. Eles decorrem, ente outras causas, do desemprego; precarização crescente do trabalho, forte diminuição do papel do sindicato; eliminação de direitos trabalhistas e sociais; crise e deterioração do papel do estado e de políticas sociais; perda de sentimento nacional e falso cosmopolitismo; consumismo; perda de solidariedade; insegurança social; aumento da poluição; banalização do crime, da corrupção e da prisão; mediocridade cultural, e outros. (CANO, 2017, p. 279)

A adoção de ajustes macroeconômicos e de medidas neoliberais na década de 1990 – com a privatização de estatais que poderiam exercer papel estratégico para o desenvolvimento continental, como a Companhia Vale do Rio Doce – retiraram grande parte da capacidade do Estado de retomar o crescimento.

O novo Ajuste (Ajuste Macroeconômico dos 1990's) agora sob a orientação do BIRD, mantinha algumas regras do anterior, como o corte no gasto público, juros elevados, controle restritivo do crédito e equilíbrio orçamentário. Também constrangeu a política salarial, e a nova forma de correção do salário mínimo manteve grande parte de sua perda real acumulada. Ao contrário do anterior, que desvalorizava o dólar para estimular o saldo comercial para pagar os juros, o novo estimulava as importações, via dólar valorizado e o forte rebaixamento de tarifas e outras restrições. (CANO, 2017, p. 281)

Na virada do milênio houve uma mudança de orientação política para a condução da economia, buscando-se a retomada do desenvolvimentismo. Todas essas transformações econômicas e sociais, para Cano, influenciaram os efeitos políticos e sociais sofridos pela sociedade brasileira (2017, p. 266).

Em 2002, isso culmina com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dando início no Brasil a uma experiência “marcada pela presença de avanços econômicos, embora incapazes de equacionar de forma satisfatória o problema da desigualdade na distribuição de renda, riqueza e poder” (FONSECA ET AL; 2013 p. 414).

Conforme Cano (2017, p. 286), “os dois mandatos de Lula – 2003 a 2010 –, apresentam importantes contradições em relação ao Neoliberalismo. De um lado, continuou cumprindo com quase todos os ditames da política macroeconômica, e de outro, foi progressista em relação às políticas sociais, a alguns investimentos de infraestrutura e à política externa”. No tópico 2.2 iremos discorrer sobre as reconfigurações do mundo do trabalho, onde com as principais mudanças no processo de reestruturação do trabalho desencadeia novos tipos de lutas e embates de classes na relação capital-trabalho, trazendo novas formas de exploração da classe trabalhadora.

1.2 – AS RECONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS NA CLASSE TRABALHADORA.

As mudanças propostas a partir da reestruturação produtiva advinda da implementação das políticas neoliberais a partir dos anos de 1990 acarretou mudanças no processo de reestruturação do trabalho e desencadeou novos tipos de lutas e embates de classes na relação capital-trabalho, ocasionando novas formas de exploração da classe trabalhadora, provocando uma crise na sua materialidade, subjetividade e na sua forma de ser, o que levou a

um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. A isso seguiu também um intenso processo de reestruturação do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES 1999B, pág.31 apud VIDAL, 2006 p.15).

A intenção era a de tornar as relações mais participativas no ambiente de trabalho, acelerar a produção, diante deste quadro, fica evidente o surgimento de um novo padrão de acumulação capitalista, denominada “acumulação flexível”, em contraposição ao modelo fordista-keynesiano.

As empresas passaram por um amplo processo de adequação, dissociando em pequenas e microempresas, terceirizando serviços, colocando em xeque os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, ocasionando a fragmentação da classe trabalhadora. O processo de reestruturação produtiva, ora denominado por alguns autores como “produção

flexível” surge com demasiada força e faz parte desse novo modelo de acumulação, descritas por

Caracterizar esse momento como de mudança dentro da própria estrutura da sociedade capitalista e não de rompimento com os grandes parâmetros que a caracterizariam. Assim contrapõe o modelo fordista de produção, aos novos modelos tecnológicos e organizacionais das empresas, principalmente ao Toyotismo, que tem sido o modelo mais seguido e, discute de forma crítica os parâmetros do novo modelo organizacional, ou da chamada reestruturação produtiva do capital, tentando desmistificar alguns discursos como o da qualificação, qualidade total, etc. (LOBO, 2004, p. 2).

É então que emerge no Ocidente o chamado toyotismo ou produção flexível, e a era da acumulação flexível que, segundo Harvey (2004, p.140 apud Vidal 2006, p.21), se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Neste sentido, surgem novos setores de produção, serviços financeiros, novos mercados, a terceirização, a fragmentação da mão de obra e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Esta forma flexibilizada de acumulação capitalista tem consequências significativas no mundo do trabalho, onde a classe que vive do trabalho sofre uma crise na sua materialidade, na sua subjetividade e na sua forma de ser, a qual passa por uma radical reestruturação.

Fischborn (2012, p. 25), destaca que uma das características do toyotismo é a apropriação do saber dos trabalhadores, que resultou desta dupla tomada de consciência por parte dos capitalistas de que era necessário explorar o componente intelectual do trabalho e que era necessário fragmentar e desarticular o movimento e a organização dos trabalhadores.

Portanto, trata-se de uma nova forma de apropriação do desenvolvimento intelectual e cognitivo do trabalho pelo capital, o qual antes este desprezava, e por fim o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, na verdade, uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições de um trabalho alienado (estranhado). O operário deve pensar e fazer pelo e para o capital, o que aprofunda (em vez de abrandar) a subordinação do trabalho ao capital (Antunes 2000 apud Vidal 2006, p. 22). Harvey (2004, p.140 apud VIDAL 2006, p. 21) aponta que a acumulação flexível:

Envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. Para o autor, ela também envolve um vasto movimento do que ele chama “compreensão de espaço-tempo” no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte

possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo. (HARVEY, 2004, p.140 apud VIDAL 2006, p. 21).

Uma mudança que ganhou destaque foi o expressivo avanço tecnológico, sendo que, segundo Ferreira (2008 p. 30), nos países periféricos, como o Brasil, as formas modernas passam a conviver com as formas arcaicas, já que a alta tecnologia se soma ao trabalho infantil, escravo, informal, a mão de obra barata, maior inserção das mulheres no mercado, as terceirizações e etc., radicalizando a questão social.

Os trabalhadores em geral vivenciam a insegurança no mundo do trabalho, estão vulneráveis ao desemprego, precarização, perda dos direitos sociais e não conseguem se organizar e se fortalecer como classe trabalhadora, havendo um desmonte das organizações sindicais e das políticas sociais.

Neste sentido, Harvey (2002 apud Vidal 2006, p. 23), aponta que a redução do emprego regular e o crescimento do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado devem-se a forte volatilidade do mercado e a busca do lucro pelos capitalistas que tiram proveito do enfraquecimento do poder sindical, do fraco poder de articulação da classe trabalhadora e da grande quantidade de mão de obra excedente, levando à precarização dos postos de trabalho e da mão de obra. Então, a denominada reestruturação produtiva, segundo Ferreira (2008, p. 31),

não possui como característica somente as mudanças nos processos técnicos de trabalho nas empresas, já que no Brasil a “reestruturação é abrir capital, privatizar empresas estatais, terceirizar, demitir trabalhadores e aumentar a produtividade em até 100%”. A marca da reestruturação produtiva, no país, é a diminuição dos postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores da economia formal e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, sem carteira assinada, tornando-se vítimas do desemprego, em suas várias formas. (FERREIRA, 2008, p. 31),

Segundo Antunes (1999, p.60), o resultado desse quadro tem sido a intensificação da crise do mercado de trabalho, tornando evidente a desproletarização, ou seja, a redução da classe trabalhadora, e o aumento da subproletarização (trabalho precário, informal, temporário). Tal recomposição se dá devido aos menores salários pagos, evidenciando a questão de gênero, surtindo grandes mudanças nas relações de trabalho, o que traz como causa a perda de direitos, tornando a classe trabalhista mais heterogênea e complexa.

Desta forma, parte da classe trabalhadora inseriu-se em empresas terceirizadas de prestação de serviços em condições subalternizadas. Outra parcela da mão de obra excedente inflou o setor informal, setor de aguda precariedade e vulnerabilidades extremas as margens das garantias dos direitos básicos dos trabalhadores.

A outra parte que não conseguiu se colocar no mercado de trabalho aumentou o

contingente de exército industrial de reserva. Nesse sentido, Antunes (2006, p. 49) aponta esta realidade como:

“Processualidade contraditória” que de um lado reduz o operariado fabril; de outro aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e mais velhos (ANTUNES, 2006, p. 49)”.

Desde então, o Brasil passou por processos que reconfiguraram a organização social brasileira e especialmente as relações de trabalho e conseqüentemente a organização da classe trabalhadora: vale destacar alguns pontos que colaboraram nesta trajetória, sendo eles; a implementação do neoliberalismo nos anos 1990, seguida pela desindustrialização, desestabilização econômica, crescimento do setor de serviços, terceirizações, precarização da mão-de-obra, informalidade, entre outros elementos, que depositaram desafios significativos para a organização dos trabalhadores.

Já nos anos 2000, tivemos uma política econômica que pela primeira vez no país combinou valorização do salário-mínimo com crescimento econômico, formalização do trabalho e geração de emprego e renda.

Oliveira (2011) afirma que a reestruturação produtiva apresenta rebatimentos marcantes na redefinição dos processos produtivos em nível mundial. Pois, a crise estrutural capitalista que se instalou a partir da década de 1970 se configurou como a mais intensa de sua história, ganhando importante destaque por sua abrangência estrutural e totalizadora. Estas características se notam na totalidade estrutural das relações de trabalho via desemprego, terceirização da mão de obra e informalidade.

A concepção de uma crise estrutural parte do princípio que as contradições do capital atingem níveis absolutos e assim irreversíveis. [...]; a crise que vivenciamos é estrutural por ser universal, não se restringir a um ramo particular, mas abranger a totalidade das relações de produção. Seu alcance é global, ocorre em todos os países e sua escala de tempo não é mais cíclica como em momentos anteriores, mas é continuada, permanente. A característica totalizadora da crise não permite o deslocamento das contradições, pois isso só é possível quando a crise é parcial, manejada pelo sistema e permite mudanças, como foi o caso da de 1929 (MÉSZÁROS apud OLIVEIRA, 2011, p. 182).

Para Barbosa (2007) o capital, em suas crises cíclicas que lhe são peculiares, mais especificamente na crise estrutural que se iniciou na década de 1970, vem utilizando o desemprego como meio para aumentar a acumulação. Desse modo, a desvalorização da mão de obra que descende do exército de excedentes no mercado é conjugada com a perda de direitos trabalhistas e com o enfraquecimento dos sindicatos que, desde então vem perdendo força em função das novas roupagens do mercado de trabalho que surgiram após a crise

fordista.

A partir destes acontecimentos, a classe trabalhadora passou a sofrer com a aceleração da perda de consciência de classe e gradualmente perdendo seu poder de mobilização frente ao crescimento do mercado informal e do desemprego estrutural.

Desta forma, foi inevitável a extinção de formas econômicas contrárias aos seus interesses (socialismo, comunismo e monarquias totalitárias), como também houve a aglutinação das economias sobreviventes a sua lógica de acumulação. Neste sentido, destacam-se duas alternativas.

A primeira não atende aos interesses do capital, pois trata de atividades de subsistência, como agricultura para consumo próprio, economia solidária e outras atividades de cunho voltado à sobrevivência de famílias e sustento de seus membros. A segunda interessa diretamente ao grande capital, pois atende diretamente aos anseios capitalistas de aumento de lucro, estas são as atividades informais (BARBOSA, 2007, p. 12).

Antunes (2005) afirma que, com a reestruturação produtiva, novas tendências passam a emergir no mundo do trabalho. Tais tendências são interpretadas como fenômenos sociais que são consequência advindas da crise capitalista e sua nova forma de adequação da relação entre trabalhadores assalariados e o mercado de trabalho. Mudanças como: a acentuada redução do operariado fabril; a exclusão de trabalhadores jovens e idosos do mercado de trabalho; o crescimento do setor de serviços; a feminização do mercado de trabalho; a expansão do terceiro setor; a tendência de crescimento do trabalho em domicílio e a explosão do trabalho informal como resposta aos altos índices de desemprego.

Mészáros (2006) corrobora as afirmações de Antunes, afirmando que todos os setores trabalhistas não estão livres do desemprego e do trabalho temporário, que é a manifestação da precarização do trabalho em virtude da flexibilização do trabalho. Neste sentido, o autor entende que o capital tem no aumento das taxas de desemprego uma eficaz ferramenta para o enfraquecimento do trabalho formal e, conseqüentemente, para a perda de direitos trabalhistas e o aumento do tempo de trabalho, sob a bandeira da informalidade como meio de suposta autossuficiência financeira daqueles que passam a viver do trabalho informal, criando novas modalidades de inserção no trabalho.

1.3 - EXPANSÃO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA.

De acordo com o (DIEESE, 2008) a primeira definição de trabalho informal foi titulada pela OIT em 1973, mediante apresentação do relatório do trabalho dessa entidade sobre os países africanos de Gana e Quênia. A conclusão deste relatório aponta determinados problemas em relação a política de trabalho e ao emprego, mas ressalta que o problema mais importante desses países não estava relacionado ao desemprego, mas a existência de trabalhadores/as pobres, ocupados/as em produzir bens e serviços para sua subsistência sem que suas atividades estivessem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas locais. A partir de então, a definição do trabalho informal ficou desta forma:

o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Essas atividades se utilizam de pouco capital (nenhuma, ou quase nenhuma barreira de entrada), técnicas rudimentares e mão de obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de qualificação profissional. (OIT 1973)

No ano de 2003, na 17ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), a OIT retomou o debate e divulgou novas diretrizes em complemento a Resolução de 1993 sobre emprego no setor informal, com a inclusão da concepção de economia informal e a adoção de uma definição para o emprego informal, onde se estabelece que, quando se tratar do setor informal, parte-se da perspectiva de unidade produtiva, enquanto o emprego informal está associado a postos de trabalho. Dessa forma, segundo a 17ª CIET, se constituem em emprego informal os empreendimentos e grupos de

trabalhadores por conta própria e empregadores proprietários de unidades produtivas no setor informal, trabalhadores em ajuda a membro do domicílio e assalariados (se a relação de trabalho não está sujeita à legislação trabalhista nacional e à proteção social), membros de cooperativas de produtores informais e trabalhadores que produzem bens prioritariamente para o próprio uso. (17ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho – CIET, 2003).

Segundo o (DIEESE, 2008) a definição do trabalho informal representou vultoso avanço no que diz respeito a esta discussão quando passa a contemplar como emprego informal esta modalidade, independente qual seja a modalidade ou unidade de produção em que se encontram estes trabalhadores/as.

Para (CACCIAMALI, 2000) o que se confirma nos últimos anos é um movimento

global de informalidade fortificado por dentro das relações de trabalho, onde a eliminação de direitos, garantias e segurança caminham juntos com a formalidade, destacando a pejotização e o fortalecimento do empreendedorismo e surgimento de novas economias distintas da economia capitalista (economia solidária) como novas formas de geração de trabalho e renda, fortalecendo a precarização das relações de trabalho.

A precarização é definida por Barbosa (2007) como oposição ao emprego assalariado, formalmente contratado e protegido por leis. Considera-se precário o trabalho com extensas jornadas de trabalho, com pagamento por produção, destituído de garantias legais de proteção ao trabalhador e ao acesso à seguridade social.

Este novo paradigma da realidade econômica, social e política, criado a partir da crise estrutural capitalista que se implantou a partir da década de 1970, favorável aos capitalistas e totalmente desfavorável a “classe que vive do trabalho”⁴ onde encontrou no Estado brasileiro as suas estratégias para se desenvolver, tais estratégias são: (“atrofiação” do mercado de trabalho, desprestígio das entidades representativas, despreparo da mão de obra e alta concorrência), tais estratégias criam a situação ideal para o crescimento das formas de trabalho precarizadas, totalmente a margem das políticas públicas, via reestruturação produtiva. (ANTUNES, 2010)

O mundo do trabalho apresenta uma precarização estrutural em todas as suas complexas facetas e mutações. Desta forma, Oliveira (2011, p.186) define a precarização da força de trabalho através do seguinte conceito:

Precarizar a força de trabalho é não atender a legislação vigente, é encobrir a relação entre empresa principal, empresa terceirizada e força de trabalho ofertada, é condicionar os trabalhadores às jornadas de trabalhos exaustivas ignorando o tempo de trabalho disponível, é impor os trabalhadores ao perigo do desenvolvimento do trabalho sem as condições mínimas de proteção via equipamentos de segurança, é se submeter à chuva e ao sol é rebaixar salários abaixo do seu valor. Precarizar é ir contra o que é legal, é sustentar-se no ilegal, nesse sentido a informalidade apresenta um elevado grau de precarização visto que representa além das 27 questões acima citadas, a ausência da possibilidade da estabilidade, a incerteza e debilidade dos trabalhadores. (OLIVEIRA, 2011, p.186).

Rocha (2006) afirma que, desigualdade social e pobreza são um dos principais efeitos desta nova dinâmica do capitalismo com o trabalho precarizado. A persistência da pobreza

⁴ Classe que vive do trabalho: a totalidade daqueles que vendem a sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. (...) Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital (ANTUNES, 2003, p.102-103).

reflete e sintetiza a face mais crítica de diversos problemas nacionais, como a informalização crescente no mercado de trabalho, a questão agrária, a política de salário-mínimo, os défices de oferta de serviços públicos básicos, a desigualdade entre pessoas e os desequilíbrios regionais.

No entanto, a percepção da pobreza pela sociedade pode ser obscurecida pelas diferentes formas que assume, assim como os diversos fatores a serem considerados em se tratando de um país tão vasto e heterogêneo como o Brasil. No contexto brasileiro, a informalidade toma os seguintes contornos a serem compreendidos:

Na realidade brasileira, essa questão da vulnerabilidade vem sendo vivenciada de forma diferente e paradoxal. Se, de um lado, nunca foi alcançada a generalização - universalização da condição salarial - de outro, a ausência dessa condição salarial poderia ser o fator de maior vulnerabilidade e insegurança nos termos de Castel. Tivemos, sim, uma presença histórica da informalidade, especialmente em âmbitos urbanos. Isso aconteceu com fortes bases familiares, étnicas, em função da constituição de redes sociais, que não se inserem nos moldes clássicos da mobilização do trabalho capitalista (assalariamento), tampouco a vulnerabilidade vivenciada por esses segmentos se dá em condições diferenciadas pela enorme flexibilidade das relações de trabalho à brasileira (CONSERVA e ARAÚJO, 2008, p.88).

Antunes e Alves (2004) destacam que a informalidade se tornou um fenômeno que trouxe novos rebatimentos no mundo do trabalho, ou seja, se tornou bastante abrangente, inclusive redefinindo os processos produtivos em nível mundial. Mais especificamente no mercado de trabalho brasileiro, as novas roupagens do trabalho a partir da reestruturação produtiva tem ditado um ritmo acelerado no que se refere a perda de direitos historicamente conquistados e precarização do trabalho via informalidade.

Oliveira (2011) analisa que, até o final dos anos de 1980, a informalidade e o subemprego eram tratados como problemas peculiares às particularidades regionais. Sendo compreendido como um fenômeno inerente às economias pré-industrializadas e que seria logo superado quando estas economias estivessem desenvolvidas. Neste sentido, entendia-se que, com o desenvolvimento industrial e econômico, a informalidade perderia força.

Entretanto, no início da década de 1990, período no qual o neoliberalismo avançou no Brasil, a informalidade avançou no país contra as previsões de tendência da formalização do trabalho. O conceito de informalidade pode ser englobado nas atividades informais de baixa capitalização, que são desenvolvidas numa perspectiva de renda para consumo individual ou familiar.

Essa realidade segue se aprofundando ao longo dos anos 2000, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD-Contínua – Julho 2018) obtido através do (Boletim Emprego em Pauta. Número 08 – Julho 2018 feito pelo DIEESE),

no primeiro trimestre do ano de 2018, para uma população economicamente ativa (PEA) de 90,6 milhões de pessoas, são considerados trabalhadores formais, e com algum tipo de proteção, 48,71% dos trabalhadores. Ainda nessa parcela, incluem-se os trabalhadores com contrato de trabalho e carteira assinada, que são apenas 36,3%, que corresponde a 32,9 milhões dos trabalhadores do setor privado, além de um contingente de 11,2 milhões (12,38%) de servidores públicos (incluindo os militares).

Ainda de acordo com o (Boletim Emprego em Pauta. Número 08 – Julho 2018 elaborado pelo DIEESE) os trabalhadores/as na informalidade e sem proteção social, seriam na ordem de 54,696 milhões de brasileiros, o que corresponde a 51,29% da PEA. Nesses 51,29% dos “não formais”, os/as empregados/as sem carteira assinada somam 10,7 milhões de pessoas, o que corresponde a 11,1% do total de empregos.

A pesquisa inclui também na categoria de informalidade as cerca de 6,2 milhões de empregadas/os domésticas/os (observa-se um número bastante baixo com carteira assinada, mas a ser considerado), os 4,4 milhões de empregadores/as e os trabalhadores por conta própria em algum tipo de atividade, em torno de 23 milhões, representando 25,3% do total de empregos no país.

Em sua maioria, os trabalhadores informais estão inseridos em atividades de prestação de serviços e de trabalhadores instáveis, sendo recrutados temporariamente e executando tarefas que exigem pouca qualificação. Além disso, existem também os trabalhadores ocasionais e temporários. Estes, porém, são desempregados inseridos na informalidade, mas almejam voltar ao trabalho formal. (OLIVEIRA, 2011).

Ainda Oliveira (2011) ressalta a importância de se perceber a informalidade como um conceito muito mais amplo que o de setor informal, bem como se percebem casos de formalidade no setor informal, ou seja, as terceirizações dos serviços podem contar com a produção de trabalhadores inseridos no mercado informal como prestadores de serviços ou até mesmo os pequenos empreendedores.

Estes, por sua vez, podem gerar empregos formais para atender as demandas de empresas terceirizadas ou diretamente da indústria e comércio. Neste contexto, afirma-se que no interior da produção capitalista a formalidade e a informalidade são indissociáveis e executam suas funções de fomento ao capital se enquadrando às suas necessidades de acumulação e expansão.

Mas, a informalidade pode manifestar-se também em formas de organização essencialmente distintas do trabalho formal, como ocorre, por exemplo, na economia solidária. Singer (2002) destaca que este tipo de economia possui diferentes tipos de

composição, a saber: os coletivos informais, as associações, as cooperativas sociais (pessoas com deficiência e transtorno mental), as organizações e os grupos de crédito solidário, os bancos comunitários, as redes de empreendimentos, a organização econômica de comunidades tradicionais, os grupos culturais, dentre outros.

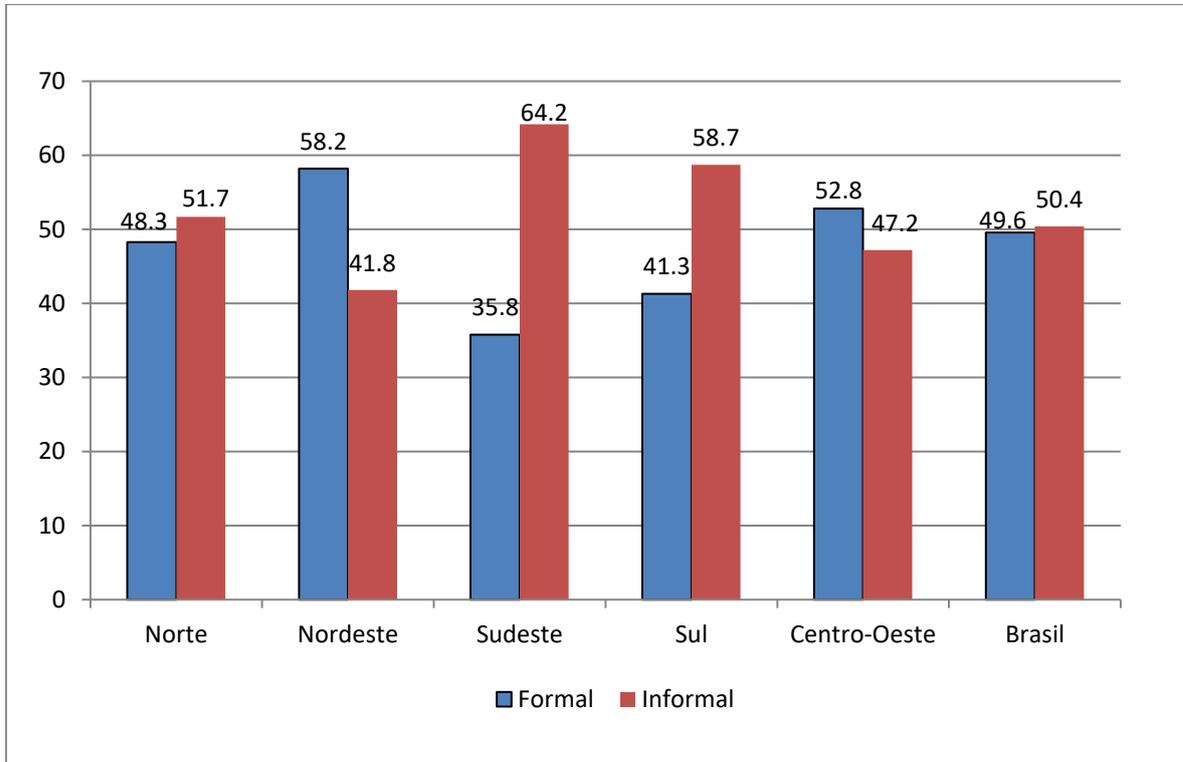
Segundo estudos do (Dieese, 2015) a informalidade na economia solidária é um fato presente em todas as formas de organização dos empreendimentos, sejam grupos, cooperativas sociais ou associações, onde os “associativos representam (30,0%), os cooperativos (26,1%) ou sociedades mercantis (37,8%) e é encontrada em maior número nos territórios urbanos.” Na economia solidária, a informalidade não é um atributo apenas daqueles empreendimentos que declaram operar como grupos informais.

Ainda, de acordo com os estudos do (Dieese, 2015), a análise da condição de formalidade dos empreendimentos econômicos solidários segundo sua categoria social e formação, mostra que o maior grupo de empreendimentos econômicos solidários informais (vale destacar, aqueles sem declaração do número de CNPJ) é exatamente o daqueles que se declararam como Grupo Informal correspondendo a 97,9%. Por outro lado, o segundo mapeamento evidenciou que 30,0% dos empreendimentos que se declararam grupos associativos também não informaram registro no CNPJ, ao passo que mais de 1/4 (26,1%) dos empreendimentos organizados em forma cooperativa e 37,8% das sociedades mercantis também operavam sob essa mesma condição.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (Sies) foram mapeados 19.708 estabelecimentos de economia solidária entre os anos de 2009 e 2013 em todo o território nacional. De acordo com o levantamento a proporção de empreendimentos que, nesse período, se encontrava na condição de informalidade (50,4%) era um pouco superior em comparação com aqueles na condição de empreendimentos formais. Essa proporção observada de empreendimentos informais para o Brasil foi menor do que aquela verificada para as regiões Sudeste (64,2%), Sul (58,7%) e Norte (51,7%). Apenas nas regiões Nordeste e Centro-Oeste o percentual de empreendimentos formais foi superior à proporção de empreendimentos informais, chegando a 58,2% e 52,8%, respectivamente, conforme demonstrado no (Gráfico 1), elaborado a partir dos dados do SIES,

Gráfico 1

Levantamento dos empreendimentos econômicos solidários por condição de formalização segundo, Brasil e Grandes Regiões, 2009 a 2013 (em%).

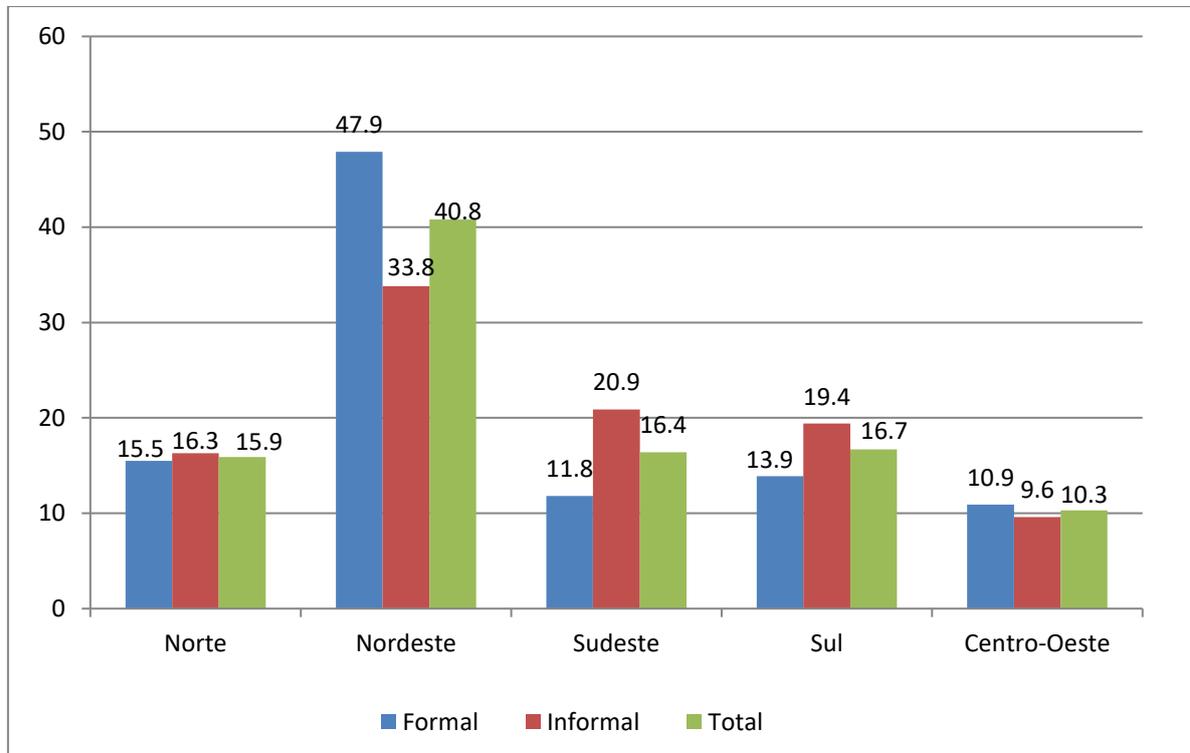


Fonte: MTPS, SENAES, SIES
Elaboração própria, 2021

A análise feita pelo (Dieese, 2015) mediante os dados analisados do SIES por grandes regiões revela a região norte com 16,3% de empreendimentos informais, nordeste com 33,8%, sudeste com 20,9%, sul com 19,4% e centro-oeste com 9,6%, vale destacar que a região nordeste é tida como a maior região do país onde se encontra maior número de empreendimentos econômicos solidários do país, descrito no (Gráfico 2), elaborado pelo DIEESE a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS/Senaes/Sies.

Gráfico 2

Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários grandes regiões, segundo condição de formalização. Grandes regiões, 2009 a 2013 (em%).



Fonte: MTPS, SENAES, SIES
Elaboração própria, 2021

A economia solidária aparece, nessa perspectiva, como uma alternativa ao desemprego por possuir características que lhe são peculiares, como autonomia, iniciativa própria, autogestão e cooperação, na sua forma de se conceber, fato que se relaciona com a necessidade de (re) inserir socialmente pessoas excluídas do mundo do trabalho. Pressupõe, também, a criação de um mercado isolado e isento das características e traços da economia capitalista (propriedade privada dos meios de produção, venda da força de trabalho e alta competitividade).

Por causa dessa estrutura organizacional e ideológica, as experiências de autogestão da economia solidária são segundo Singer (2002), modos concretos de uma nova organização do trabalho fora do modelo capitalista, sendo herdeira da tradição socialista. Mas, embora se configure como uma importante estratégia de autogestão e reprodução de camadas excluídas do mercado formal de trabalho, esse tipo de organização informal não conta com as garantias sociais inerentes às relações formais de produção, onde se torna importante salientar as características da formalidade e informalidade.

A formalidade se define pelas garantias oferecidas ao trabalhador que, apesar de sua

condição de superexploração, goza de direitos como FGTS, Seguro Desemprego, descanso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, décimo terceiro salário e os benefícios relacionados ao transporte, à saúde e à educação.

Enquanto a informalidade, por não incluir nenhum desses direitos e benefícios, se caracteriza pela diminuição ou exclusão das conquistas sociais no âmbito do trabalho, associada à precarização exacerbada das condições do exercício laboral. Além disso, cria a sensação de autonomia ao trabalhador.

Este, por sua vez, passa a se considerar como empreendedor e passa a trabalhar por mais tempo para responder as demandas do mercado capitalista e às suas necessidades de sobrevivência (OLIVEIRA, 2011). Barbosa (2007) afirma que o desemprego associado à degradação das condições de trabalho, bem como a reestruturação do mercado, vem contribuindo de forma crucial para o fomento da informalidade como solução para a crise do emprego formal.

Este fenômeno trouxe consequências substanciais para a classe trabalhadora no que diz respeito à construção da identidade coletiva destes trabalhadores que, por sua vez vêm assumindo uma identidade heterogênea, não mais se reconhecendo como classe e se posicionando de maneira cada vez mais individual. Pois, uma vez que os sindicatos perderam força frente a reestruturação do mercado de trabalho, torna-se diminuto o poder de barganha destes trabalhadores frente a ofensiva neoliberal e a consequente diminuição de direitos historicamente conquistados.

Neste sentido, a informalidade afastou a possibilidade histórica de pleno emprego e proteção social ampliada, como visto nas experiências social-democratas europeias, tendo como exemplo o Welfare State.

Na perspectiva de alguns, a informalidade é tida como solução ao desemprego estrutural no Brasil. Entretanto, ela reproduz a precarização do trabalho, na medida em que contribui para o achatamento salarial, a perda de direitos historicamente conquistados e a diminuição de enfrentamento dos conflitos devido à perda de coletividade. Neste sentido, prejudica sobremaneira a reprodução social da classe trabalhadora, degradando a qualidade de vida e comprometendo a emancipação social.

Em suma, os trabalhadores tiveram que se reinventar diante das contrarreformas do Estado impostas pelo neoliberalismo que trouxe como diretriz central a reestruturação de ordem produtiva, flexibilização, precarização e informalidade, totalmente em sintonia com as iniciativas crescente no “mundo do trabalho”, o capital e o Estado levaram a classe trabalhadora a se reinventar, construindo novas formas de produzir e gerar renda para garantia

do seu sustento e sobrevivência frente as investidas do capital financeiro contemporâneo, mediante a este cenário, a economia solidária surge como uma alternativa para estes trabalhadores que se encontra fora do mercado de trabalho e começa a se estabelecer e ganhar visibilidade.

No capítulo II apresentaremos trajetória de lutas do movimento de economia solidária, sua composição em Minas Gerais, trazendo elementos onde a economia solidária é identificada segundo Santos e Rodríguez (2002), como experiências de produções alternativas baseadas em princípios não capitalistas e, por isso, não hegemônicas.

CAPÍTULO II - A POLÍTICA SOCIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, “OUTRA ECONOMIA ACONTECE” FRENTE ÀS INVESTIDAS DO CAPITAL

2.1. TRAJETÓRIA DE LUTAS DO MOVIMENTO SOCIAL

Esta seção tratará da trajetória e lutas do movimento de economia solidária. Nosso marco para essa análise são as lutas operárias e sociais do final dos anos de 1970. O elevado desemprego no início dos anos de 1980 impôs aos trabalhadores uma atitude defensiva, repensando suas estratégias de organização e determinando as opções do movimento operário em ações corporativas de defesa dos trabalhadores formais.

Nesse contexto, surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o pressuposto de unificar o movimento sindical no Brasil em um cenário de perda de dinamismo da indústria e da atividade econômica. Nesse contexto surgiram as primeiras iniciativas de organização dos trabalhadores na perspectiva da economia solidária.

Essas iniciativas foram impulsionadas por ações de vários movimentos sociais, ONGs, igrejas e universidades, que apoiam a constituição e a articulação de cooperativas populares, de redes de produção e comercialização dos produtos em feiras de economia solidária na perspectiva de geração de renda para seu sustento.

Neste período de dura recessão e retrocessos para a classe trabalhadora entre os anos de 1970 a 2003 os trabalhadores tiveram que se reinventar diante das contrarreformas do Estado apresentadas pelos governos neoliberais de Fernando Collor de Melo, Sarney e Fernando Henrique Cardoso que tinham como diretriz central a reestruturação de ordem produtiva, flexibilização, precarização e informalidade, evidentes em seus planos econômicos, tais fatores, levaram a classe trabalhadora a se reinventar, construindo novas formas de produzir e gerar renda para garantia do seu sustento e sobrevivência frente às investidas do capital financeiro contemporâneo e do desemprego em crescente alta, e a economia solidária surge como uma alternativa para estes trabalhadores que se encontram fora e ou excluídos do mercado de trabalho, ganhando forma e visibilidade. Esses grupos de trabalhadores começaram a se organizar e se articular em fóruns estaduais e regionais de economia solidária para participar do Fórum Social Mundial (FSM) e, durante a 3ª edição do FSM (2003), foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Em 2003, o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva assume o poder e, já em seu primeiro mandato, desenvolve uma política de trabalho em que parte das diretrizes estava centrada na economia solidária. Nessa época, foi criada, por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (instituindo o Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003), a Secretaria Nacional

de Economia Solidária (SENAES), interna ao Ministério do Trabalho e Emprego e Previdência Social (MTEPS). A direção da SENAES ficou sob o comando do economista Paul Singer e, a partir de então, a economia solidária alcançou o *status* de política pública de governo. (Parecer CEFESS-CRESS, 2003, p. 1).

A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo).(…) O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. (SINGER, 2000. p. 13).

Na perspectiva do autor, a superação do modo de produção capitalista é possível porque na economia solidária os princípios são distintos e opostos aos da economia capitalista: “posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa; repartição da receita líquida entre os cooperadores”. Por causa dessa estrutura organizacional e ideológica, as experiências de autogestão da economia solidária são segundo Singer (2002), modos concretos de uma nova organização do trabalho fora do modelo capitalista, sendo herdeira da tradição socialista.

As iniciativas de economia solidária têm em comum a igualdade de direitos, fazendo com que os empreendimentos tenham participação democrática com igual poder para todos nas tomadas de decisões, sem distinção de raça, cor, etnia, gênero, respeitando a diversidade e apontando para a superação da contradição entre capital e trabalho.

A economia solidária aparece, nessa perspectiva, como uma alternativa ao desemprego, porque têm características que lhe são peculiares, como autonomia, iniciativa própria, autogestão e cooperação. Isso se relaciona com a necessidade de reinserir socialmente pessoas excluídas do mundo do trabalho e romper com a suposta exclusão que os não empregados vivenciam. Ademais, pressupõe, também, a criação de um mercado isolado e isento das características e traços da economia capitalista (competição, propriedade privada e a força de trabalho livre).

Discutir a economia solidária e gestão social para essa política é algo que vai muito além da simples reinserção do público excluído e marginalizado na sociedade por meio da renda. Percebe-se, ao longo da sua trajetória sócio-histórica, esse público carrega às manifestações da questão social, como o preconceito, a discriminação, a desigualdade, a exclusão social, além da luta cotidiana pelo seu reconhecimento como cidadãos que fomentam outra forma de economia do Estado por meio do trabalho, assim como faz o mercado formal.

A negação dos direitos se faz presente no cotidiano desses trabalhadores, o que é um

resultado do modelo de acumulação capitalista e de um processo de industrialização desigual, tornando a economia popular solidária uma alternativa de sustento para as pessoas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal.

As consequências nefastas do modelo de produção gerido pelo capital já se tornam evidente no plano social, marcado pelo acúmulo desmedido e crescente, pela concentração absurda de renda e bens nas mãos de poucos indivíduos e grupos econômicos, ocasionando situações extremas de injustiça social, exacerbação da violência, guerras, fanatismo, intolerâncias étnicas e preconceitos disseminados em todos os continentes.

Portanto, é urgente resistir e propor alternativas a esse modelo que se esvai por suas próprias contradições. Encontrar novas maneiras de prover as necessidades básicas de todos os trabalhadores e reverter às situações indignas e desumanas que se abatem a extensos segmentos sociais que sobrevivem em condições de grande vulnerabilidade social.

O que tem inspirado a construção da economia solidária é que “Outro Mundo é Possível” e, acreditando nesse lema, a economia solidária teve sua gênese de forma ordenada, trazendo outros instrumentos para a construção de uma nova realidade produtiva, que se baseia no esforço e em resultados obtidos por um trabalho coletivo e de base cooperativa, numa perspectiva solidária dotada de significados e valores compartilhados que se opõem à visão utilitarista engendrada pelo capital financeiro nesses últimos três séculos de hegemonia do capitalismo.

É urgente a necessidade da edificação de um novo paradigma para as relações socioeconômicas divergentes do modo de produção capitalista, lastreadas nos princípios da democracia, sustentabilidade e da justiça social, para a construção de novas perspectivas e direcionamento para os indivíduos que acreditam neste modo de produção e sociedade.

O alcance da economia solidária já revelada em múltiplos empreendimentos exitosos nas mais diversas regiões do planeta e do Brasil.

Apesar dessa realidade desfavorável imposta pela agenda do grande capital mundial, vários empreendimentos e grupos ordenados resistem e conseguem sobreviver apesar de todas as dificuldades apresentadas, atuando em muitas cidades e em diversos segmentos cooperativos de prestação de serviços, confecção, alimentação, ecoturismo, agricultura orgânica, extrativismo, pesca, coleta seletiva de resíduos, dentre outros.

Observam-se importantes avanços na construção da economia solidária no Brasil que, de acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações da Economia solidária já mobiliza aproximadamente 1,5 milhão de pessoas em mais de 20 mil empreendimentos econômicos solidários e contribui para a construção da humanização das relações de trabalho,

geração de renda e partilha. (SIES, 2012).

Diante dos fatos, compreende-se a gestão social como ferramenta para a tomada de decisão coletiva sem coerção. Isso é evidenciado quando analisamos a forma de gestão dos empreendimentos e cooperativas de economia solidárias exitosas, que se baseia no entendimento como processo de construção, tendo a transparência como pressuposto e a emancipação enquanto fim. Ademais, nesses empreendimentos entende-se que a gestão social é um processo em construção nos diversos segmentos da sociedade.

Percebe-se que no movimento de economia solidária aparecem traços próprios e evidentes da reestruturação capitalista e da dinâmica reificada da vida social, e não de rompimento com a investida capitalista. A economia solidária se apresenta como mais uma estratégia do capitalismo contemporâneo no mundo globalizado, que “fetichiza” as relações de produção e o consumo das mercadorias produzidas dentro das suas estruturas.

Por outro lado, isso também expressa que tais fenômenos estão se consolidando e têm suas bases arraigadas na existência real do capitalismo contemporâneo, impondo a busca por uma análise aprofundada à luz da crítica radical e ontológica do sistema capitalista, e não somente nas “construções ideais” que se autonomizam frente a realidade.

Nesta seção abordamos a trajetória e lutas do movimento de economia solidária, em que o nosso ponto de partida para essa análise são as lutas operárias e sociais do final dos anos de 1970 e início dos anos 1980 para o enfrentamento ao desemprego conjuntural e estrutural, reflexo da crise econômica brasileira, mas também nas mudanças tecnológicas e organizacionais, atingindo a classe trabalhadora brasileira, já na seção seguinte desenvolveremos uma breve análise sobre a economia solidária em Minas Gerais.

2.2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MINAS GERAIS

Neste tópico abordaremos, mediante um resgate histórico, a constituição da economia solidária em Minas Gerais uma vez que o estado também foi atingido pela forte crise de desemprego dos anos de 1980 e 1990. No Estado de Minas Gerais pode-se identificar dois movimentos: a própria necessidade de geração de renda, reflexo da crise econômica brasileira, além de um anseio pelo surgimento de uma nova cultura do trabalho baseada em iniciativas colaborativas e autogestionárias.

Deve-se também destacar neste cenário a atuação de diversas entidades ligadas à Igreja Católica na construção de alternativas que superassem os problemas sociais em nosso estado. Em 1994 essa proposta alternativa de desenvolvimento econômica ganha forma

através das primeiras ações do *Grupo de Trabalho em Alternativas de Geração de Renda da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Belo Horizonte*.

Mantendo discussões acerca do surgimento de iniciativas solidárias, e tendo incorporado já em suas reuniões mensais as principais entidades de apoio e fomento da cidade, onde o grupo de trabalho ampliou sua atuação, promovendo intercâmbios com os estados como o Rio de Janeiro e estados do nordeste brasileiro. A formação de técnicos e gestores públicos para atuarem na área da economia solidária já era uma preocupação da prefeitura municipal de Belo Horizonte neste momento, que também dialogava com organizações da sociedade civil de diversas naturezas.

No ano de 1998, conversas entre sociedade civil e o legislativo de Belo Horizonte geraram algumas iniciativas no âmbito da economia solidária que tinham como base o microcrédito resultando nos primeiros passos da EcoSol de Minas no setor das finanças solidárias. Com suas primeiras atividades em desenvolvimento, o movimento de economia solidária de Minas Gerais foi crescendo e promovendo uma série de eventos como os cursos de formação que visavam divulgar o tema por todo o Estado. Entidades de abrangência nacional deram suporte a esse crescimento da economia popular solidária mineira como a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT)⁵ e a Cáritas Brasileira.

Em 2001, a partir dessa mobilização de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos, foi criado o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS). Três oficinas de âmbito estadual e diversas discussões sobre as bandeiras prioritárias e as linhas de ação do movimento em Minas também aconteceram neste ano.

Após um início em que concentrou somente o coletivo de economia solidária da região metropolitana de Belo Horizonte, o FMEPS conseguiu ampliar sua atuação através dessas oficinas e de encontros de interiorização do movimento, que antecederam a I Feira Estadual de EPS e o I Ciclo de Debates da Economia Popular Solidária realizado em parceria com a assembleia legislativa do Estado - ALMG no ano de 2003.

⁵ A Agência de Desenvolvimento Solidário foi criada com o objetivo de gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social sustentável, democratizar o crédito através de um Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, promover a educação permanente dos trabalhadores da economia solidária, sistematizar e construir novos conhecimentos empíricos e teóricos no campo da economia solidária, organizar redes de economia solidária e viabilizar a inserção dos empreendimentos econômicos solidários no mercado, formular propostas para criação de leis e de políticas públicas para a economia solidária e difundir os princípios da economia solidária na sociedade (MAGALHAES, 2002).

No Ciclo de Debates da Economia Popular Solidária, resultando em uma proposta de criação de uma lei estadual de economia solidária. Algum tempo depois, foi apresentado o Projeto de Lei (PL) 830/2003, que previa a criação de um selo de identificação da economia solidária.

Se valendo dessa oportunidade, o FMEPS conseguiu realizar uma audiência pública por meio da Comissão de Participação Popular da assembleia legislativa de Minas e apresentou três pontos para o aperfeiçoamento deste PL, sendo eles: (i) que o PL levasse em conta as discussões já realizadas no FMEPS; (ii) que temas além da certificação fossem também assistidos pela lei; e (iii) que a participação envolvesse os participantes do Fórum Mineiro. Uma comissão foi montada posteriormente ao parecer positivo dado a essa reivindicação do FMEPS para uma reformulação do Projeto de Lei 830/2003.

O Projeto de Lei resultante do trabalho dessa comissão foi aprovado no fim de 2003 e a lei 15.028 sancionada no dia 19 de janeiro de 2004. No mesmo período, foi criada no âmbito nacional a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, extinto pela atual gestão no governo Bolsonaro e incorporado ao Ministério da Economia.

Após esse processo, em 2004, é instituída a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária - PEFEPS,⁶ o que seria de forte influência na consolidação do projeto político da economia solidária de Minas assim como do próprio FMEPS. Apesar deste avanço conquistado, o governo do estado não cumpriu o prazo de regulamentação da lei, que era de 90 dias.

Mesmo após diversas reuniões marcadas com gestores públicos o coletivo estadual da EPS não obteve sucesso em relação a essa regulamentação. Ainda que não tenha conseguido superar este obstáculo neste ano, ações importantes foram realizadas pelo FMEPS como o mapeamento nas regiões mineiras do Vale do Rio Doce e Vale do Mucuri, que serviria como base para o mapeamento nacional, ações de capacitação e organização de uma feira de dimensão estadual. Diante desses avanços na organização do movimento de Economia Popular Solidária em Minas o coletivo do estado foi chamado a compor o coletivo de delegados da III Plenária Nacional de Economia Solidária.

⁶**LEI 15028, de 19/01/2004** - INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FOMENTO À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - PEFEPS. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/index.html?aba=js_tabLegislacaoMineira&subaba=js_tabLegislacaoMineiraSimples&tipoPesquisa=sim - Acesso em 17/04/2021

Em 2005, as atividades estaduais da I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES) e do Mapeamento Nacional de EES mobilizaram muitas pessoas e empreendimentos econômicos solidários em Minas. Também neste ano novamente o coletivo do FMEPS empenhou forças para a regulamentação da Lei Estadual de EPS e teve suas tentativas frustradas.

Novamente em 2006 é realizada a feira estadual de Economia Solidária, ação que ganha força especialmente a partir do ano de 2008 quando foram conquistados recursos através de propostas de emendas populares na elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG do estado de Minas, subsidiando anualmente este evento.

No entanto, a realização das feiras estaduais sempre demandou grande empenho do FMEPS, pois o recurso garantido através dessas emendas passa por uma série de trâmites burocráticos do governo do estado para finalmente chegar à organização das feiras, culminando inclusive na não realização em alguns anos. Também em 2006 ocorre a expansão das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Solidárias (ITCP's), entidades de apoio e fomento ligadas às universidades. As incubadoras ingressaram nas coordenações de alguns fóruns regionais e impactaram positivamente na organização dos mesmos.

A regulamentação da lei de economia solidária do estado é novamente posta em pauta pelo movimento da EcoSol em 2007. Um grupo representante do Fórum Mineiro de EPS esteve novamente em reunião com membros da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese) para viabilizar a regulamentação. Desses encontros, resultou uma minuta de decreto que percorreu algumas secretarias do governo do estado até ser publicada oficialmente em setembro do ano seguinte, viabilizando assim o anseio do FMEPS.

Em dezembro de 2004 ocorreu a posse dos integrantes do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (CEEPS), previsto na lei 15.028/2004, e a primeira reunião ordinária desse grupo de conselheiros que institucionalizava assim o diálogo entre sociedade civil e gestores públicos no âmbito da EPS. Também em 2008, o coletivo da EcoSol de Minas se mobilizou para participar da IV Plenária Nacional da EcoSol que tinha como tema “Por um novo modelo de Economia Solidária”. Outras importantes ações das quais o FMPES se envolveu nesse mesmo período foram os grandes projetos nacionais de formação em economia solidária como o Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) e o Projeto Brasil Local, ambos financiados pela SENAES/MTE.

Já em 2010, Minas Gerais também esteve presente em Brasília-DF para contribuir com a II Conferência Nacional de Economia Solidária, que tinha como tema “Pelo direito de

produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”, ajudando assim no balanço nacional sobre os avanços, limites e desafios da EcoSol no país.

Sempre ativo nos eventos nacionais da Economia Solidária, o coletivo de Minas Gerais novamente constrói, em conjunto com representantes de empreendimentos solidários, gestores públicos e entidades de apoio de todo o Brasil, a V Plenária Nacional, ocorrida em Luziânia-GO no ano de 2012. Esta plenária teve grande influência no desenvolvimento do movimento no Brasil, pois evidencia a EcoSol como opção transversal e popular de emancipação dos trabalhadores do país.

No ano de 2014, o coletivo da Economia Solidária em Minas Gerais novamente se organiza para produzir a III Conferência de Economia Solidária, envolvendo as etapas regionais, estadual e nacional. Com o apoio de recursos de Emenda da Comissão de Participação Popular da ALMG, bem como de convênio firmado com a SENAES/MTE, é promovida a III COEES, com a participação de 150 representantes das regiões do Estado.

Nesta conferência foram deliberadas 82 propostas de desenvolvimento da economia solidária em Minas Gerais, advindas das etapas regionais, das quais 10 foram enviadas à Conferência Nacional. O conjunto de proposições depuradas e eleitas pelo plenário da III COEES foi posteriormente detalhado em seminário deliberativo e culminaram em um importante documento para orientar os passos do movimento.

2.3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MODO DE PRODUÇÃO E SUA COMPOSIÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nesta seção discutiremos a economia solidária como modo de produção e sua composição no estado de Minas Gerais, trazendo elementos para Identificação da economia solidária, segundo Santos e Rodríguez (2002), como experiências de produções alternativas baseadas em princípios não capitalistas e, por isso, não hegemônicas. A economia solidária – EcoSol – está relacionada com o novo associativismo econômico, fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras que lutam por um modelo de desenvolvimento alternativo, centrado na autogestão, na participação e na democracia.

Como afirma Singer (2004, p.7):

Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (SINGER, 2004, p.7)

Dessa forma, a Economia Solidária se baseia no ideário de uma economia plural e diversa, salientando a união do econômico com o social e os laços de reciprocidade. Relaciona-se com o tema da inclusão social e desenvolvimento local em contraposição à mundialização ou globalização imposta pelo capitalismo contemporâneo. Trata-se de um poderoso instrumento de combate da exclusão, na medida em que se torna viável a geração de trabalho e renda de forma associativa e sustentável.

Na Economia Solidária a atividade econômica está a cargo do ser humano e não da acumulação de riquezas e de capital. As experiências no âmbito da Economia Popular Solidária são extremamente variadas, compreendendo uma diversidade de práticas econômicas e sociais como cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e solidário e consumo ético e solidário.

Nesse sentido, a carta de princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES importante documento de orientação para o Movimento da EcoSol – construída na ocasião da III Plenária Nacional de Economia Popular Solidária realizada em 2003, apresenta eixos gerais de convergências quanto aos princípios da Economia Solidária, no qual, vale destacar: a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade.

Esse entendimento é reforçado no conceito construído pela mesma carta e reiterado pelos documentos síntese da IV e V Plenária de Economia Popular Solidária, realizadas em 2008 e 2012, a saber:

A Economia Solidária é fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. Esta nova prática de produção e consumo privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras. (DOCUMENTOS SÍNTESE DA IV E V PLENÁRIA DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA - FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008/2012).

A Economia Popular Solidária se configura como um diferencial para as políticas públicas de trabalho, emprego e renda, apontando para uma nova lógica de desenvolvimento

sustentável, mediante a superação da pobreza e a inclusão produtiva equânime e distributiva. Seus resultados econômicos, políticos, culturais e sociais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Trata-se de um modo de produção alternativo, que se opõe à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade.

Nesse contexto, foi criado o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com o intuito de identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil, onde identificou 33.518 (trinta e três mil quinhentos e dezoito) Empreendimentos Econômicos Solidários – EES – em todo o território nacional. Desse montante levantado, a SENAES disponibiliza informações completas de 19.708 (dezenove mil setecentos e oito) Empreendimentos Econômicos Solidários – EES.

O referido mapeamento e constituição do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária – SIES foram realizados em 03 (três) etapas, conforme descrito: Na primeira etapa em 2005 foram mapeados 14.954 EES; na segunda etapa em 2007 complementou o anterior com a inclusão de mais 6.905 EES, mapeando 2.933 municípios, 53% dos municípios brasileiros. Em Minas Gerais, apenas 23% dos 853 municípios mineiros, cadastrando 1.236 EES; na terceira etapa período entre 2010/2012 somou-se aos anteriores, 11.663 EES. Identificando 33.518 EES desde 2004. Sob o ponto de vista da organização econômica e a partir dos dados do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária - SIES onde encontramos dados completos de 19.708 EES, a economia solidária brasileira se caracteriza pelas seguintes formas de organização:

Tabela 1: Tipos de Organização

Forma de Organização	Quantidade	%
Grupo Informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade Mercantil	127	0,6
Total	19.708	100

Fonte: Boletim Informativo Dados do SIES 2020.

Complementa esses dados a seguinte distribuição da Economia Popular Solidária no território brasileiro: mais de 40 % dos EES da base do SIES se localizam na região Nordeste. Nas regiões Norte, Sudeste e Sul a distribuição é bastante próxima (15,9%; 16,4% e 16,7% respectivamente). Na região Centro-Oeste os 2.021 (dois mil e vinte e um) EES representam 10,3% do total de acordo com o (SIES, 2013).

Pode-se perceber que o mapeamento dos EES realizado pela SENAES, em que pese o grande esforço envolvido, ainda apresenta grandes limitações no que diz respeito à universalidade da cobertura territorial brasileira. Isso significa que, até os dias atuais, ainda não há pleno conhecimento da totalidade dos EES existentes no Brasil, nem tampouco dos diversos formatos e modalidades nos quais os EES se apresentam. Diante disso, uma das importantes ações realizadas na década de 2000 foi à criação de um arcabouço legal que pudesse conceituar os EES, bem como estabelecer processos sistemáticos e legítimos de certificação dos mesmos.

Nesse cenário é importante destacar que o estado de Minas Gerais foi pioneiro a constituir uma legislação específica para o fomento à Economia Popular Solidária. A Lei estadual nº. 15.028/04 estabelece as definições acerca da Economia Popular Solidária, conforme descrito em seu artigo 2.o, a seguir:

2º – A Economia Popular Solidária constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

(Lei Estadual nº. 15.028/2004)

Ainda de acordo com a referida legislação, os empreendimentos econômicos solidários devem, segundo o seu artigo 5º, apresentar as seguintes características:

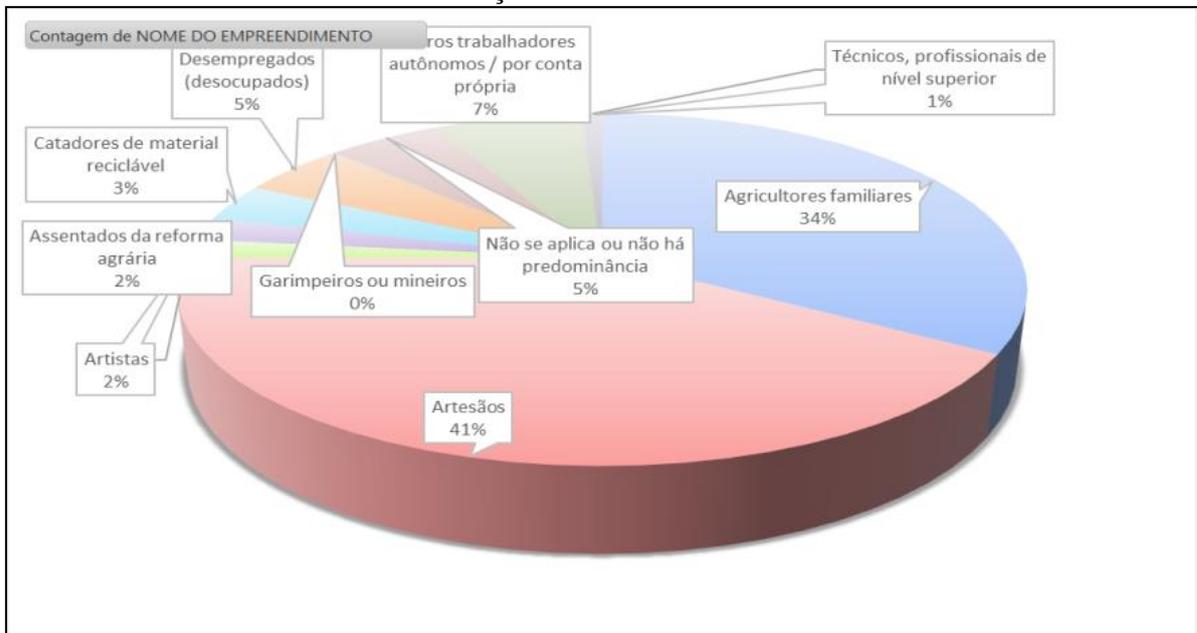
- I - a produção e a comercialização coletivas;
- II - as condições de trabalho salutar e seguras;
- III - a proteção ao meio ambiente e a todas as formas de vida;
- IV - a equidade de gênero;
- V - a não-utilização de mão-de-obra infantil;
- VI - a transparência na gestão dos recursos e a justa distribuição dos resultados;
- VII - a prática de preços justos, sem maximização de lucros nem busca de acumulação de capital;
- VIII - a participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento;
- IX - a participação dos integrantes nas deliberações, na forma do parágrafo único do art. 6º desta Lei.

§ 1º - Consideram-se empreendimentos de Economia Popular Solidária as empresas de autogestão, as cooperativas, as associações, os pequenos produtores rurais e urbanos, os grupos de produção e outros que atuem por meio de organizações e articulações locais, estaduais e nacionais. (Lei Estadual nº. 15.028/2004)

Compreende-se, portanto, que há um conjunto de características que baseia a conceituação de Economia Popular Solidária, assim como definições já regulamentadas como a Lei 15028/04 do estado de Minas Gerais, o Decreto Presidencial nº 7.358/2010 que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário e as diretrizes do Governo Federal por meio

da Portaria 1.780, de 19 de novembro de 2014, que institui o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL. De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES⁷ (existem em Minas Gerais 1.188 empreendimentos de produção solidária, representando 14,92% dos empreendimentos de todo o Brasil. Os principais eixos de atuação identificados são: Agricultura Familiar (34%) e Artesanato (41%), conforme demonstra o gráfico3: Eixos de Atuação da Economia Solidária em Minas Gerais.

Gráfico 3 – Eixos de Atuação da Economia Solidária em Minas Gerais



Fonte: SIES – SENAES – MTE, 2014

O mapeamento desenvolvido pela SENAES para compor a base SIES não atingiu todos os municípios do estado, de modo que é possível considerar que a realidade dos EES mineiros é mais ampla e abrangente do que o apresentado.

Conforme já mencionado, a Lei 15.028/2004 estabelece a Política Estadual de Fomento a Economia Popular Solidária - PEFEPS. Tal política é estruturada tendo como principal órgão gestor a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE, e principal instância de participação e controle social o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária – CEEPS.

Os Conselhos de Políticas Públicas são instâncias de poder criadas a partir da Constituição Federal de 1988, caracterizando-se como um espaço público e plural, no qual

⁷Disponível em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidária/conferencia-nacional-de-economia-solidária/>, acesso 26/06/2020).

representantes da sociedade civil organizada e do Estado formulam e fiscalizam o desenvolvimento da política pública.

Nos Conselhos, a relação público/privado se estabelece, materializando os princípios da democracia representativa e participativa, onde se tornam espaços de debate e busca pelo consenso, nos quais devem predominar os interesses públicos e dos usuários das políticas públicas, cujo objetivo é promover a participação da sociedade civil na formulação, avaliação e implementação de políticas públicas.

O Conselho Estadual de Economia Popular Solidária - CEEPS, criado pelo art. 10 da Lei nº. 15.028, de 19 de janeiro de 2004, tem por finalidade deliberar e propor sobre diretrizes, políticas e ações de fomento à Economia Popular Solidária.

O CEEPS aprova, anualmente, as principais diretrizes da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária apresentada pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE.

Além disso, é responsável pela definição dos critérios para seleção de programas e projetos apoiados pela PEFEPS e financiados pelo Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária, observada a necessária correlação com os indicativos presentes na Lei nº15.028/04.

Atualmente, a política pública de Economia Popular Solidária é executada por meio de dois eixos principais, conforme o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2012-2015⁸. São eles: (i) o fomento e apoio aos empreendimentos da economia popular solidária; e (ii) o apoio à comercialização da economia popular solidária.

O eixo de fomento compreende as ações de mapeamento, assessoramento técnico, qualificação profissional e entrega de equipamentos e insumos para potencializar os EES.

Já o eixo de apoio à comercialização atua promovendo feiras, criação e abertura de pontos fixos e espaços de comercialização aos EES. Não há atualmente qualquer atuação estatal no que tange às finanças solidárias, ainda que existam iniciativas exitosas no estado, sobretudo organizados por empreendimentos e sociedade civil, com o eventual apoio da SENAES.

Não obstante, o desenvolvimento da Política Estadual de Economia Solidária no estado de Minas Gerais, as ações hoje desenvolvidas são, em grande medida, fruto de

⁸ Plano Plurianual de Ações Governamental – PPAG 2012 a 2015 – PROGRAMA: 272 - POLÍTICA DE PROMOÇÃO DE EMPREGO - Ação 4584 - FOMENTO E APOIO AOS EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA - Pagina 528. Disponível em https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/344/MG_Volume_II_Programas_Acoes_Sector_Governo.pdf?sequence=1&isAllow - Acesso 03/09/2021.

convênios firmados entre SEDESE e SENAES/MTE ou financiadas por meio de emendas parlamentares da Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa de Minas Gerais - ALMG ao orçamento do Estado, via Plano Plurianual de Ações Governamentais – PPAG.

As emendas parlamentares se concretizam hoje como a principal fonte de financiamento da EPS, levando em consideração o desmonte do Ministério do Trabalho e conseqüentemente o desmantelamento da SENAES.

Diante do colocado, é possível afirmar que, em que pese haver uma sistematização legal sobre a política pública de economia solidária no Estado, ainda não há organicidade nas ações do executivo mineiro, que carecem de programas estruturantes capazes de conduzir as diversas entregas para um resultado lastreado por diretrizes e normativas gerais. Em outras palavras, é preciso constituir um sistema estadual de políticas públicas de Economia Solidária, condizente com a Lei 15.028/2004, amparado pela participação e controle social estabelecido no CEEPS e apto a estruturar diversas ações para promover o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários como estratégia para o desenvolvimento social e econômico, bem como no combate da pobreza.

Nesta seção apresentamos a economia solidária como modo de produção, onde harmonizo suas ações a partir dos dados levantados, sua trajetória de constituição e sua composição no estado de Minas Gerais, trazendo elementos e experiências solidificadas e identificadas como experiências de produções alternativas baseadas em princípios não capitalistas e, por isso, não hegemônicas.

A economia solidária – EcoSol – está relacionada com o novo associativismo econômico, fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras que lutam por um modelo de desenvolvimento alternativo, centrado na autogestão, na participação e na democracia (SANTOS E RODRÍGUEZ, 2002).

No capítulo 3 (três) apresentaremos a gestão social, sua relação com as políticas públicas e em especial com a economia solidária no que se refere ao seu desenvolvimento e interação a partir da concepção e entendimento que a gestão social se materializou como a principal ferramenta de gestão entre os anos de 2015 a 2018 evidenciado a partir dos resultados apresentados pela gestão no desenvolvimento da economia solidária em Minas Gerais.

CAPÍTULO III - “OUVIR PARA GOVERNAR”, A GESTÃO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo desenvolveremos o conceito de gestão social e a sua relação com as políticas públicas no campo da construção dialógica da gestão, e na sua interação com os princípios norteadores da economia solidária.

Em outro momento apresenta a constituição e as mudanças propostas para a condução da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE entre os anos de 2015 a 2018, trazendo ao longo da escrita os resultados, ações e entregas obtidas pela gestão neste período e também os diversos desafios enfrentados e a serem superados. “Ouvir para Governar”, este foi o ponto norteador da gestão que se inicia em 2015, onde o estado mineiro foi dividido e organizado em (17) dezesseis territórios de desenvolvimento, abrangendo os (853) oitocentos e cinquenta e três municípios.

A partir desta perspectiva de diálogo e participação e considerando os referenciais teóricos e análise de documentos, apresenta-se a Gestão Social, levantamento da economia popular solidária em Minas Gerais e análise das condições de trabalho dos empreendimentos econômicos solidários e demais segmentos da economia popular solidária.

A gestão social é apresentada como ferramenta de gestão para a tomada de decisão coletiva sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo de construção. Tendo a transparência como principal pressuposto e a emancipação enquanto fim último, a gestão social é vista como um processo em construção e discutida por vários atores em diversos segmentos da sociedade.

A gestão social se configura como uma importante ferramenta para o gerenciamento das políticas sociais, principalmente quando é entendida como uma estratégia de gestão.

De acordo com Tenório (2005), o tema gestão social tem sido objeto de estudo e prática associado à gestão das políticas sociais, o que possibilita a discussão e construção de políticas públicas que solucionem problemas sociais apontados pela própria população e ainda não visualizados pelas instituições públicas através do diálogo.

Tais diálogos se dão dentro dos espaços onde se elabora as políticas públicas, sendo eles as organizações governamentais, protagonizados pelos atores sociais e técnicos, privilegiando a participação de todos, mas ainda muito incipiente no que diz respeito a economia solidária, mesmo tendo esta interação entre gestão e movimento social.

Nesse caminho, as políticas públicas podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de

demandas e propostas advindas dos diversos seguimentos da sociedade, sendo que em alguns casos, a participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas é assegurada na própria lei que as institui.

Portanto, as políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, movimentos sociais, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Assim, no caso da Economia Solidária, a sociedade participa ativamente mediante os conselhos em nível municipal, estadual e nacional.

As audiências públicas, encontros e conferências setoriais, são instrumentos consolidados e utilizados nos últimos anos, como forma de envolver os diversos seguimentos da sociedade em processos de participação e controle social das políticas públicas, revelando que a gestão social é uma ferramenta pouco usada, contudo, tem uma grande relevância para governantes e movimentos sociais no desenvolvimento das políticas públicas.

Para a consolidação dessa política, reuniram-se os diversos segmentos do movimento para elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária de Minas Gerais (PEDEPS)⁹, importante instrumento norteador das ações da economia solidária.

No processo de elaboração do plano, foram consideradas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Economia Solidária, as quais orientaram as proposições deliberadas na III Coees. Assim, o plano reflete as propostas construídas de forma participativa e democrática, constituindo-se como principal diretriz dessa política pública no estado de Minas Gerais, consolidando, então, enquanto uma agenda de execução de proposições articuladas e um instrumento de controle social.

A Lei Complementar n.º 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, que diz respeito à participação da sociedade, determina que:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; [...] II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso (BRASIL, 2009).

⁹ Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária de Minas Gerais (PEDEPS) - Disponível em: https://www.mg.gov.br/instituicao_unidade/secretaria-de-estado-de-desenvolvimento-social-sedese. Acesso em 27/03/2020.

Nesse sentido, todos os poderes públicos em todas as esferas e níveis da administração pública estão obrigados a assegurar a participação popular.

Essa, portanto, não é mais uma preferência política do gestor, mas uma obrigação do Estado e um direito da população como um todo. Neste sentido, apresentaremos a seguir a experiência vivida pela gestão do governo mineiro no período de 2015 a 2018 referentes à política de economia solidária.

3.1. A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA ENTRE OS ANOS DE 2015 À 2018

Nesta seção apresentaremos o déficit fiscal do estado de Minas Gerais recebido como herança do governo anterior, as principais decisões da gestão e o re-ordenamento da Secretaria de estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE e a experiência desenvolvida pela gestão do governo mineiro entre os anos de 2015 à 2018 referentes à política de economia solidária.

“Ouvir para Governar”, este era o lema do governo petista de Minas Gerais no ano de 2015, no início do governo Pimentel os gestores tomaram conhecimento do real cenário econômico do estado de Minas Gerais. O déficit fiscal, anunciado em R\$ 6 bilhões, correspondia, na realidade, a R\$ 9 bilhões, o que exigiu a propositura de um novo orçamento em 2015 à assembleia legislativa do estado de Minas Gerais. Tal medida decorreu de uma previsão de arrecadação mais realista e da atualização do valor do déficit.

Naquele momento, identificou-se que um dos fatores responsáveis por aumentar consideravelmente o déficit anunciado foi o elevado número de empenhos cancelados pela gestão anterior, no segundo semestre de 2014. Essas DEA (Despesas do Exercício Anterior) totalizavam R\$1,16 bilhão e foram de fato pagas no governo do PT a partir de 2015.

O déficit fiscal evoluiu de R\$ 948 milhões no ano de 2013 para R\$ 11,4 bilhões em 2017, saltando mais de 11 vezes no período. Durante os anos observados, no entanto, o governo adotou estratégias de ajuste como depósitos judiciais e acordo da dívida, que reduziram momentaneamente o déficit governamental.

As causas para o aumento do déficit fiscal desde 2013 são diversas, mas duas questões são centrais para a compreensão do cenário. A primeira é o crescente déficit previdenciário, problema histórico que vem ultrapassando diversos governos. Desde 2003 o estado possui maiores despesas do que receitas previdenciárias.

Como é possível observar, em 2014 o déficit na previdência do estado já ultrapassava R\$ 9,3 bilhões, saltando para R\$ 16,4 bilhões em 2017. Esse rombo gerou impactos relevantes

nas contas governamentais que, de maneira geral, motivaram a publicação do Decreto n.º 47.101 de 2016, que estabeleceu a situação de calamidade financeira das contas estaduais.

Outro fato que impactou negativamente as contas do estado e o seu planejamento de investimento em políticas sociais foi à crise política, que levou à interrupção do mandato da presidenta Dilma Rousseff em 2016 devido ao golpe.

O aprofundamento da crise econômica e a adoção, pelo governo que assumiu pós-impeachment, de uma política social restritiva, com redução drástica de investimentos em políticas públicas em geral e a adoção de propostas de reformas nos campos trabalhista, previdenciário e assistencial, comprometeram sobremaneira os ganhos sociais ocorridos nos últimos anos e impediram a ampliação da oferta por parte de estados e municípios.

Na Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese) a situação não foi distinta. A Sedese executa atualmente as políticas de Assistência Social, Trabalho e Emprego, e políticas voltadas a públicos prioritários como juventudes, criança e adolescente, economia solidária, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais, segurança alimentar e nutricional, e população no campo.

Durante a transição de governo e início do ano de 2015 um grande desafio para os gestores da Sedese foi o elevado número de servidores gozando de férias-prêmio, conforme verificado, onde a atual gestão buscou realocar a força de trabalho da melhor forma possível para suprir essas ausências momentâneas.

Diante desse cenário, por orientação do Secretário à época, em 2015 foi elaborado o Planejamento Estratégico da Sedese com o objetivo de atender à execução das ações de governo e às necessidades sociais demandadas pela população de Minas Gerais. As diretrizes foram acertadas com o governador do estado e, a partir delas, desenvolveu-se uma metodologia customizada para a construção da estratégia da Secretaria, a construção metodológica desse projeto baseou-se em premissas do Planejamento Estratégico Situacional desenvolvido pelo economista chileno Carlos Matus.

Para (Matus, 1997) o processo de planejamento envolve a seleção de problemas e a consecução das trajetórias estratégicas para solucioná-los. Buscou-se, então, a seleção dos problemas, a compreensão de suas causas e a construção do melhor caminho para solucioná-los, traduzindo essa solução em objetivos estratégicos.

Além disso, outros métodos e ferramentas, como a Matriz SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), os modelos de Marco Lógico e o próprio Planejamento Estratégico tradicional auxiliaram na construção metodológica do projeto de planejamento da SEDESE. Assim, o trabalho se dividiu em cinco etapas: planejamento e abertura, identidade

organizacional e macro-objetivos, diagnóstico, definição da estratégia, e detalhamento da estratégia.

A identidade organizacional é a maneira como a SEDESE se apresenta a ela mesma e a diversos atores, sejam eles externos ou internos. Responder ao questionamento de “Quem somos como organização?” relaciona-se diretamente ao conceito de identidade organizacional. Nada mais é do que um entendimento comum e compartilhado pelos integrantes da secretaria em relação às suas características fundamentais de forma única, ao longo do tempo. Nessa perspectiva, os três pilares que fundamentaram a definição da identidade da SEDESE são a missão organizacional, a visão de futuro da Secretaria e os valores que pautam a atuação dos servidores.

Missão da SEDESE: “Promover a proteção socioassistencial para a redução das desigualdades e a inclusão social e produtiva das pessoas, por meio da efetivação descentralizada e com controle social das políticas de Trabalho e Assistência.”

Visão da SEDESE: “Sedese reconhecida pela contribuição à melhoria dos indicadores sociais, alcançada no atual governo, com redução das desigualdades, ampliação das oportunidades, controle social, gestão descentralizada, fortalecimento dos municípios e motivação e valorização dos servidores.”

Valores da SEDESE:

Ser ético e transparente: Agir com retidão, integridade, honestidade e senso de justiça, além de propiciar divulgação fiel dos dados e informações, bem como manter relações transparentes com os municípios e com a população, valorizando a diversidade e a isonomia.

Sensibilidade social: A SEDESE valoriza as pessoas pelo que são, considera seus valores culturais, sua identidade, seus direitos humanos e preocupa-se com as suas causas. A sensibilidade social é nossa capacidade de nos colocarmos no lugar do outro e sentirmos seu sentimento.

Gestão compartilhada, democrática e popular: Promover esforços para fins comuns e integrados, estimulando a participação direta dos cidadãos na vida política e nas decisões que os afetam.

Ofertar serviços com qualidade e eficiência: Proporcionar atendimento ao cidadão que o respeite, otimize seu tempo e os resultados que ele busca.

Comprometimento e reconhecimento do usuário como sujeito autônomo e capaz: A oferta de serviços pela Sedese considera o cidadão como sujeito autônomo e capaz, reconhecendo nele o potencial para a transformação de sua própria história.

Equidade Social: Promover a justiça social, pautado na igualdade e isonomia.

Reconhecimento da diversidade: Reconhecer que cada indivíduo é único em suas características individuais e coletivas, mas estão inter-relacionados e são interdependentes.

Universalismo de direitos: Garantia dos direitos necessários à vida para todos de maneira indiscriminada. O universalismo é condição indispensável para o reconhecimento de tais direitos.

Respeito e cooperação nas relações de trabalho: Garantir relações saudáveis no ambiente de trabalho através da cooperação incessante e do respeito ao outro, para que se produzam resultados efetivos à sociedade.

Diante do exposto, cabe relatar que a reestruturação da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social – SEDESE trouxe consigo uma série de mudanças em sua estrutura a partir do ano de 2015 e em consonância com sua missão, visão e objetivos estratégicos se verificou a necessidade de estruturação da Subsecretaria de Trabalho – SUBTE, atendendo especificamente uma reivindicação histórica do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária – FMESP, ou seja, criar uma estrutura para fortalecimento da política pública de economia solidária no estado no entendimento de gerar renda e trabalho aos empreendimentos econômicos solidários a partir da entrega do Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária ao Secretário.

A Superintendência de Políticas de Empreendedorismo e de Economia Popular Solidária criada em consonância com a Lei Estadual Lei 22.257, de 27/07/2016, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, e referendada pelo Decreto nº 47.067, de 21 de outubro de 2016, em seu artigo 48 e incisos com as seguintes diretorias:

1 - Diretoria de Apoio à Participação Social que tem como competência apoiar a gestão dos conselhos estaduais e a implantação dos conselhos municipais nas áreas de trabalho, emprego, renda, empreendedorismo e de economia popular solidária, bem como disseminar as políticas públicas desenvolvidas para municípios, empresas, associações e demais parceiros, com atribuições de: dar suporte às atividades administrativas do Conselho Estadual da Economia Solidária – Ceeps/MG e do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – Ceter/MG; promover a capacitação dos servidores, gestores e conselheiros estaduais e municipais envolvidos com a política de trabalho, emprego e renda; e, incentivar e apoiar a realização de fóruns municipais e regionais por meio de conselhos e instâncias colegiadas.

2 - Diretoria de Desenvolvimento e Estruturação da Produção (DDEP) foi criada pelo Decreto nº 47.067, de 21 de outubro de 2016, mas algumas atividades já existiam em outras áreas da SUBTE, de acordo com o PPAG vigente em 2015. Naquele ano, a principal ação

relacionada à produção era o apoio à inclusão produtiva, a partir de um Convênio com a SENAES/MTE, firmado em 2012 (SICONV 776055), no entanto, não alcançou os resultados esperados dada a necessidade de atualização de valores e metas do Plano de Trabalho/Projeto à realidade do mercado, percebida pela nova gestão.

Em 2016, com o novo PPAG 2016-2019 e a criação do Programa de Consolidação da Política de Economia Popular Solidária, os eixos de finanças solidárias e de desenvolvimento da produção de empreendimentos econômicos solidários (EES), destacados no Plano de Desenvolvimento da EPS construído em 2015 com coordenação da Subsecretaria de Trabalho e Emprego (SUBTE), se tornaram ações específicas dessa Diretoria.

3 - Diretoria de Educação e Apoio a Autogestão dos Empreendimentos (DEAAE) foi criada pelo Decreto nº 47.067, de 21 de outubro de 2016, mas algumas atividades já existiam em outras áreas da SUBTE, de acordo com o PPAG vigente em 2015. Naquele ano, a principal ação relacionada à educação e apoio à autogestão dos empreendimentos era a expansão da Central de Autônomos e o apoio às comunidades tradicionais, a partir de um Convênio com a SENAES/MTE, firmado em 2011 (SICONV 759450).

A Central de Autônomos busca qualificar e intermediar profissionais autônomos no mercado e o Convênio 759450 (Comunidades Tradicionais) tem o objetivo de promover e disseminar conhecimentos e tecnologias apropriadas para o fortalecimento das iniciativas de geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária, por meio da formação de agentes, desenvolvimento e replicação de conhecimentos e tecnologias.

Em 2016, com o novo PPAG 2016-2019¹⁰ e a criação do Programa: 125 - Consolidação da Política de Economia Popular Solidária, atende a demanda histórica do movimento da economia popular solidária em consolidar uma superintendencia estruturada com quatro diretorias e com destinação de recursos do tesouro estadual para financiar suas ações, onde os eixos formação e assessoramento de empreendimentos econômicos solidários (EES) se tornaram ações específicas dessa Diretoria. No âmbito do convênio voltado para comunidades tradicionais, um contrato foi firmado com a Utramig, para a formação e qualificação, social e profissional, dos empreendedores organizados em empreendimentos coletivos e solidários. Ao todo foram beneficiados 50 empreendimentos econômicos solidários nesse processo.

4 - Diretoria de comercialização (DC) tem como competência planejar, coordenar e

¹⁰ <https://www.transparencia.mg.gov.br/planejamento-e-resultados/planejamento-e-monitoramento/programacao-execucao-ppag-programa/ppagprograma-programas/4/2016/0/201640125/#prg=201640125&ind=20162501>

executar ações para o acesso a oportunidades de comercialização no âmbito do empreendedorismo e da economia popular solidária, visando à geração de renda. Suas atribuições são fomentar e criar espaços de comercialização para os empreendimentos econômicos solidários, realizar as feiras de economia popular solidária, articular ações necessárias à melhoria da logística de escoamento da produção dos empreendimentos e promover participação dos empreendimentos solidários em feiras fora do território mineiro.

As ações da diretoria atendem o público da economia popular solidária, criando oportunidades de escoamento da produção, este, um gargalo elencado no Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária de 2015. No próximo tópico será apresentado as principais ações implementadas e executadas pela gestão entre 2015 a 2018 fazendo uma breve análise dos resultados obtidos.

3.2 APRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS PELA GESTÃO ENTRE 2015 A 2018 E ANÁLISE DOS SEUS RESULTADOS.

Neste tópico apresentaremos as diversas ações executadas nos quatro anos de governo pela superintendência de empreendedorismo e economia solidária, onde espelha o trabalho desenvolvido pela gestão no entendimento de consolidar a política de economia solidária no estado, mediante aos eixos do Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária de 2015 entregue a gestão e incorporadas no plano plurianual de ações governamentais – PPAG.

A Superintendência de Políticas de Empreendedorismo e de Economia Popular Solidária criada em consonância com a Lei Estadual Lei 22.257, de 27/07/2016, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, e referendada pelo Decreto n.º 47.067, de 21 de outubro de 2016, em seu artigo 48 e incisos fica responsável pela implementação e execução das ações da economia solidária através das diretorias criadas. A Diretoria responde pelas ações n.º 4564 e 4571 do PPAG.

A ação 4564 - Estruturação e Manutenção de Espaços para Comercialização dos Produtos, compõem o programa 125 – Consolidação da Política de Economia Popular Solidária e a ação 4571 - Apoio aos Festivais de Reforma Agrária e Agricultura Camponesa pertence ao programa 151 – Apoio às Políticas de Desenvolvimento Social.

Além dessas, ainda tem em seu escopo ações de execução do Convenio Federal n.º 791880/2013. A ação n.º 4564 (Estruturação e Manutenção dos Espaços de Comercialização dos produtos) trabalha com recursos do Estado (fonte 71) e com recursos de emenda parlamentar (fonte 10). Desde 2015, a diretoria executa as ações que são previamente

apresentadas ao Conselho Estadual de Economia Popular Solidária para análise e sugestões.

Feiras e Festivais

Em 2016 foram realizadas 10 Feiras Regionais da Economia Popular Solidária (EPS) pelo interior mineiro, entre os meses de abril e junho, nos municípios de Governador Valadares, Poços de Caldas, Uberlândia, Juiz de Fora, Montes Claros, Diamantina, Paracatu, Conselheiro Lafaiete, São João Del Rei e Teófilo Otoni, e a Feira Estadual realizado em Belo Horizonte no mês de junho. Em torno de 4,2 mil empreendedores participaram diretamente, representando 849 empreendimentos, de 126 municípios diferentes. Segundo o levantamento sobre as feiras feito pela SEDESE/SUBTE, foram comercializados produtos como artesanato em materiais variados, vestuário, decoração, culinária, agricultura familiar, indígenas, dentre outros.

Em dezembro de 2017 a SEDESE pactuou um termo de fomento a luz do marco regulatório das organizações da sociedade civil – MROSC com a entidade Aprender Produzir Juntos, para a realização de 11 feiras de EPS. A entidade ficou com a responsabilidade de realização dos eventos e a Diretoria de Comercialização arcou com a responsabilidade de fiscalizar e acompanhar os eventos.

Em 2018, as Feiras Regionais e Estadual da Economia Popular Solidária de Minas Gerais aconteceram entre os meses de abril a julho. Foram realizadas 10 (dez) feiras regionais nos seguintes municípios: Paracatu, Januária, Teófilo Otoni, Diamantina, Governador Valadares, João Monlevade, Juiz de Fora, Ouro Preto, Passos e Uberlândia e uma Feira Estadual realizada em Belo Horizonte, onde tivemos a Participação de 570 (Quinhentos e setenta) empreendimentos econômicos solidários, oriundos de 161 (Cento e sessenta e um) municípios e distritos.

Participaram 12 (doze) Comunidades Quilombolas, 4 (quatro) assentamentos, 10 (dez) tribos Indígenas, e seis comunidades extrativistas. A ação nº 4571 (Apoio aos Festivais da Reforma Agrária e Agricultura Camponesa) é oriunda de recursos do estado (fonte 71). Basicamente, a diretoria realiza o Festival com o apoio do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra - MST. Em 2017 foram realizados oito festivais, sendo 7 (sete) regionais e 1 (um) estadual. Os municípios contemplados foram Governador Valadares, Montes Claros, Alfenas, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Almenara e Uberlândia.

Equipamentos

A ação também previu compra de equipamentos. O processo de adesão à Ata de compra foi concluído e em 2016 foi possível realizar a entrega de seis kits barracas com 30 unidades em cada regional da SEDESE. Os municípios contemplados foram Poços de Caldas,

Uberlândia, Juiz de Fora, Paracatu, São João Del-Rei e Belo Horizonte. Em 2017, no decorrer de todo o ano, foram entregues nove kits barracas, compostos por 30 barracas.

Foram entregues oito kits de 30 barracas nos municípios de Almenara, Governador Valadares, Montes Claros, Teófilo Otoni, Timóteo, Uberaba, Varginha, João Monlevade, além desses, foi entregue um kit de 30 barracas para a entidade A Rebeldia Cultural, que é atuante no município de Belo Horizonte, na região leste. Em 2018, de janeiro a maio, foram entregues dois kits barracas: um com 30 unidades para o município de Diamantina e um com 20 unidades para o município de Passos.

Em 2017, entre os meses de novembro e dezembro, as 22 Diretorias Regionais da SEDESE foram contempladas com o kit sonorização (equipamentos de som) para o apoio das ações da EPS nos municípios de Almenara, Araçuaí, Curvelo, Divinópolis, Governador Valadares, Ituiutaba, Juiz de Fora, Montes Claros, Muriaé, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Salinas, São João Del-Rei, Teófilo Otoni, Timóteo, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Diamantina e Belo Horizonte.

Espaços de Comercialização

Sem utilização de recursos, foi possível a criação do espaço de comercialização da CAMG, que funciona desde 2015. Naquele ano foram realizadas feiras da EPS em novembro e dezembro. Participaram em média 30 empreendimentos por feira. Em 2016 o espaço funcionou de fevereiro a dezembro contabilizando a realização de 11 feiras, em cada evento a participação, em média, era de 50 empreendimentos econômicos solidários. Em 2017 o espaço funcionou durante todo o ano, contabilizando 12 edições. Cada evento participaram, em média, 60 empreendimentos econômicos solidários para alavancar a geração de renda dos empreendimentos. Já no último ano da gestão, em 2018 foram realizadas 10 edições com a média de participação de 90 empreendimentos.

Em 2017 foram criados espaços de comercialização nos Fóruns de Governo, entre os meses de maio a novembro. Foram realizadas 14 edições dos Fóruns de Governo e 140 empreendimentos participaram dos eventos. Os municípios que receberam os Fóruns foram: Ituiutaba, Frutal, Montes Claros, João Pinheiro, Abaeté, Passos, Manhuaçu, Aimorés, Nanuque, Itamarandiba, Almenara, Betim, Juiz de Fora e Varginha. Esta ação tinha como objetivo apresentar a política pública de economia solidária ao público participante como forma de geração de trabalho e renda.

Convênio Federal

Além das ações do PPAG, a diretoria responde pelo Convênio Federal nº 791880/2013, que tem como objetivo disseminar, promover e implementar ações que

fomentem e fortaleçam os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em municípios de Minas Gerais, além de sensibilizar, divulgar, promover e fortalecer as ações da economia popular solidária, através da participação em conferências regionais e o fomento dos empreendimentos solidários com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

Como previsto, em 2015 foram realizados cursos de qualificação (Costura e Artesanato) nos municípios de Porteirinha, Montes Claros, Unai, São João da Ponte, Paracatu, Nova Porteirinha, Mirabela, Janaúba, Capela Nova e Ataléia. Além dos cursos, o convênio prevê a compra de equipamentos, tais como barracas, tendas, máquinas de costura, tanque de leite. Com relação aos equipamentos, já foram entregues três kits barracas compostos por 10 unidades nos municípios de Poço Fundo, Juramento e Jaíba. Também foram entregues 10 tendas nos municípios de Santa Maria do Salto, Claraval, Pai Pedro, Lagoa dos Patos, Juramento, Jequitaiá, São João do Paraíso, Jaíba, Ituiutaba e Bandeira. Os equipamentos são destinados para uso dos grupos de economia popular solidária da região.

Termos de Fomento

Em 2017 foram pactuados diversos termos de fomento, e esses não são contabilizados no PPAG. Os recursos para execução são oriundos de emendas parlamentares e a diretoria ficou com a responsabilidade de fiscalização e acompanhamento de cinco projetos para atendimento as organizações da sociedade civil e entidades que executam atividades com os empreendimentos econômicos solidários da economia solidária com destaque para a realização de feiras, compras de equipamentos, fomento, cursos e assessoramento, visando a organização coletiva, o protagonismo e a formação/capacitação profissional.

A partir da publicação do decreto n.º 47.067, de 21 de outubro de 2016, com as atribuições e competências das Diretorias, as ações puderam ser realmente destinadas ao público-alvo, promovendo a inclusão produtiva dos empreendimentos econômicos solidários por meio das ações direcionadas pelo PPAG.

As metas foram cumpridas parcialmente, ficando acima de 71,15% do que foi pactuado após a revisão. A impossibilidade de atendimento de toda a demanda se deve ao fato de os recursos serem insuficientes, além dos contratos firmados entre a SEDESE e os entes privados não atenderem a demanda de entrega dos equipamentos que já haviam sido planejados anteriormente. A falta de fluxo de caixa para pagamento dos fornecedores fez com que os processos estagnassem e os prazos não fossem cumpridos por terceiros.

A superintendência realizou as ações de acordo com as demandas levantadas no Conselho Estadual da Economia Popular Solidária, adequando os recursos de forma que fossem mais bem aproveitados. Os resultados pactuados não foram atendidos em sua

totalidade, devido a diversos fatores internos.

O Decreto de Calamidade publicado pelo estado fez com que outras áreas fossem priorizadas, ocasionando contingenciamentos em várias ações que já estavam planejadas. O cancelamento por parte dos fornecedores de equipamentos, devido à falta de fluxo financeiro, não permitiu que a diretoria efetuasse todas as entregas programadas.

Diante de tantas dificuldades enfrentadas pelo estado em um cenário nacional caótico, a diretoria de comercialização conseguiu alcançar um resultado de 71,15% da meta pactuada. Foram enfrentadas muitas adversidades, como contingenciamento de recursos, cancelamento de empenhos, falta de fluxo financeiro, entregas canceladas, e ainda assim foram realizadas Feiras, Festivais e entregas de equipamentos.

As ações da diretoria beneficiaram diretamente o público da EPS a partir da instalação de espaços de comercialização, nas Diretorias Regionais, do Fórum de Economia Popular Solidária, da realização das Feiras Regionais e Estadual de Economia Popular Solidária, Feiras da CAMG e dos Fóruns de Governo. Também houve a entrega de 17 kits barracas nas regionais da SEDESE, permitindo assim a criação de espaços de comercialização dos produtos da Economia Popular Solidária, na perspectiva do desenvolvimento local e sustentável.

Para construção de um espaço de comercialização completo, 22 kits de sonorização foram entregues nas regionais da SEDESE. Ainda foram entregues para prefeituras 30 barracas e 10 tendas adquiridas com recurso do convênio federal nº 791880/2013.

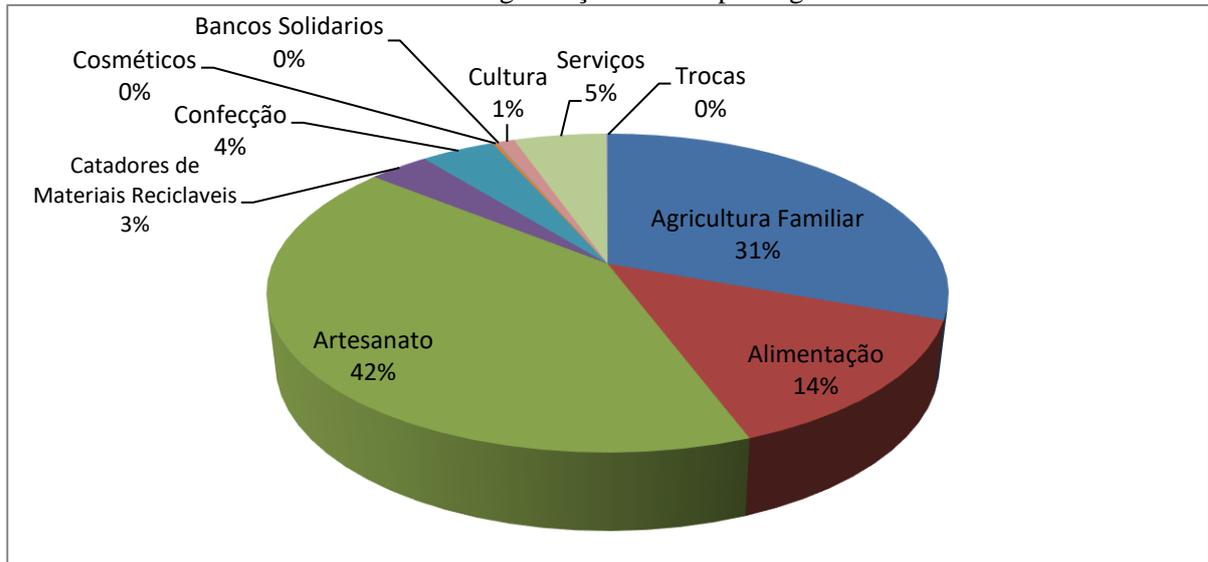
Foi pactuado com a entidade Aprender Produzir Juntos – APJ um termo de fomento para a realização das feiras de EPS no ano de 2018. Os festivais foram voltados para a comercialização dos produtos advindos de assentamentos e pré-levantamentos do MST, Agricultura Familiar Camponesa e da Economia Popular Solidária, que recebeu o nome de “Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária”.

Essa estratégia de trabalho vem sendo cada vez mais requisitada, especialmente porque os custos iniciais desses trabalhos tendem a serem menores, possibilitando cada vez mais a inserção do sujeito no mundo do trabalho e, nessa onda de trabalho autônomo, os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) destacam-se pela sua diversidade.

Na perspectiva da construção da política pública, a economia popular solidária está organizada em Minas Gerais da seguinte forma: 475 EEs Rurais, 699 EEs Urbanos e 414 rurais/urbanos, Mais de 34 mil empreendedoras/es envolvidas/os se conformando em grupos informais, associação, cooperativas, sociedade mercantil, sendo que, dentre eles, 796 EEs têm como atividade principal a produção e comercialização, destacando-se a agricultura familiar

(31%) e o artesanato (42%).

Gráfico 4 – Organização da EPS por segmentos



Fonte: Base de dados da Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE.

Mediante ao cenário descrito, Minas Gerais foi protagonista entre os estados brasileiros na construção de legislação específica para o fomento à Economia Popular Solidária, que além da legislação, incorporou o termo “popular¹¹” no seu escopo.

Para a construção da Lei estadual nº. 15.028/2004 foram realizadas audiências públicas para a escuta e discussão com a sociedade civil, empreendimentos, entidades de apoio e fomento, com a participação dos parlamentares e gestores públicos.

A Lei estadual nº. 15.028/2004 estabelece as definições acerca da Economia Popular Solidária, conforme artigo a seguir:

Art. 2º – A Economia Popular Solidária constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do

¹¹O termo Economia Solidária é usado no Brasil, porém o Estado de Minas Gerais, por meio da luta e reivindicação do movimento de EPS, incorporou o termo Popular em sua legislação, ficando, assim, reconhecida mundialmente como Economia Popular Solidária. A expressão Economia Solidária foi criada na França, no início de 1990, “fruto, sobretudo, das pesquisas desenvolvidas em Paris no Crida (Centre de Recherche et d’Information sur la Démocratie et l’Auto-inserção de muitos deles na empresa quando de sua consolidação e crescimento (MAGNANI, 2003). Já na Argentina e em outros países da América Latina, essa nova forma de economia carrega o nome de Economia popular, preservando os conceitos e a ideologia. Em 2001 surge o MNER (Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas) e, em 2003, o MNFRT (Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas por los Trabajadores), como uma cisão do MNER.

estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres. (MINAS GERAIS, 2004).

Todas as ações foram voltadas exclusivamente para o fortalecimento e inclusão produtiva dos empreendimentos econômicos solidários do estado de Minas Gerais das diversas redes e regiões que integram o movimento. As ações previstas executadas vão diretamente ao encontro da missão da SEDESE que é “Promover a proteção socioassistencial para a redução das desigualdades e a inclusão social e produtiva das pessoas, por meio da efetivação descentralizada e como controle social das políticas de trabalho e assistência”. Com a execução das propostas do PPAG foi possível atender os objetivos no desenvolvimento das atividades de cunho social, cultural e, sobretudo, com o intuito de fortalecer as relações sociais destes grupos e escoamento dos produtos produzidos.

Os Programas Sociais fazem com que as políticas públicas atendam diretamente ao público-alvo, beneficiando efetivamente as pessoas que demandam da ação do estado.

As análises desenvolvidas neste capítulo possibilitou apresentar a constituição e as mudanças propostas para a condução da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE para os anos de 2015 à 2018 sob a perspectiva da gestão social, mesmo que de forma subjetiva, trazendo ao longo do capítulo os resultados, ações e entregas obtidas pela gestão pactuadas, discutidas e consensuadas no CEEPS, como também os diversos avanços e os principais desafios enfrentados e a serem superados em relação à política de economia solidária.

A partir dos conteúdos desenvolvidos neste capítulo passaremos a apresentar no capítulo seguinte os resultados da pesquisa de campo por meio da aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas.

CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo apresentaremos os resultados obtidos pela pesquisa. Inicia-se apresentando o estado da arte dos empreendimentos econômicos solidários, entidades e gestores pesquisados. Considerando os referenciais teóricos para análise, apresentam-se a análise da economia solidária, principais avanços e desafios e discute a gestão social como ferramenta para o desenvolvimento da política pública de economia solidária.

A pesquisa de campo foi realizada de forma virtual devido à impossibilidade de aplicação presencial, respeitando as normas de restrição sanitária como o isolamento social, distanciamento social e aglomerações em virtude do período de Pandemia.

Os questionários foram aplicados aos coordenadores dos fóruns regionais da economia popular solidária, gestores da SEDESE e entidades por meio eletrônico, ou seja, com uso das ferramentas digitais, sendo elas, WhatsApp, plataformas digitais (ZOOM e MEET) e envio de e-mails, tendo boa aceitação.

Vale destacar que, nesta pesquisa, será apresentado o relato dos depoimentos dos/as entrevistadas/os, onde se optou pelo anonimato e, desta forma, a identificação usada que se encontra na análise dos dados são fictícios, sendo que este procedimento foi esclarecido aos participantes da pesquisa.

Foram respondidos oito (8) questionários entre os gestores da SEDESE – servidores efetivos, abrangendo a totalidade dos servidores da diretoria, quanto aos coordenadores/as dos 11 Fóruns Regionais foram aplicados e respondidos (9), vale destacar que não houve renovação nas coordenações dos fóruns, portanto abarca o período investigado.

Segue no quadro abaixo a distribuição. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE está localizada na Cidade Administrativa de Minas Gerais no Bairro Serra Verde – Belo Horizonte – MG.

Tabela 2 – Síntese dos fóruns regionais da eps, gestores da SEDESE e entidades pesquisadas

FORUNS REGIONAIS PESQUISADOS	MUNICÍPIOS	QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS
Metropolitana	Belo Horizonte	1
Noroeste	Paracatu	1
Norte	Montes Claros	1
Sul de Minas	Poços de Caldas	1
Triângulo	Uberlândia	1
Jequitinhonha	Diamantina	1
Vale do Mucuri	Teófilo Otoni	1
Rio Doce	Gov. Valadares	1
Zona da Mata	Juiz de Fora	1

Gestores pesquisados	Nível Central	8
Entidades	Belo Horizonte	3

Fonte: Elaboração própria - 2021

Desta forma, visando dados qualitativos e quantitativos, entrevistaram-se 100% dos gestores da SEDESE, e (09) coordenadores/as dos fóruns regionais, alcançando 87% do público estimado, todos identificados por números, preservando sua identidade.

As entrevistas foram realizadas no período de outubro a dezembro de 2020, aplicadas mediante aviso prévio pelo pesquisador. Dentre os entrevistados estão: Os gestores e servidores da SEDESE que compõem atualmente a Diretoria de trabalho e economia popular solidária, totalizando oito (8) questionários respondidos, abarcando na sua totalidade de servidores da respectiva diretoria, quanto aos coordenadores dos Fóruns Regionais totaliza-se um quantitativo de (11) questionários aplicados e foram respondidos apenas (09), não alcançando a sua totalidade, foram realizadas três (3) entrevistas com representantes de entidades, todas gravadas e transcritas por este pesquisador.¹²

O resultado do questionário aponta que as mulheres predominam nesta atividade econômica no estado, com um percentual de 58% de mulheres e 42% de homens quanto à constituição e condução dos empreendimentos econômicos solidários, outro ponto é que todas as pessoas quando indagadas pela sua cor, se declaram pardos ou pretos, sendo naturais de suas regiões, e quando questionados sobre a idade, 100% dos entrevistados/as coordenadores/as dos fóruns possuem mais de (50) anos de idade.

Tabela 3 – Distribuição dos/as entrevistados/as por gênero, cor e idade

	Mulheres	Homens
Gênero	58%	42%
Cor	Pretos e pardos	Pretos e pardos
Idade	Mais de 50 anos	Mais de 50 anos

Fonte: Elaboração própria - 2021

Em relação ao nível de escolaridade das pessoas entrevistadas verificou que 22,2% possuíam ensino médio completo, 22,2% estavam cursando ensino superior, 22,2% possuíam ensino superior incompleto, 22,2% possuíam ensino superior completo e 11,1% possuíam ensino médio incompleto.

¹² A proposta inicial era aplicar os questionários presencialmente, mas devido ao quadro de agravamento da Pandemia e em respeito às normas sanitárias impostas pelos órgãos de controle, optou-se em aplicar de forma virtual, no entanto, verifica-se grande participação feminina a frente das coordenações dos fóruns e dos empreendimentos econômicos solidários, totalizando 97% reafirmando que a EPS têm na sua gênese e direção, as mulheres como protagonistas de suas ações nas diversas regiões pesquisadas no Estado.

Tabela 4 – Grau de Escolaridade dos/as entrevistados/as

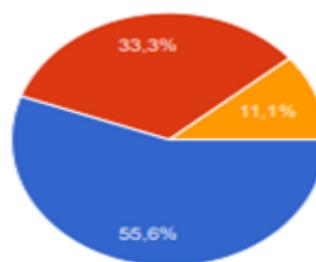
Grau de Escolaridade	Percentual (%)
Fundamental 1	-
Fundamental 2	-
Ensino Médio incompleto	11,1
Ensino Médio completo	22,2
Ensino superior - cursando	22,2
Ensino superior - incompleto	22,2
Ensino superior - completo	22,2
Total	100

Fonte: Elaboração própria - 2021

Durante algumas conversas informais por telefone para esclarecimentos sobre o preenchimento dos questionários, indaguei sobre a presença de famílias trabalhando na EPS, e foi verificado que em alguns casos mãe, filhos e irmãos apareceram e em outros casos o marido e a mulher somente, confirmando que os empreendimentos podem ser constituídos por membros familiares.

Posteriormente, com as entrevistas, foi constatado que 55,6% participam de Associação e ou Entidade de Apoio e Fomento - EAF como forma de se organizar em seus respectivos municípios de acordo com as especificidades locais; 33,3% responderam que não participam e se caracterizam como empreendimentos informais e 11,1% não opinaram ou não quiseram responder, mas se reconhecem como integrante da economia solidária e afirmam que a renda proveniente dessa atividade era suficiente para sustentar a família ou complementar a renda familiar, a participação dos EES na economia brasileira é legitimado em duas frentes: primeiro, aparecem como uma alternativa de ocupação para os trabalhadores desempregados e, segundo as atividades de economia solidária são estimuladas como política de geração de renda e combate à pobreza dos governos nos últimos 10 anos.

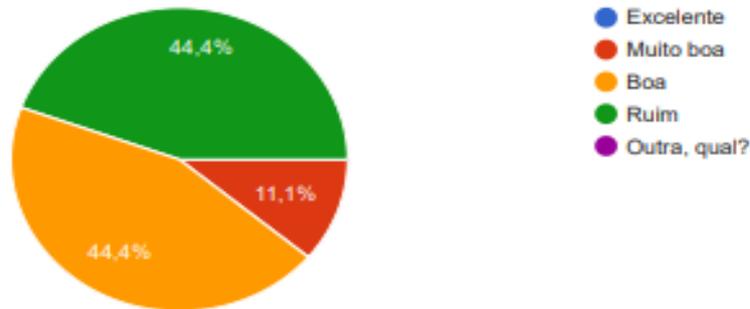
Gráfico 5 – Formas de organização dos EES



Fonte: Elaboração própria - 2021

Quando perguntado “Em sua opinião, descreva qual é a qualidade de vida dos/as trabalhadores/as na condição de pertencente à economia solidária?” 44,4% responderam que tem qualidade de vida boa; 44,4% têm qualidade de vida ruim e outros 11,1% possuem qualidade de vida muito boa, conforme demonstra o gráfico 6,

Gráfico 6 – Qualidade vida

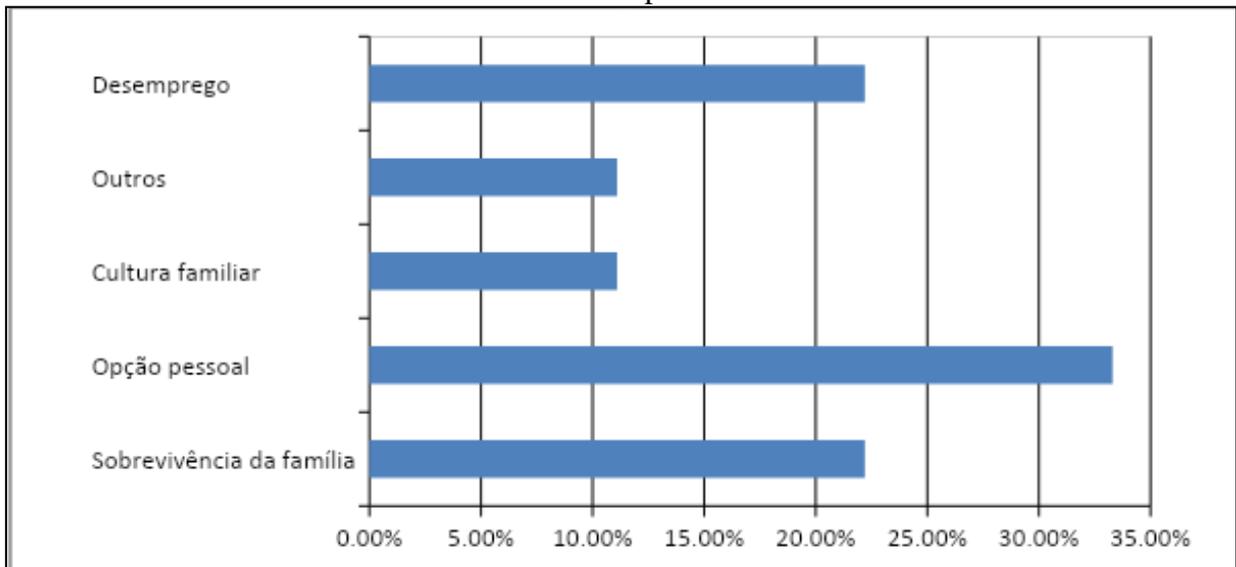


Fonte: Elaboração própria - 2021

A média salarial dos entrevistados era de R\$1.045,00 mensais, considerando que o salário mínimo vigente era de R\$ 1.100,00. Um fator predominante nas entrevistas foi à quantidade de pessoas que não possuem nenhum tipo de benefício social. Apenas 42% possuem algum benefício social e os mais citados foram o Programa Bolsa Família – PBF ou algum tipo de aposentadoria (não especificada). Apenas 33% das pessoas entrevistadas contribuem de forma autônoma com a previdência social e as outras 67% demonstraram interesse em contribuir, tal fato evidencia que a informalidade é fator predominante entre os/as trabalhadores/as da Economia solidária.

Quando perguntadas sobre “qual o principal motivo que trouxe até este ramo de atividade?”, 22,2% relataram que foi o desemprego; 22,2% relataram que é para a sobrevivência da família; 33,3% vieram por opção pessoal e por acreditar nesta forma de economia e produção; 11,1% por cultura familiar e outros 11,1% não responderam, conforme o gráfico 7. Quando perguntadas/os se acreditam neste modo de produção, a resposta foi unânime entre coordenadores/as e gestores/as da SEDESE, abarcando 100% dos entrevistados/as.

Gráfico 7 – Principais motivos



Fonte: Elaboração própria - 2021

É relevante tratar o significado que esta forma de trabalho tem para cada indivíduo que integra os diversos coletivos e organizações da economia solidária, onde cabe destacar alguns elementos observados, mesmo que de forma subjetiva, sendo eles:

- a dimensão social que se pretende alcançar (melhoria dos níveis de comunicação, discussão sobre os valores da liberdade, solidariedade, dos acordos e consensos, da relação familiar e intercâmbio com as organizações da sociedade civil).

Onde, de acordo com o (Entrevistado/a 2) essa construção se dará a partir da

“busca constante de construção conjunta; soluções acordadas e compartilhadas desde o início da construção; regulação e soluções legais a partir da realidade dos grupos e seus usuários; comprometimento da gestão na causa do Fórum e na organização popular e solidária” (Entrevistado/a 2, 2021).

Outro ponto de relevância a ser destacado, é – a dimensão do trabalho (conhecimento da situação anterior de trabalho dos empreendimentos econômicos solidários, associações e cooperativas, motivação para o trabalho, relevância do trabalho, qualificação e cooperação).

Quando questionados sobre a sua opinião em relação ao Plano de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária se configurou como instrumento norteador da política de economia solidária em Minas Gerais no período de 2015 a 2018”? 55,6% afirmaram que sim e 44,4% das pessoas entrevistadas afirmaram que não, pois já existiam ações anteriores que estavam em vigência oriundas das gestões anteriores e sendo aprimoradas por aquela gestão que se iniciara.

Quando questionados sobre “Quais foram às ações mais importantes desenvolvidas pela gestão da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE no

período de 2015 a 2018 para a política de Economia Solidária em Minas Gerais?”, 44,4% disseram que foi a realização das feiras regionais e estadual como ação permanente e entregas de kits contendo barracas para estruturação dos pontos fixos para comercialização dos produtos da EPS, outros 11,1% responderam que a abertura de pontos fixos (Lojas físicas) se configurou como uma das principais ações desenvolvidas pela SEDESE.

TABELA 5: Síntese das ações implementadas pela gestão no período de 2015 a 2018.

PRINCIPAIS AÇÕES	Percentual (%)
FEIRA REGIONAL E ESTADUAL	44,4%
ENTREGA DE BARRACAS PARA A EPS	44,4%
ABERTURA DE PONTOS FIXOS (LOJAS FÍSICAS)	11,1%
TOTAL	100%

Fonte: Elaboração própria - 2021

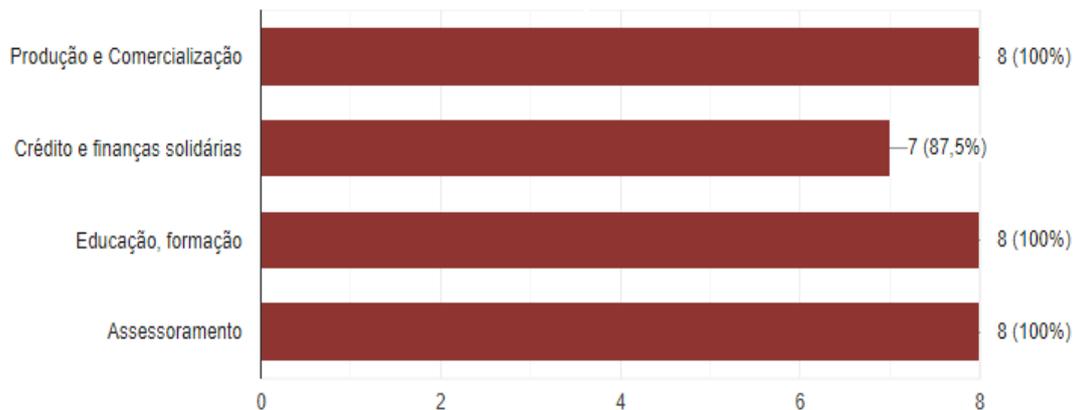
Tais fatos se tornam mais evidentes quando retomo a fala do/a entrevistado/a 1 reforçando os dados levantados, em que relata os principais avanços da gestão no período analisado,

“entre 2015 e 2018 houve um grande esforço para consolidar a Economia Solidária como uma política pública de geração de trabalho e renda no Estado de Minas Gerais. Entre os avanços podemos citar: a implantação dos pontos fixos de comercialização, o apoio à realização das feiras regionais e estadual para comercialização dos produtos; a compra de barracas pelo Estado para estruturar os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, nas feiras; o fortalecimento dos espaços de participação social, como o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária – CEEPS-MG; investimentos em formação e estruturação dos EES. (Entrevistado/a 1, 2021).

Em um segundo momento esclarece que mesmo com as entregas relatadas, houve um retrocesso na experiência de implementação dos “fundos rotativos solidários” que poderia ter sido uma estratégia de fortalecimento para a economia solidária implementada pela gestão que não alcançou os objetivos esperados, onde o/a (entrevistado/a 1) relata que “Houve uma experiência de financiamento solidário pelo estado, em parceria com a Entidade de Apoio e Fomento CARITAS que financiou 10 EES, com 10 mil reais cada, que poderia ter avançado mais”, ou seja, não atingiu 10% dos empreendimentos econômicos solidários existentes em Minas Gerais.

Entre os gestores da SEDESE, 100% das pessoas entrevistadas apontaram que a Produção e Comercialização, Educação, formação e assessoramento foram às principais ações desenvolvidas entre 2015 a 2018.

Gráfico 8 - Síntese das ações implementadas pela gestão no período de 2015 a 2018.



Fonte: Elaboração própria - 2021

Observa-se, que as atividades de economia solidária necessitam de grande suporte institucional, social e governamental para que possam, não somente existir, sobretudo permanecer viáveis economicamente e independentes do mercado capitalista.

Conforme relato do entrevistado/a 3 “Houve uma experiência de financiamento solidário pelo Estado que poderia ter avançado mais.” Tal fato compreendido por 87,5% das pessoas entrevistadas e se configurando como um grande desafio de implementação pela gestão por escassez de recursos financeiros no que diz respeito ao eixo do “Crédito e finanças solidárias”.

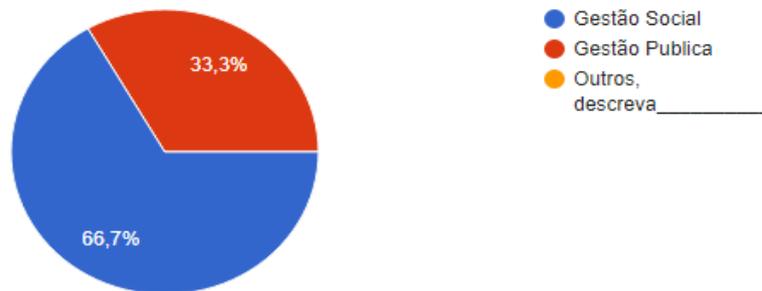
A idéia de se criar uma economia solidária diferenciada da economia tradicional pressupõe que as unidades de produção e trabalho dessa economia devam organizar-se em função delas mesmas, interagindo com seus princípios, concepção e conceitos e não de um grande capital centralizador. De acordo com o entrevistado/a 1,

“a economia solidária foi vista como alternativa para muitos desempregados e trabalhadores informais. Contudo, a Economia Solidária se constitui uma forma de trabalho, onde todos produzem e são donos dos meios de produção; praticam o comércio justo e solidário e todos se beneficiam igualmente dos lucros.”(Entrevistado/a 1).

Dessa forma, as modalidades solidárias inscritas no conjunto da economia solidária são criadas como alternativas de geração de trabalho, renda e inclusão social para um contingente de pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho e acreditam nesta forma de produção.

Diante do colocado, foi perguntado “Qual é a melhor forma de se fazer gestão da economia solidária para que se obtenham melhores resultados?” Para 66,7% a gestão Social é a melhor forma de gestão da Economia Solidária e para 33,3% a gestão pública.

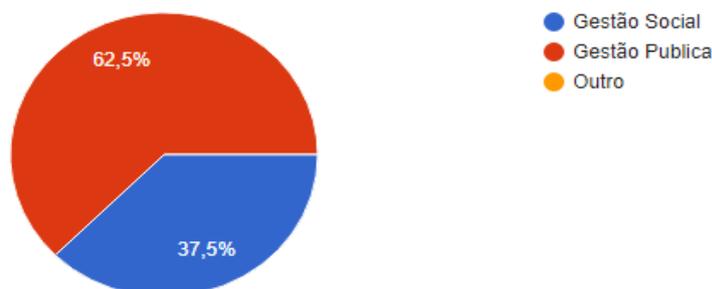
Gráfico 9 – Gestão da economia solidária na visão dos EES.



Fonte: Elaboração própria - 2021

A mesma pergunta foi aplicada ao quadro de gestores da SEDESE onde na visão dos mesmos, a partir dos questionários respondidos a gestão pública aparece como a melhor forma de gestão com o percentual de 62,5% e a gestão social com 37,5%, contrapondo a visão dos empreendimentos econômicos solidários e entidades da sociedade civil sobre a melhor forma de gestão para economia solidária o que evidencia em tese que a gestão social ainda é uma ferramenta em construção a ser discutida por dentro das gestões pública.

Gráfico 10 – Gestão da economia solidária na visão dos gestores.



Fonte: Elaboração própria - 2021

Essa questão fica ainda mais evidente quando se pergunta: “Na sua percepção a Gestão Social se configura como instrumento para o desenvolvimento e fortalecimento da Economia Solidária em Minas Gerais?” Obtendo 100% dos gestores entrevistados dizendo que sim, ela se configura ao longo do tempo como o principal instrumento para o fortalecimento e desenvolvimento da economia solidária, onde a gestão social é apresentada como ferramenta de gestão para a tomada de decisão coletiva, baseada no emprego da linguagem simplificada, no diálogo e no entendimento como processo de construção, fato evidenciado pelo/a entrevistado/a 2 que,

“na medida em que na gestão social há o diálogo e escuta com os próprios protagonistas da economia popular e solidária; quando a regulação da área

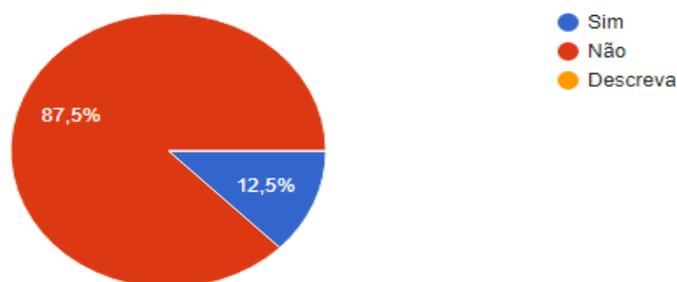
também foi discutida e debatida entre eles buscando soluções as mais próximas da realidade deste público” (entrevistado/a 2).

Tendo a transparência das ações como principal intenção e a emancipação dos sujeitos enquanto fim, onde a gestão social é vista como um processo em construção e discutida por vários atores nos diversos segmentos da sociedade.

A gestão social se configura como uma importante ferramenta para o gerenciamento das políticas sociais, principalmente quando é entendida como uma estratégia de gestão, fato evidenciado quando analisado a reconfiguração da SEDESE em 2015, onde trabalhar na perspectiva da gestão social, no contexto dos empreendimentos econômicos solidários, cooperativas, associações e demais organizações da economia solidária, denota compreender o trabalho “como partilha, referida a um ambiente de colaboração e resultante de diálogo, negociação coletiva e planejamento em que todos os envolvidos participam” (ARRUDA, 2002, p. 262).

Ainda sobre a visão dos gestores da SEDESE, quando questionados sobre “A economia solidária se configura como um novo modo de produzir, gerar trabalho e renda ainda pouco explorados, este modo de produção está consolidado em Minas Gerais? Para 87,5% dos gestores a economia solidária não se configura como um novo modo de produzir, gerar trabalho e renda e ainda é pouco explorado pela gestão e não está configurado no estado de forma homogênea, e 12,5% dos entrevistados afirmam que este modo de produção esta configurado, conforme,

Gráfico 11 – A economia solidária como modo de produção



Fonte: Elaboração própria - 2021

A/o entrevistado/a 2 tem a compreensão que,

“Embora tenham havidos progressos bastante importantes, de divulgação, regulação, investimento, articulação, propaganda, para a consolidação como política pública ainda há um caminho a percorrer. É preciso uma presença maciça no conjunto dos municípios, uma presença maior de grupos solidários no estado, soluções de produção e escoamento da produção” (Entrevistado/a 2, 2021).

Para o entrevistado/a 3 este modo de produção ainda não se consolidou em Minas Gerais por ter em sua trajetória alguns obstáculos a serem superados como a “...falta de orçamento devido aos contingenciamentos de recursos por parte do estado, falta de continuidade da política de EPS – apoio direto aos grupos, o estado não reconhece a EPS e é fato”.

Do ponto de vista dos gestores da SEDESE quando indagados sobre “Qual o impacto desta forma de produção para a vida desse contingente de trabalhadores para o município e para a sociedade?” A resposta obtida foi que 50% dos entrevistados compreendem que esta forma de produção tem médio impacto na vida dos trabalhadores, 37,5% avalia que é alto o impacto e 12,5% avalia como baixo impacto, portanto causa algum tipo de impacto nas vidas das pessoas.

Para o entrevistado/a 3 a “ECOSOL é um novo paradigma econômico, capaz de reduzir as assimetrias sociais e de produzir laços de integração sociais robustos e riquíssimos no nível sociocultural” onde tal afirmação se traduz que as ações da economia solidária causa impacto na vida dos trabalhadores de alguma forma.

Para a concretização desta proposta de que uma “outra economia é possível” foi preciso intenso trabalho teórico e prático realizado pelas instituições que acreditam nesta forma de produção, sejam elas as universidades – ITCPS, poder público, organizações da sociedade civil na construção conjunta da política pública com o movimento social organizado, representado pelos empreendimentos econômicos solidários através de suas redes e fóruns regionais espalhados pelo estado de Minas Gerais.

Estes fazem do seu trabalho para se reconhecerem como sujeitos de direitos, combatendo o preconceito e a discriminação social por parte da sociedade civil e o total descaso do poder público.

O Trabalho pedagógico do Fórum Mineiro da Economia Popular Solidária foi lento, gradual, porém efetivo. Atribuiu novos significados ao trabalho desenvolvidos pelos diversos empreendimentos da economia solidária, ressaltando a cidadania, os direitos civis, políticos, sociais e culturais de todos os cidadãos/as envolvidas, destacando o valor da vida humana e a injustiça social que enfrentam, devido a situação de pobreza, desemprego, exploração de mão de obra, precarização, informalidade e principalmente a ausência de política de trabalho, emprego e geração de renda.

Conforme destaca o/a entrevistado/a 2 onde traduz que a integração das políticas de Trabalho e de Assistência Social por

“.....estarem sob a gestão de uma mesma pasta favorece a aproximação das duas áreas. Sabemos também que, os valores e objetivos em que se fundamentam a economia solidária, o fato de ter uma maioria de mulheres, de buscarem vitórias e lutas coletivas aproximam também as duas áreas, no que diz respeito ao mundo do trabalho e da renda é exatamente a organização em torno da economia popular e solidária. Uma saída viável e possível para as usuárias mais pobres e vulneráveis atendidos na assistência social (Entrevistado/a 2, 2021).

Entretanto, na atualidade existe, a proliferação de um conjunto de medidas emergenciais que o Estado brasileiro (nos níveis federal, estadual e municipal) vem desenvolvendo para atender aos desempregados e os excluídos do mercado formal de trabalho por diversos motivos.

Essas políticas emergenciais somaram-se e fundiram-se com diversas modalidades associativas espontâneas surgidas no movimento popular e vêm desenvolver nas últimas décadas um movimento heterogêneo de experiências concretas sob o leque genérico da “economia solidária” para atendimento das necessidades dos/as trabalhadores/as.

Esta é a forma que vincula política social no capitalismo contemporâneo e economia solidária – sobretudo porque, de um lado, os “inválidos para o mundo do trabalho” precisam e buscam formas de amenizar seus problemas de sobrevivência adjacente, do outro “os proprietários do mundo” precisam atenuar os efeitos da questão social e garantir que as suas manifestações não cheguem a níveis insuportáveis aos olhos da sociedade.

Existem outras perspectivas que partem de entendimentos diversificados (a política social de economia solidária seria uma evolução linear na aquisição de direitos de cidadania burguesa; ou ela seria uma concessão exclusiva do Estado que busca cumprir sua função natural de reger a coisa pública), e por isso identificam as novas orientações para a política social, e para o conjunto de modalidades de combate ao desemprego, geração de renda e combate a pobreza que a ela se vinculam como formas necessárias de adquirir mais eficiência e efetividade na alocação do fundo público. Visto que o Estado tornou-se, para os apologistas burgueses, “pesado” e “sobrecarregado”, gerando ineficiência, burocracia e morosidade na gestão da política pública.

Essas vertentes de análises (todas elas) gozam de alguma receptividade nos circuitos profissionais, políticos e acadêmicos. No caso particular da economia solidária, percebemos a ampla difusão dessas perspectivas tanto no campo teórico quanto prático, que propiciam uma grande apropriação por parte das instituições de preocupações teóricas, práticas e políticas em torno da temática da proteção social e das modalidades atuais de política social.

O fato a destacar é que, ao serem processadas alterações no significado e nas funções da política social na atualidade – inclusive com a criação de modalidades renovadas, como é o

caso de entender a gestão social como ferramenta de gestão da política de economia solidária, e se a política social é “base profissional funcional dos gestores em análise”, certamente tais alterações impactam o universo ideológico, político e teórico prático da economia solidária.

Então, os temas e experiências vinculadas a todo esse caldo político, econômico, social e cultural produzido no seio da ofensiva neoliberal, incidem, através de várias mediações, com efeitos similares tanto na economia solidária como no trabalho dos gestores e das entidades de apoio e fomento que realizam seu trabalho a frente dos empreendimentos.

No entanto, um dos principais desafios para aqueles que analisam a economia solidária no Brasil e em especial no estado de Minas Gerais é sua definição conceitual e dos atributos que a caracterizam, assim, tudo que relaciona uma atividade de fins econômicos a supostos princípios ou benefícios na esfera social vem sendo classificado como economia solidária. Conforme destaca o entrevistado/a 3 em seu relato

“... a política de trabalho em Minas Gerais precisa ser mais clara e desvincular as ações da economia solidária da visão de empreendedorismo praticada pelo SEBRAE, onde o estado mistura as idéias e conceitos com os da economia solidária em um mesmo bojo”. (Entrevistado/a 3).

Diante da imprecisão de forma e de conceito sobre a economia solidária, busco dialogar com a maior referência teórica no debate da economia solidária, Paul Singer, debate referido à sua produção.

Para Singer (2000)¹³, a economia solidária deve ser entendida como um modo de produção e distribuição que é reatualizado temporalmente, a partir da necessidade de inserção dos trabalhadores/as na economia e na busca de postos de trabalho, em contraposição ao modo de produção capitalista, mas será que as administrações de âmbito federal, estadual e municipal e o próprio movimento social tem o mesmo entendimento, ou esse entendimento precisa ser reconstruído em determinado tempo?

Essa discussão é fundamental para a economia solidária, gestores e organizações da sociedade civil, uma vez que as mutações no mundo do trabalho, nos modos de produção, na economia e nas políticas sociais têm exigido das gestões, aprimoramento das suas intervenções para a construção e aprimoramento das políticas públicas.

Em decorrência do movimento globalizado e das crises cíclicas do capital trazendo em seu bojo profundas transformações na sociedade, agudos rebatimentos, reconfigurações no

¹³Conferir SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In. SINGER, Paul e SOUZA, André R. (org.) A economia solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000; SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2001; SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002; e SINGER, Paul. Seis anos da SENAES. In: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Acontece SENAES. Boletim informativo. Edição especial. Brasília: MTE. Jun. 2009.

mundo do trabalho e nas estruturas produtivas, onde se configura os altos índices de desemprego, aumento da informalidade e desproteção do trabalhador/a com perdas e retirada de direitos.

Mediante ao campo teórico visitado, levantamento de dados e depoimentos recolhidos para criar subsídios a escrita, onde esta pesquisa tem como objetivo geral: “Analisar a gestão social como instrumento para o desenvolvimento da política de economia solidária em Minas Gerais no período de 2015 a 2018”, embora em um primeiro momento as e os entrevistados/as apresentaram certa insegurança em definir ou conhecer a gestão social como ferramenta de gestão, principalmente quando verificado a respostas dos questionários aplicados as e os gestores da SEDESE onde a gestão pública aparece como a melhor forma de gestão com o percentual de 62,5% e a gestão social com 37,5%, contrapondo a visão dos empreendimentos econômicos solidários e entidades da sociedade civil sobre a melhor forma de gestão para economia solidária o que evidencia em tese que a gestão social ainda é uma ferramenta em construção a ser discutida por dentro das gestões pública.

A partir dos diferentes depoimentos pode-se auferir que a gestão social é a gestão das questões sociais que emergem dos empreendimentos econômicos solidários; é a gestão das demandas que emergem da realidade em que as administrações públicas trabalham, o que implica amplo conhecimento da realidade contemporânea e planejamento constante de ações e respostas à demandas emergentes deste contingente de trabalhadores/as.

Os demais aspectos que compõe a gestão social apresentadas no capítulo três “Ouvir para governar”, a gestão social e sua relação com as políticas públicas tratou-se da categoria gestão social, onde procurou desenvolver o conceito sobre gestão social e a sua relação com as políticas públicas no campo da construção dialógica da gestão, no entendimento como processo de construção e interação com os princípios norteadores da economia solidária, em que essa definição está próxima daquela utilizada por Tenório (2005).

Como síntese das considerações que os empreendimentos, gestores e entidades da sociedade civil, foco desta pesquisa, fazem sobre a gestão do governo (PT) entre os anos de 2015 a 2018 no contexto da economia solidária, emerge o seguinte entendimento: trabalhar na perspectiva da gestão social significa fazer a gestão das demandas de forma dialogada que emergem da realidade do estado, trazidas pelas organizações que compõem a economia solidária a partir de um referencial teórico dilatado, um projeto político de sociedade e um amplo e diverso conhecimento dessa realidade, com ações de planejamento, dedicação, busca contínua de conhecimento prático, teórico, habilidade, qualidade no fazer das atribuições e competências e, por fim, determinação.

A partir do referencial teórico apresentado nesta dissertação pode-se considerar que a gestão social se apresenta como a melhor ferramenta para a gestão da política pública de economia solidária em Minas Gerais, por meio das ações e esforços despendidos pela gestão a partir de 2015 no que se refere aos aspectos técnicos e políticos que envolvem a realidade das organizações da economia solidária.

Pressupõe a capacidade de pesquisar, negociar, aproximar pessoas e interesses, planejar, executar e avaliar, implica conhecimento da realidade dos empreendimentos, dos movimentos da economia e do mundo do trabalho, da cultura e da política, assim como das novas determinações da sociedade e do Estado.

Constatou-se também a preocupação em garantir a prevalência da racionalidade substantiva, uma vez que possibilita a emancipação de pessoas, sua autonomia e sua autorrealização, através dos processos participativos e democráticos.

Mediante a pesquisa concluída, a partir da análise dos dados levantados, me possibilitou seguir para as considerações finais desta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desenvolvido por essa dissertação privilegiou a discussão sobre “a gestão social como instrumento para o desenvolvimento da política de economia solidária em Minas Gerais no período de 2015 a 2018”.

Os empreendimentos econômicos solidários, cooperativas, associações e demais organizações da economia solidária estão inseridos em um contexto de grandes transformações societárias, novas exigências, condições e relações de trabalho.

Por essa razão destacam-se dois movimentos gerados a partir da crise do capital no ano de 1970. O primeiro movimento se refere às transformações do Estado e da sociedade, onde Barbosa (2007) destaca que o capital, em suas crises cíclicas que lhe são peculiares, mais especificamente na crise estrutural que se iniciou na década de 1970, vem utilizando o desemprego como meio para aumentar a acumulação, com destaque para a informalidade, quando se analisa política de economia solidária no período de 2015 a 2018 em Minas Gerais.

O segundo movimento se refere às transformações do mundo do trabalho onde, desde então, o Brasil passou por processos que reconfiguraram a organização social brasileira e as relações de trabalho e consequentemente a organização da classe trabalhadora: vale destacar alguns pontos que colaboraram nesta trajetória, sendo eles; a implementação do neoliberalismo nos anos de 1990, seguida pela desindustrialização, desestabilização econômica, crescimento do setor de serviços, terceirizações, precarização da mão-de-obra, informalidade, entre outros elementos, que depositaram significativos desafios para a organização dos trabalhadores/as.

A pesquisa empírica realizada a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa alcançou o objetivo de verificar como os gestores, empreendimentos econômicos solidários e entidades compreendem a gestão social como principal ferramenta de gestão no contexto dos empreendimentos econômicos solidários e das diversas organizações da economia solidária.

Constatou-se que, os gestores, empreendimentos econômicos solidários e entidades pesquisadas não demonstram dificuldades de compreensão e identificação das possibilidades de intervenção, na perspectiva da gestão social no contexto da gestão, nos empreendimentos econômicos solidários e nas diversas organizações da economia solidária.

A partir do referencial teórico apresentado nesta dissertação pode se considerar que trabalhar na perspectiva da gestão social significa considerar as demandas desta realidade produtiva e constitui em desenvolver a capacidade de articulação política, social e pensar ações que garantam processos descentralizados e participativos, para o resgate e a

consolidação da cidadania.

A universidade, resguardando suas características de pesquisa, extensão e ensino, pode cooperar com a construção da economia popular solidária através de pesquisas e elaborações teóricas. É fundamental que professores, gestores, estudantes e técnicos se engajem na formação e na incubação de cooperativas populares que pode ser espaço de aprendizagem, observação e reflexão sobre este modo de produção e seu papel na sociedade contemporânea (SINGER, 2002).

Em análise a partir dos objetivos específicos desenvolvidos e revisitados ao longo da escrita desta dissertação, elenco alguns fatores a serem observados a partir da análise dos dados obtidos, onde no processo de construção das políticas públicas, avançou-se nesta temática, com várias conquistas significativas para os empreendimentos econômicos solidários. Porém, as mesmas ainda estão longe de reparar a dívida histórica que o Estado tem para com estes/as trabalhadores/as.

Outro fator agravante advém da falta de efetividade dos direitos e garantias fundamentais promulgados na Constituição Federal de 1988, ou seja, pensar a superação da precarização do trabalho dos empreendimentos econômicos da EPS, a informalidade – entre outros - seria bem menos angustiante se as políticas e os gestores se responsabilizassem e efetivassem as políticas de economia popular solidária qualitativamente, ou seja, promovendo e garantindo aos trabalhadores da economia popular solidária o acesso aos direitos sociais e trabalhistas.

Onde, constata-se que a maioria do público que compõem os empreendimentos da economia popular solidária são beneficiárias dos programas sociais como Benefício de Prestação Continuada – BPC ou do Programa Bolsa Família que complementam sua renda para o próprio sustento familiar, que em sua maioria gira em torno de um salário-mínimo.

Observou-se que no decorrer da trajetória da economia popular solidária em Minas Gerais, houve significativos avanços, diante do pouco apoio do estado e da sociedade civil, embora grande parte das ações se limitem à necessidade imediata da geração de renda através da realização de feiras, abertura de pontos fixos, entrega de barracas, deixando em segundo plano a formação e o assessoramento, e principalmente a consolidação da economia popular solidária com política pública.

Estas constatações advêm da observação de que os empreendimentos econômicos solidários, as entidades e as organizações da sociedade civil possuem dificuldades para articular viabilidade econômica que traga sustentação financeira para a organização dos processos de trabalho, onde apresenta problemas para a qualificação técnica, profissional e

cooperativista na lógica da autogestão.

As restritas iniciativas perpassam o incentivo de retorno aos estudos e pesquisas, e isso revela um esforço isolado da articulação do fórum mineiro em face das demandas dos empreendimentos. Nessa conjuntura, a intersectorialidade e a parceria efetiva com o estado e a sociedade civil organizada são essenciais para a promoção dos direitos dos trabalhadores da economia popular solidária.

Nesse sentido, pode-se destacar a importância da gestão social nesse contexto, para realizar as mediações no que tangem a reduzir as desigualdades desse modo de produção e por meio dessas mediações na busca da garantia dos direitos básicos para que todos os trabalhadores/as sejam atores e protagonistas nesse processo.

No entanto, igualmente importante é compreender estes trabalhadores em sua totalidade, como pertencentes a uma classe, bem como as expressões da questão social inerentes ao trabalho e refletidas na vida dos empreendimentos inseridos na economia popular solidária.

Para, desta forma, promover ações contínuas e integrais de promoção e garantia e dos direitos e melhoria nas condições de vida e trabalho dos empreendimentos econômicos solidários que compõem a economia popular solidária de Minas Gerais.

No decorrer das leituras realizadas se identificou que a elaboração de políticas de economia solidária está cravado de concepções heterogêneas, de experiências e inserções diversificadas, de sujeitos com posições sociais distintos e que, particularmente, cresceu e vem se consolidando a partir das mudanças regressivas impostas ao trabalho no curso da atual ofensiva do capital.

Para conclusão e efeito desta pesquisa é necessário demarcar o caráter exploratório e investigativo, mas sem perder o rigor, ao buscar analisar uma política em pleno desenvolvimento, onde a gestão social se apresenta como a principal ferramenta para a consolidação desta política pública, cujas influências e tendências na sociedade estão em aberta circulação e debate.

Para isso, foi necessário ao longo da escrita, revisitar os objetivos; geral e específicos e a hipótese, que se segue “Tendo a pesquisa como propósito estudar o conceito de gestão social e a política de economia solidária, se analisa que esta seria o melhor instrumento de gestão para as políticas públicas e sociais com a aplicação de determinados conceitos e métodos investidos pela administração pública de Minas Gerais entre os anos de 2015 a 2018, foi possível ampliar um conjunto de técnicas que facilitaram a gestão para a melhoria do processo de construção e avanço da política de economia solidária especialmente no que se

refere às relações entre governo, sociedade civil, cidadãos e cidadãs que integram o público desta política pública, impulsionando o trabalho dos gestores, assim como fortalecer o movimento social de economia solidária que se personificou no fórum mineiro da economia popular solidária – FMESP”, onde se afirma que foi possível ampliar as técnicas da administração pública nos anos de 2015 a 2018 na perspectiva da gestão social que mediante as pesquisas melhorou o trabalho dos gestores, impulsionou a economia popular solidária e consequente fortaleceu o movimento social e as ações desenvolvidas pela gestão.

Assim, pretendo como retorno desta pesquisa aos envolvidos, realizar um diálogo com a participação dos empreendimentos econômicos solidários – coordenadores/as das regiões do fórum mineiro de economia popular solidária de MG, gestores da SEDESE que participaram da pesquisa e representantes das organizações da sociedade civil – associações, cooperativas e entidades investigadas que compuseram o escopo desta pesquisa intitulada “Trabalho, Gestão Social e Economia Solidária em Minas Gerais: Avanços e Desafios enfrentados em Minas Gerais entre os anos de 2015 a 2018”.

Objetiva-se que este seja um primeiro encontro com a participação de todos/as os/as envolvidos/as de forma direta ou indiretamente e que a partir desta experiência seja criado um dialogo permanente de discussão, tendo como fundo a discussão sobre gestão social e a política de economia solidária.

Portanto, considero que existem elementos suficientes para conclusão, com a ideia de que há uma grande recepção, no interior dos empreendimentos, gestores, organizações e entidades, que caracteriza o movimento de economia solidária no Brasil e Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: **Informação e documentação** – Citações em documentos – Apresentação. São Paulo: ABNT, 2002.

ABRUCIO, Fernando Luiz. (1997). **O impacto do modelo gerencial na administração pública - Um breve estudo sobre a experiência internacional recente**. P. 52 (Cadernos ENAP; n. 10).

ANTUNES, Ricardo e POCHMANN, Marcio. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Ed Cortez. P. 195-209.

ANTUNES, R. **A desconstrução do trabalho e a perda dos direitos sociais**. Evocati Revistan. 19, Jul 2007. Disponível em: <http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=134>. Acesso em: 16/03/2020.

ANTUNES, Ricardo. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais**. In: SILVA, M^a O da S e, YASBECK, C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. São Paulo, Cortez, 2010

ANTUNES, Ricardo(Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BATISTA, ERIKA. **Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades**. 2008. Disponível em: http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf - Acesso em 20 de julho de 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 7.ed. São Paulo : Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2).

BOSI, Antônio de Pádua. **A organização capitalista do trabalho “informal”**. O caso dos catadores de recicláveis. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 23 No. 67. 2008 (Pág 101 a 191)

BRAGA, Hilda Maria Cordeiro Barroso. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos de investigação, elaboração de trabalhos acadêmicos e publicações científicas**. São Paulo: Laços, 2015. Pp 101-108.

BOBBIO, Norberto; et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.filoczar.com.br/Dicionarios/Dicionario_De_Politica.pdf>. Acesso em 23/04/2020.

CANO, Wilson. **Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento**. In: Economia e Sociedade, v. 26, n. 2 (60), p. 265-302, ago. 2017. Campinas, SP. Unicamp. 2017.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 19 a 31.

Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Bruno Lazzarotti Diniz Costa (ORG) - **GESTÃO SOCIAL: o que há de novo?/** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. 2v.: il.

Carneiro, Carla Bronzo Ladeira, org. III. Costa, Bruno Lazzarotti Diniz, org. - **1. GESTÃO SOCIAL. 2. Assistência social. 3. Planejamento. 4. Política social. 5. Exclusão social. I** - Fundação João Pinheiro, ed. II.

CFESS. **Economia Solidária – desemprego e precarização do trabalho**. Parecer em atendimento à deliberação n.º 18 do eixo de Seguridade Social do Relatório Final do 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS. Brasília, 21 de junho de 2013.

CORAGGIO, José Luis. Introducción. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia: contribuciones latino americanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007a. p. 17-57.

DAHL, Robert. **Democratização e Oposição Pública**. 2005. Disponível em: <<http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/análiseanálisedeconjuntura/análiseanálisedeconjuntura/Poliarquia%20cap%201%20e%202%20-%20Robert%20Dahl.pdf>>. Acesso em 20 de dez de 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia. (Orgs.) **Dimensões da precarização estrutural do trabalho**. A perda da razão social do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

DULCI, Otávio Soares; FARIA, Maria Auxiliadora. **Diálogo com o tempo: 170 anos de Legislativo Mineiro**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2005.

Emprego. Acontece SENAES. Boletim informativo. Edição especial. Brasília: MTE. Jun. 2009.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. **O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo?**. Nova Economia, Belo Horizonte, 23 (2) pp. 403-428, maio-agosto de 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 5 ed.** São Paulo, Atlas, 2010. LAKATOS, E. M. LAKATOS, Metodologia do trabalho científico procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, Vol. I e II.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Edições Loyola, Rio de Janeiro, 1992.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: historia e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=economia+solidária&ordering=categor&y&searchphrase=all&Itemid=32&option=com_search. Acesso em 18/12/2020.

JACOBI, Pedro. **Políticas Sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV 2000, p.12).

KERSTENETZKY, Celia Lessa; KERSTENETZKY, Jaques. **O Estado (de Bem-Estar Social) como Ator do Desenvolvimento: Uma História das Ideias**. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 3, 2015.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

LEMOS, F. Bicalho, P.P.G.; ALVAREZ, M.C.; BRÍCIO, V.N. **“Governamentalidades neoliberais e dispositivos de segurança”**. Psicologia & Sociedade, 2015, v 27.

LIMA, Jacob Carlos. **Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial**. In: LIMA, Jacob Carlos (Org.). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Anna blume, 2007. p. 127-170.

LEI 15028, de 19/01/2004 - INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FOMENTO À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - PEFEPS. https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/index.html?aba=js_tabLegislacaoMineira&suba=js_tabLegislacaoMineiraSimples&tipoPesquisa=sim - Acesso em 17/04/2021

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; BARONE, Ricardo Strazzacappa. **As reformas estruturais promovidas pelo PAEG e seus efeitos distributivos**. Texto para Discussão. IE/Unicamp, n. 254, Unicamp. Campinas, SP. 2015.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Sindicatos, cooperativas e socialismo**. Disponível em [www. ads.org.br](http://www.ads.org.br). Acesso em 19-03-2021.

Mário Theodoro (ORG.) **As Políticas Públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Luciana Jaccoud, Rafael Osorio, Sergei Soares Brasília: Ipea, 2008, 1.a Edição.

MANCE, André Euclides; JESUS, Paulo de. Exclusão/inclusão. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2002. P. 149-152.

MANCE, André Euclides; JESUS, Paulo de. Cadeias produtivas solidárias. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2002. P. 26-28.

MARX, Karl. **O capital: critica a economia política**. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, 1983.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo, Página Aberta, 1995.

MAXIMIANO, Antonio C. A. **A teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. São Paulo: Atlas, 2000.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In

MATUS, Carlos. **Adeus, Senhor Presidente, Governantes Governados**. Edições Fundap, 1997, São Paulo.

MARISTA, Instituto - **CARTILHA: Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário – DLSS Outra Economia é necessária e urgente** – Minas Gerais – Belo Horizonte, 2012.

MTE. **Economia solidária, outra economia acontece: Cartilha da campanha Nacional de Mobilização Social** – Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Introdução à economia solidária**. Seis anos da SENAES. São Paulo, 2002 In: BRASIL.. **Acontece SENAES**. Boletim informativo. Edição especial. Brasília: MTE. Jun. 2009.

MILANI, Carlos R. S. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias**. Revista de Administração Pública. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a06v42n3.pdf> Acesso em: 18 julho 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **PESQUISA SOCIAL; Teoria, Método e Criatividade**. 30 ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2011.

MINAS GERAIS. **Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária**. Disponível em: <http://www.social.mg.gov.br/economiasolidaria>. Acesso em 21 janeiro 2021.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai**. São Paulo: SENAC, 2001.

NEVES, José Luis. Caderno de pesquisas em administração. São Paulo, V.1, N.3, 2º sem./1996. Disponível em < <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>Ultimo acesso em 18/11/2019.

Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho, São Paulo, Boitempo, 1999.

Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho, São Paulo, Boitempo, 2003.

Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo - Editorial, 2005.

MELO, Fabiane da Fontoura - **Os Sentidos do Trabalho - Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. São Paulo: Bomtempo, 1999A.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **A informalidade do/no mundo do trabalho e os trabalhadores informais precarizados em Itabaiana/SE**. GEONORDESTE, n. 2: Ano XXII – Artigos, 2011.

PALUDO, A. (2013). **Administração Pública** (3rd ed., p. 608). Rio de Janeiro: Elsevier.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**, Boitempo, 2008.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. 1ª edição. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.

PDRAE (1995). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>

Ricardo Antunes (org) **A dialética do trabalho II: escritos de Marx e Engels** – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2001.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

REZENDE, F. da C. (2004). **Por que falham as reformas administrativas?** (p. 132). Rio de Janeiro: FGV.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003, p.51.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – **SEDESE** - https://www.mg.gov.br/instituicao_unidade/secretaria-de-estado-de-desenvolvimento-social-sedese - Acesso em 18/09/2020.

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – **SEPLAG** – <http://planejamento.mg.gov.br/> Acesso em 27/09/2020.

SILVA, M^a O da S e, YASBECK, C. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais**. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, Paul e SOUZA, André R. (org.) **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000; SINGER, Paul.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2001;

SINGER, Paul. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Introdução à economia solidária**. Seis anos da SENAES. São Paulo, 2002 In: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Acontece SENAES. Boletim informativo. Edição especial. Brasília: MTE. Jun. 2009.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **O mito da participação**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 162 a 164, jun. 1990. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9043/8178>>. Acesso em: 18 Jan. 2020.

TENÓRIO, Fernando G. **(Re) Visitando o Conceito de Gestão Social**. In: Editora Unijuí, EBAP/FGV, v.24, n.3, p. 101-124, jan/jun./2005.

TENÓRIO, Fernando G. **Flexibilização organizacional, mito ou realidade?** 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. Pg. 71-81.

VIDAL, MARINA VALERIA. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** 7ed. São Paulo: Cortez, 1999B. Pressupostos políticos-ideológicos e características do “terceiro setor” no âmbito das Políticas Sociais na Argentina. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Trabalho, Gestão Social e Política de Economia Solidária em Minas Gerais. Avanços e Desafios enfrentados pela gestão entre os anos de 2015 a 2018.

Nome do responsável: José Ribeiro Gomes

Número do CAAE: 19/2020

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinado e rubricado pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS:

A pesquisa se inicia ancorada na teoria social crítica, como método, entendendo que a dialética é a ciência que estuda a sociedade a partir da concretude dos fatos, sem desprezar o campo das ideias, para entender a sociedade de forma mais ampla demonstrando as suas contradições e transformações. Ao estabelecer a sua origem histórica, procurou-se investigar a causa da construção da política de economia solidária sob a pretensão de ser conduzida na perspectiva da gestão social, entretanto, além da compreensão da conjuntura que incidiu nas novas configurações da política de trabalho.

Analisar a gestão social como ferramenta para o desenvolvimento da Economia Solidária requer fazer um levantamento investigativo que possibilite entender as relações e o trânsito que permeiam esta política pública e seus usuários no convívio social e na interação com o Estado como principal executor e acesso a direitos e ao trabalho decente. Outro aspecto refere-se à relevância social do estudo, uma vez que seus resultados poderão contribuir para a melhoria do processo de construção e avanço da política de Economia Solidária no que se refere às relações entre governo, sociedade civil e cidadãos que compõe este contingente e

impulsionar o trabalho dos gestores com o movimento social de Economia Solidária

OBJETIVOS

Geral: Analisar a Gestão Social como instrumento para o desenvolvimento da Política de Economia Solidária em Minas Gerais no período de 2015 a 2018.

ESPECÍFICOS

- 1 - Analisar a política de Economia Solidária no período de 2015 a 2018 em Minas Gerais;
- 2 - Identificar pontos de como a Gestão Social influencia no desenvolvimento da política de Economia Solidária;
- 3 - Averiguar as legislações pertinentes a política de Economia Solidária;
- 4 - Investigar a mobilização popular para a construção da política de Economia Solidária;
- 5 - Conhecer as estratégias desenvolvidas pelo movimento social de Economia Solidária em Minas Gerais;
- 6 - Analisar as ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE no período de 2015 a 2018 para a política de Economia Solidária em Minas Gerais;
- 7 - Pesquisar os onze (11) territórios de desenvolvimento cobertos pela política de Economia Solidária em Minas Gerais na gestão de 2015 a 2018.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado/a: esclarecer, em linguagem clara e acessível, quais os procedimentos que serão realizados com os participantes da pesquisa, por exemplo: preenchimento de questionário que serão respondidos pelas pessoas que integram empreendimentos econômicos solidários da economia solidária e pelos gestores e servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, órgão gestor do estado de Minas Gerais. Os questionários serão enviados por e-mail e mídias sociais (Whatsapp), devido a impossibilidade de aplicação presencial, devido ao período de Pandemia do novo Corona Vírus – Covid 19, respeitando o isolamento social. Os questionários serão enviados aos participantes logo que houver a liberação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP da Faculdade Latina Americana de Ciências Sociais – FLACSO BRASIL. Conforme enviado os questionários e mobilizado o público participante, estima um período de (1) mês para retorno das respostas e compilação dos dados recolhidos para a pesquisa.

DESCONFORTOS E RISCOS:

Você não deve participar deste estudo se sentir impossibilitado de seguir as orientações do pesquisador etc, onde os desconfortos e riscos que podem ocorrer com o participante de pesquisa.

A resolução define como “Risco da pesquisa: possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente”. Esta pesquisa “não apresenta riscos previsíveis”.

Benefícios:

A relevância desta pesquisa está fundamentada na necessidade de conhecer o processo de trabalho desenvolvido pelos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, a realidade enfrentada por estes sujeitos que compõe o movimento social, portanto, destaca-se a importância social, política, econômica e cultural.

Diante do esforço de construção de uma nova realidade produtiva esta pesquisa visa com os seus resultados criar instrumentos para a superação da pobreza e fortalecimento do público alvo através da inclusão produtiva equânime e distributiva, contribuindo para a transformação social na formação dos empreendimentos econômicos solidários.

Acompanhamento e assistência:

Você tem o direito à assistência integral e gratuita devido a danos diretos e indiretos, imediatos e tardios, pelo tempo que for necessário. Cabe informar que os/as participantes terão direito ao acesso aos resultados da pesquisa, sempre que solicitado.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e Indenização: Não haverá ressarcimento de despesas (por exemplo, transporte, alimentação, diárias etc.), por considerar que o estudo será feito de forma on-line, lembrando que os dados sejam coletados durante a rotina do participante.

CONTATO:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador: José Ribeiro Gomes; Rua Curitibaanos, 123; CEP 30421-396; B. Jardim América – BH/MG; Tel: 31 99818-5598 / 3373-8573; E-mail: joserbgomes88@gmail.com.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) das 09:00hs às 16:00hs na Avenida Ipiranga no. 1071, sala 608; CEP 01039-903 São Paulo – SP; telefone (11) 3229-2995; e-mail: maestria.estado@flacso.org.br

O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo

seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar

Nome do (a) participante da pesquisa:

_____ Data: ____/____/____.

(Assinatura do participante da pesquisa ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

_____ Data: ____/____/____.

(Assinatura do pesquisador)

ANEXO 2 - Roteiro

Trabalho, Gestão Social e Política de Economia Solidária em Minas Gerais. Avanços e Desafios enfrentados pela gestão entre os anos de 2015 a 2018.

Olá, convido você a participar da minha pesquisa. Trata-se de pesquisa semi-estruturada amparada pelo Comitê de Ética e Pesquisa - CEP da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO. Todas as perguntas devem ser respondidas, por favor. Se você quiser desistir, poderá fazê-lo a qualquer momento, ninguém será prejudicado. Não se pede em momento nenhum que você se identifique! Muito obrigado.
Pesquisador: José Ribeiro Gomes – Contato: 31 99818-5598 – E-mail:joserbgomes88@gmail.com.

Roteiro para entrevista dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES / MG

*Obrigatório

1 - Sua idade *

() 18 a 24 anos

() 25 a 30 anos

() 31 a 40 anos

() entre 41 anos e 50 anos

() mais de 50 anos

2 - Seu nível de escolaridade *

() Fundamental 1

() Fundamental 2

() Ensino Médio incompleto

() Ensino Médio completo

() Ensino superior - cursando

() Ensino superior - incompleto

() Ensino superior - completo

() Outros, descreva _____

3 - Participa de alguma Associação/Entidade de Apoio e Fomento - EAF ou movimento social?*

() Sim

() Não

Em caso positivo, qual? _____

4 –Em qual fórum da economia solidária no Estado você ou seu grupo esta está inserido? *

() Fórum Metropolitano – BH da EPS

() Fórum Regional de EPS - Médio Piracicaba

() Fórum Regional de EPS – Paracatu

() Fórum Regional de EPS - Norte de Minas I – Buritizeiro

() Fórum Regional de EPS - Norte de Minas II – Montes Claros

() Fórum Regional de EPS - Norte de Minas III – Januária

() Fórum Regional de EPS - Sul de Minas – Poços de Caldas

() Fórum Regional de EPS - Triângulo Mineiro - Uberlândia

- Fórum Regional de EPS - Alto Jequitinhonha
- Fórum Regional de EPS - Médio Jequitinhonha
- Fórum Regional de EPS - Baixo Jequitinhonha
- Fórum Regional de EPS - Vale do Mucuri
- Fórum Regional de EPS - Vale do Rio Doce
- Fórum Regional de EPS - Zona da Mata – Juiz de Fora
- Fórum Regional de EPS de EPS –Vertentes – São João Del Rey

5 - O seu empreendimento está inserido em qual rede de produção da economia solidária, se positivo, assinale uma das alternativas que segue *

- Rede de artesanato
- Rede de Alimentação
- Rede de confecção
- Rede de Higiene e Cosméticos
- Rede da Agroecologia e Agricultura Familiar
- Outro, qual? _____

6 - Em sua opinião, descreva qual é a qualidade de vida dos trabalhador/a na condição de pertencente à economia solidária?*

- Excelente
- Muito boa
- Boa
- Ruim
- Outra, qual?

7 - Você já trabalhou em outra área?*

- Sim
 - Não
- Caso positivo, qual? _____

8 - Se negativo, há quanto tempo atua na Economia solidária?*

- 6 meses a 1 ano
- 1ano a 3 anos
- 3 anos a 5 anos
- 5 anos a 7 anos
- 7 anos a 10 anos
- 10 anos a 15 anos
- 15 anos em diante.

9 - Qual o principal motivo que trouxe até este ramo de atividade?*

- Desemprego
- Opção pessoal
- Cultura familiar
- Para sobrevivência da família

() Outros - Qual?_____.

10 - Qual sua opinião sobre a economia solidária? Você acredita neste modo de produção?*

() Sim

() Não

Porque?_____

11 - Em sua opinião o Plano de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária se configurou como instrumento norteador da Política de Economia Solidária em Minas Gerais no período de 2015 a 2018?*

() Sim

() Não

Em caso de positivo, descreva como._____

12 - Quais instituições, em sua opinião, desenvolvem políticas de economia solidária? Pode assinalar mais de uma opção. *

() Prefeituras

() ONGs

() Universidades

() Iniciativa privada

() Outros, descreva _____

13 – Você conhece as legislações da política de Economia Solidária? Indique ao menos três aspectos da legislação que você destacaria *.

14 – Indique, em sua opinião, quais foram as ações mais importantes desenvolvidas pela gestão da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE no período de 2015 a 2018 para a política de Economia Solidária em Minas Gerais. *

() Feiras Regionais e Estadual de EPS

() Seminários de EPS

() Encontros de EPS

() Formação de EPS

() Assessoramento

() Abertura de Pontos Fixos de EPS

() Entregas de Barracas para a EPS

() Outros, descreva _____

15 – Em sua opinião, qual é a melhor forma de se fazer gestão da economia solidária para que se obtenham melhores resultados. *

() Gestão Social

() Gestão Pública

() Outros, descreva _____

16 - Você tem sugestões ou opiniões que gostaria de expressar livremente em relação ao tema?

ANEXO 3 - Roteiro

Trabalho, Gestão Social e Política de Economia Solidária em Minas Gerais. Avanços e Desafios enfrentados pela gestão entre os anos de 2015 a 2018.

Olá, convido você a participar da minha pesquisa. Trata-se de pesquisa semiestruturada amparada pelo Comitê de Ética e Pesquisa - CEP da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais-FLACSO. **Todas as perguntas devem ser respondidas, por favor.** Se você quiser desistir, poderá fazê-lo a qualquer momento, ninguém será prejudicado. Não se pede em momento nenhum que você se identifique! Muito obrigado.
Pesquisador: **José Ribeiro Gomes** – Contato: 31 99818-5598 – E-mail: joserbgomes88@gmail.com.

Roteiro para entrevista e coleta de dados para os gestores da Secretaria de Desenvolvimento Social/Subsecretaria de Trabalho e Emprego/MG

- 1 - Considerando as políticas de trabalho, quais as ações desenvolvidas por esta secretaria em relação à Economia Solidária entre os anos de 2015 a 2018?
- 2 - É sabido que os governos realizam parcerias com a sociedade civil organizada, existem parcerias firmadas entre o governo de estado com as organizações da sociedade para fortalecimento da Economia Solidária no âmbito do Estado? Quais foram às parcerias que obtiveram melhor resultado entre o período de 2015 a 2018? Descreva.
- 3 - Quais as principais demandas advindas dos trabalhadores da Economia Solidária neste período? Tais demandas foram atendidas pela secretaria, quais são? Poderia descrevê-las?
- 4 - No ano de 2015 o Fórum Mineiro da Economia Popular Solidária entregou o Plano de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária, as ações deste plano foram implementadas a época como ações norteadoras da secretaria para a política pública da Economia Solidária neste período? Se positivo, descreva quais as ações praticadas desde a entrega e as que estão vigentes?
- 5 - Na sua visão de gestor público, qual é a melhor forma de gestão para o fortalecimento da política pública de Economia Solidária?
- 6 - Existe algum projeto a curto, médio ou longo prazo de valorização do trabalhador/ada Economia Solidária? Descreva.

7 - Qual o impacto desta forma de produção para a vida desse contingente de trabalhadores para os municípios e para a sociedade?

8 - A Economia Solidária se configura como um novo modo de produzir, gerar trabalho e renda ainda pouco explorados, o que você pensa a respeito?

9 - Este modo de produção está consolidado em Minas Gerais? Se positivo, descreva como, se negativo, descreva porquê não está consolidado e o que impede de se consolidar.

10 - Na sua percepção a Gestão Social se configura como instrumento para o desenvolvimento e fortalecimento da Economia Solidária em Minas Gerais? Descreva como?

ANEXO 4 - Roteiro**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

(Esta etapa da entrevista será gravada)

1 - Na sua percepção qual a relação entre a política de trabalho em Minas Gerais e a economia solidária?

2 - Na sua avaliação, entre 2015 e 2018, a economia solidária se consolidou como uma política pública para geração de trabalho e renda? Sim ou não.

Se sim, quais foram os avanços?

Se não, quais foram os obstáculos?

3 – Você conhece o termo gestão social? Pode descrever?

4 - Como a Gestão Social influencia no desenvolvimento da política de Economia Solidária?

5 – A Gestão Social, como forma de gestão contribuiu para o processo de construção e avanço da política de Economia Solidária especialmente no que tange às relações entre governo, sociedade civil, cidadãos e cidadãs que integram o público da política de economia solidária?

Se sim, justifique?

Se não, justifique?

6 - Quais foram às estratégias desenvolvidas pela gestão em conjunto com o Fórum mineiro de economia popular solidária para o fortalecimento da economia popular solidária no estado?

ANEXO 5 – Ata do Conselho Estadual da Economia Popular Solidária – CEEPS/MG**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA – CEEPS**

Aos 18 (nove) dias do mês de dezembro de 2008, às 16h (dezesesseis horas), no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, situado à Rua Martim de Carvalho, 94, 13º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais, realizou-se a primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária - CEEPS. Verificada a presença e constatado *quorum legal* para reunião, a Secretária Executiva do CEEPS, Bianca Lima, deu início aos trabalhos, dando boas-vindas a todos os presentes, justificando que a coordenação dos mesmos seria realizada, excepcionalmente, pela Secretaria, pois o Presidente do CEEPS ainda não tinha sido eleito. Em seguida, foi realizada uma breve contextualização sobre o processo de constituição do Conselho, incluindo a constituição da Lei, decreto de regulamentação e a eleição dos membros que compõem a bancada da sociedade civil. Logo após, passou-se a pauta das atividades do dia quais sejam: deliberação sobre eleição do presidente do CEEPS e sobre Regimento Interno. Tomando a palavra, Sr. Luiz Carlos ressaltou a conjuntura atual do movimento de EPS em Minas, destacando o fato do Conselho ser o primeiro no Brasil em âmbito Estadual. O conselheiro explicou o funcionamento do Fórum Mineiro de EPS, entidade que congrega. O Sr. Flávio Gouveia reforçou a indicação do Subsecretário para o cargo, destacando sua atuação no CETER, Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda. Sugeriu, em seguida, que o Fórum seja um espaço para canalizar as demandas da EPS junto ao Governo Estadual. Por aclamação, o Subsecretário foi eleito como presidente do CEEPS. O Sr. Antonio pediu a palavra agradecendo a indicação e a confiança e relatou sua experiência à frente do CETER. Destacou a importância da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária e do Fundo Estadual para o Desenvolvimento das políticas nesse setor. Ressaltou também que o Estado já tem orçamento para EPS no ano de 2009 e tramita na Câmara dos Deputados a aprovação de Emendas Populares com intuito de dobrar esse recurso. Quanto ao Fundo, os conselheiros apontaram para necessidade do aprofundamento do assunto com sugestão de encontros técnicos com especialistas no tema e a articulação de uma audiência pública, já que o Fundo deve ser criado por lei específica. Sugeriu-se também que nas discussões das próximas reuniões, as experiências de Fundo Rotativo, assim como mais informações sobre a EPS, Fórum e legislação pertinente fossem repassadas aos conselheiros. Em relação ao Regimento Interno, ficou decidido que a Secretaria Executiva do CEEPS enviará minuta a todos os Conselheiros por e-mail e receberá contribuições. A próxima reunião será em fevereiro tratando como uma de suas pautas a aprovação do regimento. A Secretária Executiva do CEEPS, Bianca Lima Costa, lavrou a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada na próxima reunião por todos conselheiros presentes a esta reunião. Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2008.